



ESCOLA NAVAL

talant de bi-faire



Alexandre Hutnikevych

Conflito Russo-Ucraniano: Disputa no Mar Negro desde 2014

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na
especialidade de Marinha**



Alfeite

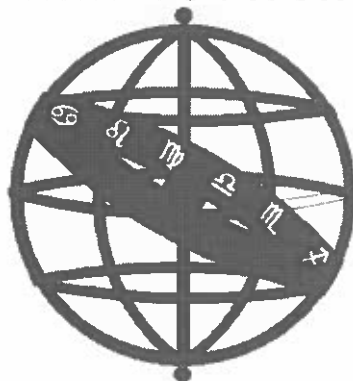
2025



ESCOLA NAVAL



ta sãntõre biẽ faire



Alexandre Hutnikevych

***Conflito Russo-Ucraniano: Disputa no Mar Negro
desde 2014***

**Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares
Navais, na especialidade de Marinha**

Orientação de: CTEN ST-EHIS Bruno Alexandre Gonçalves Neves

**Co-orientação de: CMG M RES João Afonso Marques Coelho Gil e
Vitaliy Venislavskyy**

O Aluno Mestrando,

O Orientador,



Alexandre Hutnikevych
ASPOF M



Gonçalves Neves
CTEN ST-EHIS

Alfeite

2025

Epígrafe

“A Ucrânia ainda não pereceu, nem a sua glória, nem a sua liberdade”

Excerto do Hino Nacional da Ucrânia (traduzido para português)

Dedicatória

A todos aqueles que lutam, e àqueles que perderam a sua vida ao fazê-lo, em defesa da liberdade na Ucrânia: a sua e a nossa. Que esta dissertação, escrita à distância, possa ser um modesto tributo à sua bravura e honra.

Agradecimentos

A realização da presente dissertação de mestrado assinala o culminar de um percurso de cinco anos exigentes, não só a nível académico, como pessoal. A concretização deste objetivo não teria sido possível sem o contributo e apoio inestimável de várias pessoas que tornaram o caminho mais leve e com maior significado. O meu sucesso é também o delas, razão pela qual lhes dirijo o meu mais sincero e profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço profundamente à minha família, e em especial aos meus pais, pelo apoio incondicional que sempre me prestaram, sobretudo nos momentos mais difíceis e exigentes, bem como pelos ensinamentos, pela educação e pelos valores que me transmitiram e que fizeram de mim a pessoa que sou hoje. A vossa resiliência, dedicação e exemplo foram e continuarão a ser, uma fonte de inspiração para mim. Serei eternamente grato por tudo.

Em segundo lugar, expresso o meu agradecimento aos meus orientadores, pela ajuda prestada, pela orientação crítica e pela disponibilidade constante ao longo de todas as etapas deste trabalho. O seu acompanhamento atento e exigente foi essencial para o desenvolvimento e concretização desta dissertação.

Por fim, deixo uma palavra especial de agradecimento aos meus camaradas do curso Chefe de Divisão da Armada António Lopes da Costa e Almeida, bem como aos meus amigos, pelo apoio, camaradagem e amizade ao longo destes anos. Os momentos que partilhámos ficarão para sempre gravados na minha memória.

A todos, o meu mais sincero obrigado!

Resumo

Atualmente, o conflito Russo-Ucraniano representa um dos maiores desafios à ordem internacional. Contudo, não pode ser compreendido apenas como um fenómeno isolado no presente: trata-se de uma disputa com raízes históricas profundas, associadas à ambição russa de obter acesso a mares de águas quentes, fruto dos seus condicionalismos geográficos. Desde o período imperial, a expansão para sul e a consolidação da presença no Mar Negro foram considerados objetivos estratégicos vitais, tanto para a defesa do território como para a projeção de poder e a afirmação da Rússia no sistema internacional.

A península da Crimeia simboliza essa continuidade histórica e, pela sua posição geoestratégica, tornou-se o centro de gravidade do conflito, na sua componente naval. A sua anexação em 2014 não constituiu um episódio isolado, mas antes a reafirmação de uma lógica expansionista de longa duração, que o Kremlin procura legitimar através de uma narrativa histórica instrumentalizada, apresentando a agressão como uma “retomada” natural e não uma violação da soberania ucraniana e das normas internacionais. Neste enquadramento, a Ucrânia ficou privada da sua principal base naval e de grande parte da sua frota, passando a enfrentar um desequilíbrio estrutural face à superioridade da Frota do Mar Negro.

Estas limitações levaram a Ucrânia a edificar uma estratégia naval defensiva, baseada no conceito de *sea denial*, através do desenvolvimento de meios assimétricos e inovadores que lhe permitem contestar a superioridade naval russa e garantir a defesa dos seus interesses no Mar Negro.

Palavras-chave: Conflito Russo-Ucraniano; Crimeia; Estratégia naval; Mar Negro; *Sea denial*.

Abstract

Currently, the Russo-Ukrainian conflict represents one of the greatest challenges to the international order. However, it cannot be understood merely as an isolated phenomenon of the present: it is a dispute with deep historical roots, linked to Russia's ambition to gain access to warm-water seas, a result of its geographic constraints. Since the imperial period, southward expansion and the consolidation of Russia's presence in the Black Sea have been considered vital strategic goals, both for territorial defense and for the projection of power and Russia's affirmation within the international system.

The Crimean Peninsula symbolizes this historical continuity and, due to its geostrategic position, has become the center of gravity of the conflict in its naval dimension. Its annexation in 2014 did not constitute an isolated episode, but rather the reaffirmation of a long-standing expansionist logic, which the Kremlin seeks to legitimize through an instrumentalized historical narrative, portraying the aggression as a "natural return" rather than a violation of Ukrainian sovereignty and international norms. In this context, Ukraine was deprived of its main naval base and most of its fleet, facing a structural imbalance in relation to the superiority of the Russian Black Sea Fleet.

These limitations led Ukraine to develop a defensive naval strategy, based on the concept of *sea denial*, through the creation of asymmetric and innovative means that allow it to contest Russian naval superiority and safeguard its interests in the Black Sea.

Keywords: Black Sea; Crimea; Naval strategy; Russo-Ukrainian conflict; *Sea denial*.

Índice

Epígrafe	v
Dedicatória	vii
Agradecimentos	ix
Resumo	xi
<i>Abstract</i>	xiii
Índice	xv
Índice de figuras	xix
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xxi
Introdução	1
1. O Mar Negro como espaço geopolítico e geoestratégico	5
1.1 Relevância estratégica do Mar Negro	7
1.2 O Mar Negro como epicentro de conflitos.....	16
2. O Expansionismo russo e a sua estratégia naval: das origens à Federação Russa	19
2.1 As raízes do pensamento estratégico marítimo russo	21
2.2 O Império Russo e a construção do poder naval russo.....	24
2.2.1 Pedro, <i>o Grande</i> e a transformação marítima russa.....	26
2.2.2 Catarina, <i>a Grande</i> e a consolidação do Mar Negro	36
2.2.3 A Guerra da Crimeia e o pivô estratégico do Mar Negro.....	41
2.2.4 A viragem para o Pacífico e o fim da expansão imperial.....	47

2.3 A Era Soviética.....	54
2.3.1 Fundação do Regime Soviético e reconstrução de uma estratégia marítima	55
2.3.2 Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria: evolução da estratégia naval soviética.....	64
2.3.3 Do declínio à desintegração da União Soviética	74
2.4 A Era Pós-Soviética.....	76
3. A guerra no Mar Negro e no seu litoral (2014 – 2025)	85
3.1 Anexação da Crimeia	86
3.2 A guerra no Donbas (2014-2022)	95
3.3 Invasão em larga escala.....	103
3.4 Avaliação do conflito.....	119
4. Edificação de uma estratégia naval ucraniana: desafios e oportunidades 	121
4.1 Limitações estruturais	127
4.2 Respostas estratégicas e capacidades emergentes	133
4.3 Oportunidades estratégicas	146
Conclusão	151
Bibliografia.....	155
Apêndices.....	167
Apêndice A- Cronologia dos acontecimentos navais mais relevantes no Mar Negro (fevereiro de 2022-agosto de 2025)	167
Anexos.....	173

Anexo A - Unified Deep Water System of European Russia (UDWS).....	173
Anexo B – Mapa do Império Russo no reinado de Catarina II, séc. XVIII	174
Anexo C – Mapa da União Soviética nos seus anos finais	175
Anexo D – Mapa da Federação Russa	176
Anexo E – Mapa de alguns dos principais portos do Mar Negro e do Mar de Azov	177
Anexo F – Movimentação da Frota do Mar Negro de Sevastopol para Novorossiysk e gráfico relativo à média de navios observados nesses dois portos entre junho e dezembro de 2023.....	178

Índice de figuras

Figura 1 - Região do Mar Negro	8
Figura 2 - Canal Kerch-Yenikale.....	9
Figura 3 - Localização do Canal Volga-Don.....	10
Figura 4 - Corredores de exportação de grão utilizados pela Ucrânia no Mar Negro	13
Figura 5 - Gasodutos russos no Mar Negro	14
Figura 6 - Expansão russa desde o Séc. XVI até ao Séc. XIX.....	20
Figura 7 - Teatro de operações da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).....	52
Figura 8 - Localização da Ilha de Tuzla e dique construído em 2003	82
Figura 9 - Raio de alcance máximo do sistema de mísseis <i>Bastion</i> , com base na posição de lançamento geolocalizada na Crimeia.....	89
Figura 10 - Cronologia de movimentos das forças russas na invasão da Crimeia em 2014.....	90
Figura 11 - Lista de navios ucranianos sob controlo ucraniano e capturados pela Rússia ao dia 26 de março de 2014.....	93
Figura 12 - Mapa administrativo da Ucrânia.	97
Figura 13 - Conceção geográfica da Novorossiya por Putin	99
Figura 14 - Áreas sob controlo <i>de facto</i> da Rússia, antes da invasão em larga escala	102
Figura 15 - Mapa visual da invasão da Ucrânia do dia 24 de fevereiro de 2022	107
Figura 16 - Visão do desenvolvimento das Forças Navais das Forças Armadas da Ucrânia até 2035.....	125

Figura 17 - Fases e prioridades do desenvolvimento da Marinha até 2035	126
Figura 18 - Míssil ucraniano <i>R-360 Neptune</i>	135
Figura 19 - Alcance do míssil "Long Neptune" comparativamente aos mísseis ocidentais.....	136
Figura 20 - Drones navais ao serviço da Ucrânia	138
Figura 21 - USV <i>MAGURA V5</i> e respetivas especificações técnicas.....	140
Figura 22 - USV da classe <i>Sea Baby</i> e respetivas especificações e configurações observadas	142
Figura 23 - USV da classe <i>Mamai</i>	144

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

A2/AD - *Anti-Access/Area-Denial*

ASW - *Anti-Submarine Warfare*

ASCM - *Anti-Ship Cruise Missile*

ATACMS - *Army Tactical Missile System*

BSGI - *Black Sea Grain Initiative*

CIA - *Central Intelligence Agency*

CSIS - *Center for Strategic and International Studies*

C4ISR - *Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

EUA - Estados Unidos da América

GNSS - *Global Navigation Satellite System*

HUR - Direção Principal de Informações do Ministério da Defesa da Ucrânia (do ucraniano romanizado, *Holovne upravlinnia rozvidky Ministerstva oborony Ukrainy*)

IA – Inteligência Artificial

IAEM - Instituto de Altos Estudos Militares

ICBM - *Intercontinental Ballistic Missile*

ISR - *Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance*

IUM - Instituto Universitário Militar

LNG - *Liquefied Natural Gas*

MAGURA - *Maritime Autonomous Guard Unmanned Robotic Apparatus*

MDA - *Maritime Domain Awareness*

NATO - *North Atlantic Treaty Organization*

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

RPD - República Popular de Donetsk

RPL - República Popular de Luhansk

SAR – *Search and Rescue*

SBU - Serviço de Segurança da Ucrânia (do ucraniano romanizado, *Sluzhba Bezpeky Ukrayiny*)

SCALP - Sistema de Mísseis de Cruzeiro Autônomo de Longo Alcance (do francês, *Système de Croisière Autonome à Longue Portée*)

SDI - *Strategic Defense Initiative*

SIPRI - *Stockholm International Peace Research Institute*

SSBN - *Nuclear-Powered Ballistic Missile Submarine*

SSN - *Nuclear-Powered Attack Submarine*

TASS - *Telegraph Agency of the Soviet Union*

UDWS - *Unified Deep Water System of European Russia*

UE - União Europeia

UAV - *Unmanned Aerial Vehicle*

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USV - *Unmanned Surface Vehicle*

ZEE - Zona Económica Exclusiva

Introdução

O conflito Russo-Ucraniano, iniciado em 2014 com a anexação da Crimeia e intensificado com a invasão em larga escala pela Federação Russa em 2022, representa um dos maiores desafios à ordem internacional desde o fim da Guerra Fria. A instabilidade daí resultante e o impacto na segurança europeia e global tornam-no uma problemática de grande relevância geopolítica.

Inserida no Mestrado Integrado em Ciências Militares Navais, especialidade de Marinha, esta dissertação aborda um tema que considero pertinente, não apenas do ponto de vista académico, mas também profissional, tendo em conta as funções que poderei vir a desempenhar como futuro oficial de Marinha. A análise e estudo dos conflitos armados exige um conhecimento sólido da História, capaz de identificar continuidades e de explicar as motivações e objetivos dos atores em conflito. O caso em estudo constitui-se um exemplo paradigmático nesse sentido: as suas raízes históricas são profundas e refletem continuidades estratégicas de longa data que perduram até ao presente.

Contudo, não basta olhar apenas para a História. É igualmente necessário compreender as dimensões geopolítica e geoestratégica do conflito e articular ambas numa análise integrada. Um oficial de Marinha deve ser capaz de interpretar os acontecimentos e conflitos, não só na sua dimensão tática, mas também nas vertentes estratégica, histórica e geopolítica, adquirindo assim uma visão multidisciplinar indispensável para a compreensão do presente e preparação do futuro.

Após a dissolução da União Soviética, em 1991, a recém-independente Ucrânia herdou apenas parte da antiga Frota do Mar Negro, bem como algumas infraestruturas. No entanto, a ausência de uma estratégia naval formalmente definida e a escassez de recursos económicos, limitaram severamente a capacidade de desenvolvimento de uma Marinha nacional autónoma.

Este paradigma sofreu, contudo, uma alteração radical em 2014, com a anexação da Crimeia pela Rússia e a subsequente ocupação da península. A perda da

base de Sevastopol e de grande parte da frota representou um golpe estrutural na capacidade naval ucraniana, obrigando o país a edificar uma estratégia naval. Perante uma adversária dotada de meios superiores em quantidade e qualidade, a Ucrânia viu-se impossibilitada de enfrentar a Frota Russa do Mar Negro por via convencional, orientando-se para uma postura defensiva baseada no emprego de meios assimétricos, seguindo uma estratégia de *sea denial*.

No quadro desta reorientação, surgiram respostas estratégicas e capacidades inovadoras como sistemas de mísseis costeiros, minas, veículos aéreos e navais não tripulados. Estas soluções assimétricas, de baixo custo relativo, mostraram-se eficazes ao contestar o controlo russo do Mar Negro, impor custos estratégicos ao adversário e proteger rotas marítimas vitais para a economia ucraniana. Ao mesmo tempo, criaram oportunidades inéditas para a Ucrânia, desde a acumulação de experiência operacional até ao reconhecimento internacional da Ucrânia como país pioneiro no desenvolvimento de drones navais.

O objeto de estudo desta dissertação é a componente naval do conflito Russo-Ucraniano desde 2014, com particular atenção à forma como a Ucrânia tem procurado edificar uma estratégia naval própria em resposta à agressão russa. Pretende-se compreender de que modo as limitações inerentes causadas pela anexação da Crimeia condicionaram a capacidade de resposta de Kyiv, ao mesmo tempo que abriram espaço para a adoção de soluções assimétricas inovadoras. O objetivo central da dissertação traduz-se na seguinte questão: “Quais os desafios e oportunidades na edificação de uma estratégia naval ucraniana?”

Para alcançar este objetivo, a investigação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo contextualiza a região do Mar Negro do ponto de vista geopolítico e geoestratégico, estabelecendo um quadro conceptual e identificando os fatores que tornam esta região estrategicamente relevante. O segundo capítulo analisa a evolução histórica do expansionismo russo e a forma como a busca por acesso aos mares quentes e a projeção de poder naval moldaram a sua estratégia desde a Moscóvia até à atual Federação Russa. O terceiro capítulo centra-se na análise do conflito em si, desde 2014 até 2025, abordando três momentos-chave: a

anexação da Crimeia, a guerra no Donbas e a invasão em larga escala. Por fim, o quarto capítulo responde diretamente à questão central da dissertação, identificando as limitações estruturais da Ucrânia, analisando as respostas desenvolvidas e explorando as oportunidades estratégicas emergentes.

A metodologia utilizada é de carácter qualitativo, baseada numa análise descritiva e interpretativa. A investigação recorreu à análise documental de fontes académicas, relatórios de centros de investigação e publicações institucionais, complementadas por artigos de imprensa que permitiram atualizar os dados face à natureza dinâmica do conflito. Esta abordagem combina a perspetiva histórica, fundamental para compreender a continuidade das ambições russas no Mar Negro, com a análise de acontecimentos recentes, permitindo interpretar de forma crítica como a Ucrânia tem procurado adaptar-se às suas limitações estruturais. Reconhece-se, contudo, que a investigação está condicionada pelo facto de o conflito se encontrar ainda em curso, o que implica que algumas das conclusões aqui apresentadas possam ser revistas à luz de desenvolvimentos futuros.

1. O Mar Negro como espaço geopolítico e geoestratégico

O estudo do conflito Russo-Ucraniano exige a compreensão dos conceitos de geopolítica e geoestratégia, bem como da relação entre ambos. Só assim é possível entender, de forma rigorosa, a dinâmica e relevância da região do Mar Negro no contexto do conflito em estudo. Além disso, também é necessário considerar as motivações subjacentes ao conflito, que vão muito além das narrativas “oficiais” empregues pelos beligerantes. Tais narrativas têm sido frequentemente utilizadas para justificar e legitimar as ações militares levadas a cabo pelos atores em conflito. Entre essas ações, destacam-se: a anexação da Crimeia, em março de 2014, o conflito no Donbas, iniciado no mesmo ano, e a autodenominada “operação militar especial”¹ no território ucraniano, em fevereiro de 2022.

A geopolítica e a geoestratégia são dois campos de estudo e do saber cujos conceitos têm vindo a ser desenvolvidos desde o século XIX até a atualidade, sendo objeto de diversas interpretações. Como afirma R. F. Martins (1996, p. 36), “Não existem conceitos, menos ainda definições, consensualmente aceites, para nenhuma destas disciplinas, mas sim uma grande variedade de propostas apresentadas nos trabalhos de diversos autores”.

O termo “geopolítica” foi inicialmente utilizado por Rudolf Kjellén (1864-1922), cientista político sueco, num artigo² onde explicava a relação do Estado com a sua envolvente geográfica, mas só viria aprofundar e desenvolver o conceito num livro por si publicado, anos depois³. No entanto, este conceito já vinha sendo desenvolvido enquanto disciplina de estudo no século XIX por Elisée Réclus (1830-1905), geógrafo francês, sendo continuado com o contributo do geógrafo e etnógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) (Correia, 2012, p. 230).

¹ Termo utilizado oficialmente pelo governo da Federação Russa para se referir à invasão de larga escala da Ucrânia, iniciada no dia 24 de fevereiro de 2022.

² Artigo intitulado “*Politik och Vetenskap*”, publicado no jornal vespertino *Göteborgs Aftonblad* (1901).

³ Livro intitulado “*Staten Som Lifform*” (Kjellén, 1916).

O Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), anterior ao atual Instituto Universitário Militar (IUM), definiu oficiosamente a geopolítica como o: “Estudo das constantes e das variáveis do espaço (...) que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da ciência política.”. Simplificando, a “(...) geopolítica pode ser entendida como o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política.” (Correia, 2012, p. 231).

O conceito de geoestratégia nasceu na década de 40 do século XIX, meio século antes da geopolítica, através do militar italiano Giacomo Durando numa das suas obras⁴, embora o termo permanecesse silenciado durante praticamente um século. Foi apenas a partir dos anos 40 do século seguinte que ocorreu o “renascimento da geoestratégia” e o termo começou a ser amplamente utilizado (Correia, 2012, pp. 237-238).

Relativamente à geoestratégia, “(...) poderemos considerá-la como o estudo das relações entre os problemas estratégicos com os fatores geográficos, à escala regional ou à mundial, procurando deduzir a influência dos factos geopolíticos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas e na consecução dos respetivos objetivos.” (R. F. Martins, 1996, p. 36). De uma forma mais simplista, a geoestratégia associa o “(...) fator geográfico (o terreno) a uma finalidade estratégica (emprego de forças organizadas).” (Correia, 2012, p. 238).

Segundo Correia (2012, p. 238), existe uma grande semelhança entre a definição de geopolítica e geoestratégia mas,

“(...) distinguem-se nos dois elementos de análise essenciais: nos modelos que servem – dinâmica de poder para a geopolítica, avaliação e emprego de formas de coação para a geoestratégia – e nos objetivos que visam – atividade política para a geopolítica, atividade estratégica para a

⁴ Livro intitulado *Della Nationalita Italiana – Saggio Politico-militare* (1846).

geoestratégia.”.

Deste modo, a geografia apresenta-se como ponto em comum, embora aplicada em diferentes domínios: o da política e o da estratégia (Célérier, 1969, citado por Correia, 2012, p. 238).

A importância da geografia nas relações de poder entre os diversos atores políticos é reconhecida há muito tempo. Segundo Napoleão Bonaparte, citado por Martins (1996, p. 26), “A política dos Estados está na sua geografia” , como observamos nos beligerantes do conflito em estudo. Tanto a Ucrânia como a Federação Russa são um exemplo da afirmação supracitada e muito se deve à influência dos fatores e condicionalismos geográficos na política interna e externa de ambos os países. O conflito Russo-Ucraniano no Mar Negro é um exemplo de como a geografia dita a política externa de um Estado e a forma como se relaciona com os outros, segundo dinâmicas de poder (geopolítica) e de como é instrumentalizada do ponto de vista estratégico e militar (geoestratégia).

1.1 Relevância estratégica do Mar Negro

Geograficamente, o Mar Negro é um mar interior delimitado a norte pelo sudeste europeu, a sul pela Anatólia⁵, a oeste pelos Balcãs e a leste pelo Cáucaso, fazendo fronteira com os seguintes países: Turquia, Bulgária, Roménia, Ucrânia, Federação Russa e Geórgia, como ilustrado na figura 1. Este corpo de água limita, ainda, uma península⁶ de elevada importância histórica e estratégica no âmbito do conflito em estudo, a qual será abordada em maior profundidade nos capítulos seguintes. O Mar Negro comunica diretamente com o Mar de Azov, através do Estreito de Kerch, e com o Mar de Mármara a partir do Bósforo que, por sua vez, se conecta ao Mar Egeu pelos Dardanelos, e, consequentemente, ao Mediterrâneo.

⁵ A Anatólia, também conhecida como Ásia Menor, é uma península situada entre o Mar Egeu e o Mar Negro, correspondente à maior parte do território asiático da atual Turquia.

⁶ Península da Crimeia.



Figura 1 - Região do Mar Negro

Fonte: PMF IAS (Acedido a 25 de março de 2025)

O Mar de Azov é um mar de pequenas dimensões e um dos mares de menor profundidade do mundo, tendo uma profundidade máxima de 14 metros (The editors of Encyclopaedia Britannica, s.d.b). Essa característica morfológica, restringe a entrada de navios de maior porte e obriga a navegação a seguir canais dedicados, como o Canal Kerch–Yenikale, , que liga o estreito aos portos regionais. O próprio Estreito de Kerch funciona como um *chokepoint* estratégico, condicionando a manobra e o tráfego dos navios que por lá passam. Estas características facilitam o controlo da área do Mar de Azov por quem domina o estreito, realidade que a Rússia consolidou após 2014, ao poder atrasar, fiscalizar ou limitar o acesso de navios, em especial os de maior porte (Urcosta, 2018).

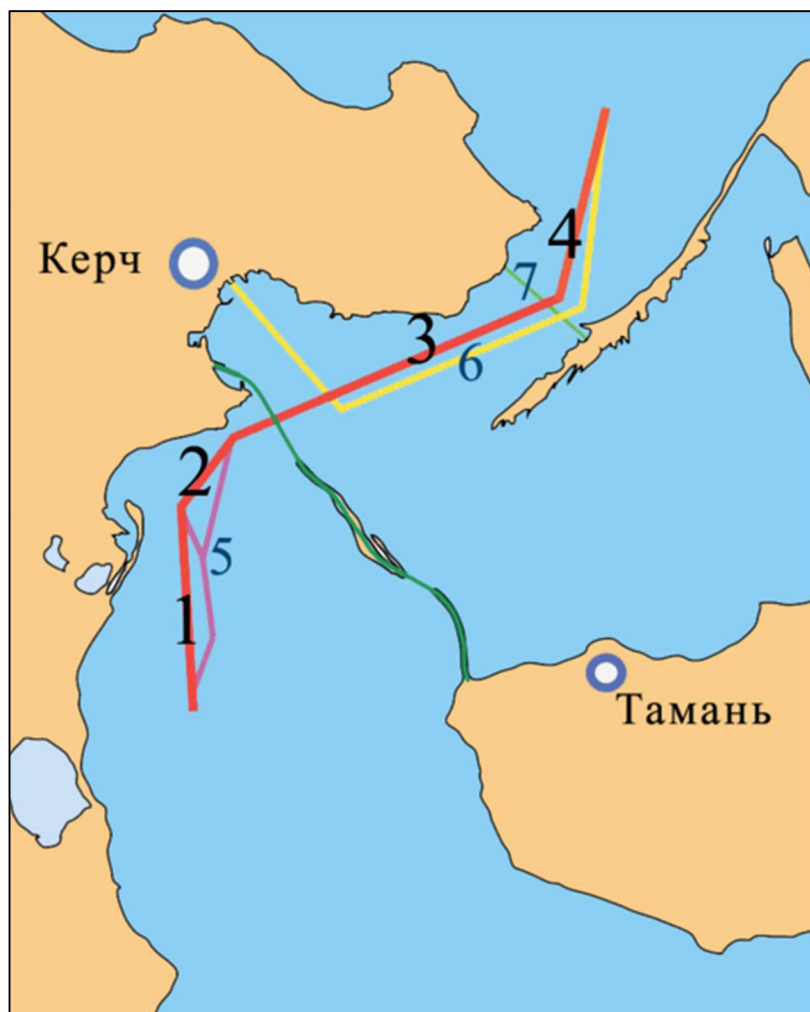


Figura 2 - Canal Kerch-Yenikale

Fonte: Wikimedia Commons (Acedido a 28 de março de 2025)

Além disso, o Mar Negro (via Mar de Azov) estabelece uma ligação estratégica com o Mar Cáspio, tanto a nível comercial como militar, muito relevante para a Federação Russa. Essa ligação é assegurada por uma via de comunicação artificial construída entre 1949 e 1952 pela União Soviética, sob o governo de Joseph Stalin: o Canal Volga-Don (ver figura 3). Esta infraestrutura conecta o Rio Volga ao Rio Don e possui uma extensão de 101 km, sendo navegável cerca de 200 dias por ano, uma vez que se encontra congelado usualmente entre os meses de novembro a abril (Jaghdani et al., 2023, pp. 22-26).

O canal em questão é também um dos principais componentes do *Unified Deep Water System of European Russia* (UDWS), um sistema de vias navegáveis

interiores da Rússia que liga o Mar Branco, o Mar Báltico, o Mar Cáspio, Mar de Azov e o Mar Negro através de uma rede de rios, lagos e canais como o próprio Canal Volga-Don. Este sistema liga através de vias navegáveis, algumas das principais cidades russas como São Petersburgo, Moscovo, Cazã, Volgogrado, entre outras (consultar Anexo A) (Jaghdani et al., 2023, pp. 22-24).



Figura 3 - Localização do Canal Volga-Don

Fonte: Wikimedia Commons (Acedido a 25 de março de 2025)

A passagem do canal Volga-Don é controlada exclusivamente pelas autoridades russas, o que permite que os navios de guerra da Flotilha do Cáspio tenham acesso livre ao Mar de Azov, controlado pela Federação Russa à data da redação desta dissertação. Com efeito, um mês antes da invasão em larga escala da Ucrânia, diversos navios da Flotilha do Cáspio foram destacados para o Mar Negro a fim de se juntarem às unidades navais da Frota do Mar Negro para ali realizarem exercícios navais em conjunto, o que demonstra a relevância estratégica destas vias interiores de navegação (Pedrozo, 2023, p. 15).

A região do Mar Negro representa a interseção da Europa, Ásia e Médio Oriente, traduzindo-se numa região de elevado valor estratégico militar e económico para os diversos atores que nele atuam e que dele dependem, sendo um importante

espaço estratégico em questões geopolíticas (R. Martins, 2017, p. 4).

Este corpo de água integra uma bacia hidrográfica na qual desaguam alguns dos principais rios europeus como o Danúbio, o Dnipro e o Don (este último através do Mar de Azov). Esses rios foram fundamentais para o desenvolvimento e fixação de povos eslavos nas suas margens, contribuindo para a formação de núcleos políticos e comerciais como o principado de Kyiv, centro da Rus de Kyiv⁷, que teve o Dnipro como principal via de comunicação e comércio. A ligação do Mar Negro aos rios supracitados, desempenha um papel fundamental na economia dos países contíguos ao Mar Negro, por se tratar de uma via de comunicação que possibilita a chegada de comércio europeu a países mais orientais, como alternativa às rotas vindas do Mar Báltico e do Oceano Atlântico (Coyer, 2016, citado por R. Martins, 2017, p. 4).

Segundo Nate et al. (2024, p. 257), “The Black Sea connects Asia, Europe, and Africa through the trade flows that pass through the Black Sea waters and its coast states.”, destacando o seu papel económico. A sua posição estratégica pode funcionar tanto como um “facilitador”, como um constrangimento do ponto de vista de comércio mundial, quando limitadas ou bloqueadas as vias de comunicação da região.

Grande parte das exportações e importações dos países desta região são realizadas por via marítima através do Mar Negro, das quais se destacam, pelo seu volume, as exportações de cereais (milho e trigo, sobretudo) oriundos do “celeiro da Europa”⁸ e da Federação Russa, bem como as de petróleo russo.

A invasão em larga escala da Ucrânia em 2022 comprometeu substancialmente a exportação de cereais da Ucrânia, através de bloqueios navais

⁷ Primeiro Estado eslavo oriental que existiu entre os séculos IX e XIII, reivindicado pela Ucrânia, Bielorrússia e pela Federação Russa como seu antepassado cultural e histórico.

⁸ Termo comumente atribuído à Ucrânia, um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo. Segundo o (Conselho da União Europeia, s.d.), “A Ucrânia é o maior exportador mundial de óleo de girassol (50% das exportações mundiais), o terceiro maior exportador de cevada (18%), o quarto maior exportador de milho (16%) e o quinto maior exportador de trigo (12%)”.

efetuados pelos navios da Marinha Russa. Esses acontecimentos levaram à criação do *Black Sea Grain Initiative* (BSGI), um acordo negociado em julho de 2022 entre a Organização da Nações Unidas (ONU), a Federação Russa e a Turquia. O objetivo desta iniciativa era garantir a passagem segura dos produtos agrícolas ucranianos saindo dos seus portos a sul (Odesa, Chornomorsk, e Pivdennyi) até atravessarem o Bósforo, por forma a mitigar os efeitos de uma possível crise alimentar global (Wintour, 2023). A Turquia desempenhou um papel fundamental de mediação nesta iniciativa (e no conflito Russo-Ucraniano em si, principalmente na componente marítima no Mar Negro), devido ao controlo que detém sobre os Estreitos Turcos⁹, regulamentado pela Convenção de Montreux de 1936.

Esta Convenção estabelece o quadro jurídico para o controlo e a navegação de navios mercantes e de guerra nos Estreitos Turcos tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, sendo a Turquia o Estado responsável por regular esse trânsito. As suas disposições incluem restrições quanto ao número de navios de guerra que pode transitar nos estreitos, o armamento desses navios, deslocamento e período de permanência no Mar Negro (Convention Regarding the Regime of the Straits, 1936). A presente Convenção confere à Turquia uma influência estratégica na região tornando-a numa potência regional no contexto geopolítico da região do Mar Negro.

Em julho de 2023, um ano depois da celebração da BSGI, a Federação Russa anunciou a sua retirada da iniciativa, agravando a navegação comercial na região e intensificando os seus ataques a infraestruturas portuárias ucranianas. Segundo o Conselho da União Europeia (2025), desde o início da celebração do acordo até julho de 2023, cerca de 33 milhões de toneladas de cereais e outros produtos alimentares foram exportados através da BSGI. Como resposta, a Ucrânia adotou rotas alternativas para prosseguir com as suas exportações agrícolas e mitigar os impactos na segurança alimentar global. Além de utilizar os corredores fluviais do Danúbio através do porto romeno de Constanta e do Canal Danúbio-Mar Negro, em

⁹ Termo referente aos Estreitos de Dardanelos e do Bósforo.

agosto de 2023 a Ucrânia começou a utilizar um novo “corredor temporário de exportação” junto à costa ocidental do Mar Negro, como ilustrado na figura 4.

Esta nova rota oferece maior segurança pois atravessa as águas territoriais da Romênia, Bulgária e Turquia, Estados-Membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)¹⁰ e por possuir águas pouco profundas que comprometem a utilização de submarinos russos nessa zona, o que reduz o risco de ataques diretos ("How Much Grain Is Ukraine Exporting and How Is It Leaving the Country?", 2022).



Figura 4 - Corredores de exportação de grão utilizados pela Ucrânia no Mar Negro

Fonte: The Kyiv Independent (Acedido a 26 março 2025)

Relativamente à indústria e exportação de hidrocarbonetos por parte da Rússia, como o petróleo e o gás natural, segundo a Forbes (2023), “A indústria dos hidrocarbonetos representa 27% do Produto Interno Bruto (PIB) da Rússia e a sua venda ao exterior representa cerca de 57% do total das exportações do país segundo

¹⁰ No presente trabalho adotou-se a sigla inglesa “NATO”.

o Governo”. Importa também não esquecer a relevância do gás natural na economia russa, apesar de não ser exportado através das rotas comerciais marítimas, é exportado através de gasodutos, com exceção do gás natural liquefeito (LNG). Sob o Mar Negro passam dois gasodutos: o *BlueStream* e o *TurkStream*. Segundo a *NS Energy* (2022), o primeiro foi inaugurado em 2005 e faz a ligação Rússia-Turquia, tendo capacidade para transportar cerca de 16 bilhões de metros cúbicos de gás por ano. Já o segundo foi inaugurado em 2020, sendo constituído por 2 linhas paralelas: uma fornece diretamente para a Turquia e outra fornece o sudeste europeu através da Turquia, com capacidade para transportar um total de 31,5 bilhões de metros cúbicos por ano (Garding et al., 2021).



Figura 5 - Gasodutos russos no Mar Negro

Fonte: European Union Institute for Security Studies (Acedido a 26 de março de 2025)

O fornecimento do gás é efetuado pela Gazprom, a maior empresa energética da Federação Russa e uma das maiores do mundo, detida maioritariamente pelo Estado Russo, que a utiliza como um instrumento de política externa, por conta da dependência energética que a União Europeia (UE) e os países que pertenceram à

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) possuem relativamente à Federação Russa (Thomas, 2006, p. 3).

Do ponto de vista geopolítico, na região do Mar Negro, três dos países banhados pelas suas águas integram a NATO: é o caso da Roménia, Bulgária e Turquia; dois são considerados parceiros do Ocidente, apesar de não serem Estados-Membro da Aliança Atlântica: a Ucrânia, com uma orientação pró-ocidental clara, e a Geórgia, polarizada politicamente, onde o povo manifesta um forte apoio à integração euro-atlântica embora o governo atual¹¹ tenha adotado políticas que sugerem uma aproximação com a Rússia¹²; por fim, a Federação Russa, com um posicionamento ambíguo, muitas vezes antagónico, relativamente ao Ocidente.

A aproximação a organizações euro-atlânticas como a NATO e a EU por parte de países “ex-satélites soviéticos” que integraram o Pacto de Varsóvia¹³ (Roménia e Bulgária) e de estados que integravam a URSS (Ucrânia e Geórgia), levou a uma perceção de alargamento e expansionismo da NATO e, consequentemente, de ameaça à segurança de Moscovo e dos seus interesses nacionais. A Federação russa interpreta “(...) a expansão da NATO ao longo do seu flanco sul como um esforço da Aliança Atlântica para envolver e neutralizar as suas forças estratégicas na região do Mar Negro, nomeadamente, a Frota do Mar Negro.” (Alexandre, 2022, p. 3).

Para responder àquilo que considera como um alargamento da NATO, o Kremlin desenvolveu, segundo Melvin (2018), citado por Alexandre (2022, p. 3),

¹¹ Governo liderado pelo partido *Georgian Dream - Democratic Georgia*, fundado em 2012 pelo bilionário Bidzina Ivanishvili, que possui laços políticos e económicos com a Rússia (Goedemans, 2024).

¹² Dessas políticas destaca-se a lei aprovada em maio de 2024 intitulada “*On the transparency of foreign influence*” também conhecida como lei dos agentes estrangeiros, que segue o modelo da lei russa e visa os meios de comunicação social independentes e as Organizações não governamentais (ONG) (Strachota, 2024). A lei é vista como uma tentativa de o governo controlar e restringir a sociedade civil e a liberdade de expressão, dando origem a grandes protestos por parte do povo georgiano.

¹³ Tratado de defesa coletiva estabelecido pela União Soviética mais sete estados satélite soviéticos da Europa central e do leste: Albânia (até 1968), Bulgária, Checoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polónia e Roménia. Foi criado em 1955 imediatamente depois da Alemanha Ocidental aderir à NATO e o seu fim foi declarado em 1991 (*NATO - Declassified: What was the Warsaw Pact?*).

“(…) uma abordagem relativa à segurança, na qual o Mar Negro se tornou o pivot de um esforço para reconstruir uma posição poderosa no antigo espaço soviético, tendente a contrariar a expansão e as ameaças euro-atlânticas percebidas e para restabelecer a Rússia como um ator global, numa nova ordem necessariamente multipolar”

Do ponto visto geoestratégico, o Mar Negro é decisivo para a Federação Russa pois atua como uma “barreira” contra a expansão do Ocidente em geral e da NATO, no que aos aspetos militares diz respeito. A anexação da Crimeia em 2014 e a militarização dessa região, particularmente a do porto de Sevastopol (consultar Anexo E), fez com que a Rússia detivesse o controlo de uma parte considerável daquele espaço marítimo, com a Frota do Mar Negro estacionada na base naval de Sevastopol, um dos principais portos militares para a Rússia desde o período imperial. Esta infraestrutura desempenha um papel crucial na projeção de poder naval russo no Mar Negro pois permite à Federação Russa manter uma presença militar contínua na região, essencial pois “importa referir que controlar o acesso e a saída do Mar Negro para os designados “mares abertos” (Egeu e Mediterrâneo) há muito que é uma questão estratégica para Moscovo.” (Alexandre, 2022, p. 3).

Esta realidade geopolítica e geoestratégica confere ao Mar Negro um papel central não apenas no conflito atual, mas também no longo percurso histórico da projeção marítima russa, tema que será aprofundado no capítulo seguinte.

1.2 O Mar Negro como epicentro de conflitos

Durante séculos, a região do Mar Negro tem sido um ponto de confluência entre vários povos, etnias, culturas e religiões, tornando-se, consequentemente, um epicentro de conflitos e disputas de poder ao longo da história. Desde a Antiguidade que a sua posição estratégica de interseção entre o Mediterrâneo, o Cáucaso e a Eurásia, a transformou num espaço de comércio, expansão territorial e intercâmbio cultural. Diversas potências e povos - como os citas, gregos, romanos, godos, bizantinos, otomanos, russos, entre outros - estabeleceram-se na região e moldaram

a mesma (Bebiano, 2022, p. 31). Frequentemente, as diferenças entre os povos resultavam em disputas e conflitos. Além disso, fatores como a religião e a etnia foram, em diversos momentos, instrumentalizados por forma a justificar e legitimar as dissidências e os confrontos da região como, por exemplo, a guerra da Crimeia (1853-1856), objeto de análise mais detalhada nos capítulos seguintes.

Antes dos gregos colonizarem as margens do Mar Negro, os seus navios não se aventuravam a navegar para lá dos “Estreitos Turcos” e chamavam-no de *Pontus Axinos*, que significa “via inóspita”. À medida que os gregos colonizaram as suas costas e os seus navios começaram a navegar nas suas águas, passaram a designá-lo por *Pontus Euxinos*, “via hospitaleira” (Venislavskyy, 2024, p. 7). A designação atual, “Mar Negro” (*Kara Deniz*, em turco), começou a generalizar-se entre os turcos apenas a partir do século XVIII e foi adotada pelos europeus apenas no século seguinte (Bebiano, 2022b).

De acordo com Charles King, citado por Rui Bebiano (2022), existem cinco etapas na história do Mar Negro que representam as transformações políticas, culturais e económicas da região ao longo dos séculos.

A primeira fase teve lugar entre o início do ano 700 a.C. e o ano 500 da era cristã, com a chegada à região do Mar Negro dos gregos, em primeiro lugar, seguidos pelos romanos. Estes últimos caracterizaram-se por impor formas estáveis de poder militar, controlo de comércio e de navegação.

A segunda fase decorreu entre o ano de 501 ao ano de 1500, sensivelmente. Este período foi sobretudo de domínio político e militar, do ponto de vista naval, por parte do Império Bizantino com a associação de Veneza e de Génova, que detinham interesses comerciais na região.

A terceira fase decorreu entre 1500 e 1700, e viu ocorrer a ascensão, expansão e domínio da região, tanto do ponto de vista marítimo como terrestre, do Império Otomano.

A quarta fase, de 1700 até meados do século XIX, correspondeu à primeira

vaga de expansão e de afirmação política na região do Império Russo sob o comando do Imperador Pedro, *o Grande*, e da Imperatriz Catarina II, *a Grande*, que consolidaram a presença russa não só na região do Mar Negro, mas também no Báltico.

A quinta fase proposta, estende-se desde meados do século XIX até à década de 1990, caracterizando-se por um período de instabilidade política na região, decorrente da rivalidade entre o Império Otomano e o Império Russo. Essa disputa materializou-se em conflitos e disputas territoriais como a Guerra da Crimeia (1853-1856), na qual as potências europeias intervieram. Foi também uma época marcada pela Revolução Bolchevique de 1917¹⁴ e pela consolidação da União Soviética que transformou o Mar Negro num bastião estratégico da Guerra Fria.

A estas cinco etapas devemos juntar uma sexta, resultante da transformação da região do Mar Negro “(...) numa área de conflito entre a Rússia neoimperialista de Vladimir Putin, desejosa de retomar a influência perdida nos anos que se seguiram a 1991(...),e, do outro lado, a NATO, os Estados Unidos e a União Europeia.” devido aos interesses económicos, energéticos, geopolíticos e geoestratégicos, referenciados anteriormente (Bebiano, 2022b).

Os principais conflitos que resultaram desta multipolaridade, aliada a motivações estratégicas, foram a Guerra Russo-turca (1768-1774), entre o Império Russo e o Império Otomano; a Guerra da Crimeia (1853-1856) entre o Império Russo e uma coligação constituída pelo Império Otomano, a França e a Grã-Bretanha; o conflito russo-georgiano (2008) e o conflito Russo-Ucraniano, iniciado em 2014, que se mantém em curso, objeto de estudo da presente dissertação.

¹⁴ A Revolução Bolchevique de 1917, também conhecida como Revolução de Outubro, foi uma revolução que derrubou o governo provisório russo e colocou os bolcheviques no poder sob liderança de Vladimir Lenin. Esta revolução levou à Guerra Civil Russa (1918-1922) da qual resultou a União Soviética em 1922, redefinindo o panorama político mundial do século XX.

2. O Expansionismo russo e a sua estratégia naval: das origens à Federação Russa

Ao longo da sua história, a Rússia desenvolveu-se predominantemente como uma potência de natureza continental, ao contrário de outras potências, como Portugal, os Países Baixos e o Reino Unido que encontraram no mar o meio para a sua expansão e afirmação entre os demais poderes europeus. A história da sua expansão, essencialmente a partir do período czarista¹⁵, está intimamente relacionada com fatores e condicionalismos geográficos que moldaram as suas decisões estratégicas e definiram os seus principais eixos de expansão: a extensão territorial, a ausência de barreiras naturais e o clima severo.

Desde os primórdios do Czarado da Rússia¹⁶, no século XVI, que o território russo se caracteriza pela sua vasta extensão (ver figura 6), composto essencialmente por planícies e estepes euroasiáticas.

A ausência de fronteiras naturais bem definidas, como cordilheiras ou grandes cursos de água, tornavam a região vulnerável a ataques inimigos provenientes de múltiplas direções, criando uma percepção de insegurança e vulnerabilidade. Esta realidade levou ao desenvolvimento de uma lógica estratégica baseada na profundidade territorial, procurando expandir as fronteiras para além das zonas consideradas vitais à sua segurança.

Outro fator geográfico igualmente relevante é o clima severo e gélido que predomina em grande parte do território russo. Com invernos longos e rigorosos, marcados por temperaturas extremamente baixas, o clima da Rússia impôs desafios e limitações ao livre-trânsito nas águas do Ártico, situadas a norte do seu território, gelados a maior parte do ano e de difícil navegabilidade. Este constrangimento motivou historicamente a procura russa por acessos aos chamados “mares quentes”,

¹⁵ O período czarista russo iniciou-se em 1547 com a coroação de Ivan IV, como Czar e terminou em 1721 com o início do Império Russo sob governo de Pedro I, *o Grande*.

¹⁶ Também conhecido como Czarado da Moscóvia.

navegáveis durante todo o ano.

Apesar da sua condição de potência continental e dos seus condicionalismos geográficos referidos anteriormente, a Rússia reconheceu, a partir do século XVII, a importância e necessidade estratégica do acesso ao mar como forma de assegurar comunicação com o exterior, desenvolvimento económico e projeção de poder.



Figura 6 - Expansão russa desde o Séc. XVI até ao Séc. XIX

Fonte: Encyclopædia Britannica (Acedido a 1 de abril de 2025)

Assim, a partir do século XVII, a Rússia começou a delinear uma estratégia orientada para o acesso aos “mares quentes” e o controlo de vias marítimas. Essa mudança é indissociável da figura de Pedro I, *o Grande*, cujo reinado (1682-1725) marca o verdadeiro ponto de viragem na estratégia russa e nas suas ambições marítimas.

Ao longo dos séculos seguintes, a Rússia foi-se expandindo territorialmente

e consolidando essa ambição essencialmente em três eixos: o Báltico, o Mar Negro e o Pacífico.

Neste capítulo, proceder-se-á a uma análise histórica dessa expansão e da evolução da estratégia naval russa, desde o Império Russo até à Federação Russa, com destaque para a centralidade do Mar Negro e da Crimeia enquanto pilares estratégicos, evidenciando a continuidade desta lógica até à atualidade, nomeadamente no conflito Russo-Ucraniano contemporâneo.

2.1 As raízes do pensamento estratégico marítimo russo

A génese e desenvolvimento do pensamento estratégico marítimo russo devem ser analisados à luz dos constrangimentos geográficos, geopolíticos e históricos que moldaram a sua trajetória enquanto potência emergente. Após a libertação do jugo mongol¹⁷ no final do século XV, a então Moscóvia¹⁸ consolidou-se como um estado de matriz eminentemente continental, herdeiro de uma tradição geopolítica centrada na expansão terrestre e na defesa territorial. A sua realidade geográfica adversa, marcada pela ausência de acessos naturais e permanentes aos mares e oceanos navegáveis durante todo o ano, restringiu severamente as ambições marítimas russas durante séculos.

Naquela época, a Moscóvia, encontrava-se geograficamente isolada tanto do Mar Báltico como do Mar Negro. O acesso ao primeiro, a norte, era bloqueado pela Suécia e pela Dinamarca, enquanto o segundo, a sul, estava sob controlo do Império Otomano e do Canato da Crimeia (Wren, 1958, referenciado por Daniel, 1988, p. 15).

Ivan III (1462-1505), o *Grande*, iniciou o processo de expansão territorial em

¹⁷ O "jugo mongol" na Rússia foi um período compreendido entre 1240 e 1480, durante o qual os principados russos estiveram submetidos ao domínio imposto pela Horda Dourada, estado mongol formado no século XIII por Batu Khan, neto de Genghis Khan (Halperin, 1985, pp. 21-32).

¹⁸ Também conhecido como Grão-Ducado de Moscovo.

direção ao mar, ao anexar Novgorod¹⁹ em 1488 (Theobald, 1953, p. 28). Contudo, o acesso direto ao Báltico e aos “mares quentes” continuava a ser limitado.

Ávidos por portos marítimos, os Czares e Czarinas subsequentes procuraram incessantemente aceder aos mares abertos, livres de gelo. Entre eles, o que mais se destacou no que toca ao pensamento naval foi Ivan IV, o *Terrível*, como refere Vernadsky (1959) citado por Daniel (1988, p. 17),

“The most naval minded of these Tsars prior to Peter I was Ivan IV (the Terrible), grandson of Ivan III. Although his attempts to gain access to the Black and Baltic Seas were unsuccessful, Ivan IV did initiate Russia's Eastward expansion towards the Pacific Ocean”

Entre 1552-1556, Ivan IV invadiu e derrotou os Canatos do Volga de Kazan e de Astrakhan, expandindo a Moscóvia para sul até ao Mar Cáspio, abrindo caminho para a futura expansão em direção à Sibéria (North, 2019, p. 64). Durante o seu reinado (1533-1584), estabeleceram-se também relações comerciais com a Inglaterra e abriu-se a cidade portuária de Arkhangelsk, situada no Mar Branco (localizar na figura 6), aos mercadores europeus, passando a Rússia a estar envolvida no comércio marítimo internacional (Mitchell, 1974, referenciado por Daniel, 1988, p. 17). Este porto principal era o único na parte europeia da Rússia, mas, devido ao seu clima e geografia, não era o melhor local para desenvolver contactos comerciais e políticos com os países europeus (Janicki, 2022, p. 93).

Este porto, ligado ao Mar de Barents e ao Mar da Noruega, a norte do território russo, encontrava-se sazonalmente bloqueado pelo gelo (*The Russian Navy - A Historic Transition*, 2015, p. xiii). A sazonalidade deste porto evidenciava as limitações impostas pelo clima severo, sublinhando a necessidade estratégica de

¹⁹ Novgorod era um importante centro comercial na Europa Oriental, integrado desde o século XII na Liga Hanseática (Ye. A. Rybina, 2009, citado por Pavlova, 2019, p. 246). Novgorod acolhia *Peterhof*, o *kontor* hanseático, constituindo-se como um elo essencial entre a Rússia e centros comerciais ocidentais como Lübeck e Bruges, com destaque para o comércio de peles, cera e outros produtos (Selzer, 2010, citado por Graumann & Affeldt, 2020, p. 15).

obter acesso a mares navegáveis durante todo o ano, uma constante da política marítima russa nas décadas seguintes.

Além disso, Ivan IV contratou instrutores europeus especializados em guerra naval e nas ciências marítimas e tentou obter construtores e engenheiros navais ingleses, tendo este último pedido sido recusado pela Rainha Isabel I (Mitchell, 1974 citado por Daniel, 1988, p. 17).

Depois da morte de Ivan IV em 1584, seguiu-se cerca de um século de reduzida atividade naval (Theobald, 1953, p. 28). Nos primeiros anos da dinastia Romanov²⁰, já em meados do século XVII, a Rússia alcançou o Mar de Okhotsk e o Pacífico estabelecendo assim os primeiros contactos com águas orientais (*The Russian Navy...*, pp. xiii-xiv), embora esta vertente se tenha mantido secundária e predominantemente comercial, como irá ser detalhado no sub-subcapítulo 2.2.4.

Paralelamente, e apesar de manterem uma orientação marcadamente continental, os primeiros Romanov procuraram consolidar algumas iniciativas navais pontuais e limitadas em escala.

Sob o reinado de Miguel I (1613–1645), os Cossacos operaram como corsários no Mar Negro e nas suas margens fluviais, atacando tanto os otomanos como os tártaros da Crimeia, embora por vezes agissem de forma insubordinada, chegando mesmo a atacar Moscovo (Daniel, 1988, p. 19).

No reinado de Alexis I (1645–1676), registou-se uma vitória naval temporária contra os Suecos com a captura da ilha de Kotlin, que, apesar de breve, refletiu os primeiros ensaios de projeção marítima. Além disso, Alexis tentou por duas vezes iniciar uma indústria naval, porém, sem sucesso a longo prazo²¹ (Daniel, 1988, p. 19).

²⁰ A dinastia Romanov governou a Rússia de 1613, com a eleição de Miguel I, até 1917, com a abdicação de Nicolau II na sequência da Revolução de Fevereiro.

²¹ Na segunda tentativa, destacou-se a produção do navio *Orel 22*, um navio de três mastros com cerca de 24 metros de comprimento (Daniel, 1988, p. 19).

Estas iniciativas, ainda que limitadas em alcance e impacto, prepararam simbolicamente o caminho para as transformações profundas implementadas por Pedro I, cuja visão reformista não só redefiniria a trajetória marítima russa, como também transformaria estruturalmente o Império numa potência naval emergente.

2.2 O Império Russo e a construção do poder naval russo

A construção do poder naval russo acompanha de forma indissociável a trajetória histórica do Império Russo e o seu desenvolvimento enquanto potência continental com ambições marítimas. Longe de possuir uma vocação marítima intrínseca, ou de se afirmar como uma potência marítima clássica à semelhança do Reino Unido ou dos Países Baixos, a Rússia procurou utilizar o mar como instrumento de afirmação geopolítica e geoestratégica, em momentos historicamente determinados, sempre subordinada à lógica de expansão e consolidação territorial do império.

Esse processo pode ser compreendido a partir de quatro momentos fundamentais. O primeiro corresponde ao reinado de Pedro I, *o Grande* (1682–1725), que inaugurou um esforço deliberado e estruturado para dotar a Rússia de capacidade naval e transformá-la numa potência europeia. A partir da sua experiência na Europa Ocidental, Pedro lançou uma série de reformas institucionais, técnicas e organizacionais, que culminaram na fundação da Marinha Imperial Russa. As campanhas de Azov, a Grande Guerra do Norte e a fundação de São Petersburgo marcaram as primeiras afirmações marítimas russas no Mar Negro e no Báltico (Araújo, 2016, p. 12). Foi neste último espaço que o projeto naval de Pedro encontrou a sua expressão mais consolidada, conferindo à Rússia uma presença permanente e estruturada na região.

O segundo momento deu-se sob o reinado de Catarina II (1762–1796), cuja política externa reforçou decisivamente a orientação marítima do Império para o sul. A imperatriz reconheceu no Mar Negro uma oportunidade estratégica vital, tanto para garantir o acesso a águas quentes como para projetar o poder russo no

Mediterrâneo Oriental. As guerras contra o Império Otomano, a conquista da Crimeia em 1783 e a fundação da base naval de Sevastopol foram marcos da consolidação russa naquela região (Araújo, 2016, p. 12).

O terceiro momento decisivo foi a Guerra da Crimeia (1853–1856), que confrontou a Rússia com as principais potências navais da época, nomeadamente a Grã-Bretanha e a França. A derrota russa e as imposições do Tratado de Paris, que proibiram a militarização do Mar Negro, marcaram não apenas o fim do ciclo de expansão iniciado por Pedro e consolidado por Catarina, como a interrupção de um ciclo de expansão marítima que havia alcançado o seu auge sob o reinado de Catarina II. A guerra expôs de forma crua os limites do poder naval russo, acentuando o declínio relativo do Império no concerto europeu.

O quarto e último momento foi a viragem estratégica para o Pacífico, após a perda de margem de manobra no Mar Negro. A partir da segunda metade do século XIX, a Rússia voltou-se para o Extremo Oriente, onde começou a construir infraestruturas portuárias, como Vladivostok, e a desenvolver a Frota do Pacífico. Esta mudança de eixo correspondeu não a uma renúncia ao poder naval, mas a uma tentativa de reposicionamento geopolítico num novo espaço. No entanto, esta ambição encontrou um fim abrupto com a derrota na Guerra Russo-Japonesa (1904–1905), em especial com o desastre da batalha de Tsushima (1905), que assinalou o colapso definitivo da expansão marítima do Império Russo.

Assim, a evolução do poder naval russo não pode ser entendida como o percurso de uma potência marítima clássica, mas sim como um esforço intermitente e estratégico de adaptação imperial, conduzido em função de necessidades geopolíticas específicas. Os subcapítulos que se seguem explorarão em detalhe estes quatro momentos-chave, analisando as suas implicações estratégicas e o modo como moldaram o lugar da Rússia nos equilíbrios regionais e global.

2.2.1 Pedro, o Grande e a transformação marítima russa

A história marítima russa apresenta dois momentos claramente distintos que assinalam a viragem da Rússia, de um Estado com ambições expansionistas exclusivamente terrestres, para um Estado com ambições também de natureza marítima: o período anterior a Pedro I e o período subsequente.

Até à ascensão de Pedro, o Grande, a Rússia era essencialmente um Estado em consolidação, cuja estratégia expansionista se centrava quase exclusivamente no domínio terrestre, com escassas ambições marítimas e capacidades navais praticamente inexistentes. Moldada pela sua geografia euroasiática e seguindo uma lógica de defesa em profundidade, a estratégia russa assentava sobretudo em exércitos terrestres, empregues tanto na defesa das suas fronteiras como no seu alargamento, através da invasão de regiões vizinhas. Não existia, até então, uma política naval clara, sistemática e intencional.

Em 1682, Pedro I tornou-se Czar, ascendendo ao trono da Rússia juntamente com o seu meio-irmão Ivan V²². À data, a Rússia mantinha-se praticamente excluída das principais rotas marítimas europeias. O Mar Branco permanecia o seu único acesso marítimo, através do porto de Arkhangelsk, ainda que congelasse durante grande parte do ano, e os acessos ao Báltico e ao Mar Negro encontravam-se bloqueados por potências rivais: a Suécia e o Império Otomano, respetivamente. Tal como refere Theobald (1953, p. 29):

“Geographically, there had been little change in his country - the White Sea was still his only outlet to the oceans of the world. (...). Sweden in the north (controlling practically the entire littoral of the Baltic) and Turkey in the south (controlling the entire littoral of the Black Sea), were his major

²² Após a morte do czar Alexei em 1682, os seus dois filhos, Ivan V e Pedro I, foram coroados conjuntamente como czares da Rússia. Contudo, Ivan, embora mais velho, apresentava debilidades físicas e mentais que o impediam de governar efetivamente. Os boiardos (burocratas) russos, optaram por coroar ambos, impedindo que um regente pudesse governar em nome de Ivan, devido à sua incapacidade mental (Bereit, 1984, p. 5). Em 1696, com a morte de Ivan V, Pedro I tornou-se o único soberano da Rússia (Grey, 1960, citado por Bereit, 1984, p. 5).

enemies.”

Do ponto de vista político, Pedro I procurava afirmar a Rússia como uma potência europeia (Janicki, 2022, p. 93). Para que isso se concretizasse, era crucial romper com o seu isolamento geográfico. Nesse sentido, em 1686, a Rússia juntou-se a uma aliança com a Polónia e a Áustria, formada para combater dois inimigos comuns: o Império Otomano a sul e a Suécia no norte (Grey, 1960, citado por Bereit, 1984, p. 4).

No entanto, em 1690, os aliados consideraram que a Rússia não estava a cumprir com as suas responsabilidades decorrentes do tratado, no que concerne a combater o Império Otomano. Como tal, o então Rei da Polónia, João III Sobieski, ameaçava assinar paralelamente um tratado de paz com a Turquia, ignorando os interesses e reivindicações russas (Massie, 1981, citado por Bereit, 1984, p. 4). Esta conjuntura e a ameaça legítima otomana, levou Pedro a acelerar os preparativos para uma nova campanha contra os otomanos (Bereit, 1984, p. 4).

As primeiras ações de Pedro para materializar o acesso aos chamados “mares quentes” dirigiram-se para o sul, com as campanhas de Azov (1695-1696). Estas campanhas tinham como objetivo a conquista do forte otomano de Azov, situado cerca de quinze milhas a montante da foz do rio Don, que daria acesso ao Mar Negro (North, 2019, p. 64). Este reduto, capturado pelos turcos em 1475, bloqueava o acesso russo ao Mar Negro. Uma milha acima da cidade, em cada margem do rio, existiam torres fortificadas, ligadas por correntes de aço, que impediam a navegação fluvial russa rumo ao sul. Juntamente com outras fortificações ao longo do Dnipro, Azov constituía um entrave ao comércio e à expansão marítima russa na região (Waliszewski, 1897, citado por Bereit, 1984, pp. 4 e 6).

Desde a década de 1670 que a Rússia procurava romper este bloqueio. O conflito russo-otomano entre 1677 e 1681 resultou no Tratado de Radzin²³ (1681), que concedeu um acesso limitado ao Mar Negro. No entanto, essa abertura revelou-

²³ Também conhecido como Tratado de Bakhchisarai.

se efémera. Em 1689, a crescente presença naval turca impediu qualquer navegação russa na região (Office of naval Intelligence, 1950, citado por Bereit, 1984, p. 4). Após anos de restrições e ameaças ao comércio, a Rússia preparava-se para uma reviravolta na sua fronteira sul. Controlar Azov através de uma frota permanente tornava-se, portanto, uma necessidade estratégica, tanto para assegurar o comércio com o Oriente e o Ocidente, como para afirmar a presença russa no Mar Negro (Bereit, 1984, p. 4).

Em 1695, Pedro, *o Grande*, já determinado a modernizar o Estado russo e aumentar a sua proeminência nos assuntos europeus, lançou a sua primeira campanha militar contra o forte otomano de Azov (Bereit, 1984, p. 3; North, 2019, p. 64).

De acordo com Bereit (1984, pp. 6–7), Pedro, *o Grande*, procurava cumprir uma série de objetivos estratégicos nestas campanhas. Em primeiro lugar, procurava cumprir com as obrigações decorrentes das alianças estabelecidas, o que passava pela derrota dos otomanos numa batalha decisiva que garantisse a inclusão dos interesses russos em qualquer futuro tratado de paz. Paralelamente, ambicionava conquistar um porto que possibilitasse o acesso direto aos mercados orientais e ocidentais. Outro objetivo fundamental consistia em desafiar a influência e domínio otomano no Mar Negro, . A estas metas juntava-se a intenção de adestrar e testar os novos regimentos “modernos”, organizados segundo o modelo europeu, que Pedro vinha desenvolvendo como parte da sua reforma militar. Por fim, o czar pretendia ainda afirmar o seu poder, não apenas perante os opositores internos, mas igualmente junto dos aliados e rivais estrangeiros.

A primeira campanha, de natureza terrestre, não teve sucesso. Pedro I cercou a Fortaleza de Azov com um exército de 30.000 homens, no entanto, o facto desta posição fortificada se encontrar inserida numa linha de comunicação marítima, tornou o cerco terrestre insuficiente. Era necessário o apoio de forças navais para cortar as linhas de comunicação e de abastecimento da fortaleza (Anderson, 2009, citado por Venislavskyy, 2024, p. 17).

Reconhecendo essa limitação, Pedro I ordenou a construção de uma frota em Voronezh. Como afirma Grey (1960, citado por Bereit, 1984, pp. 11-12),

“The fleet was constructed in the five winter months at Voronezh on the Don. The magnitude of this feat defies comprehension. In the middle of winter, 28,000 conscripted laborers with Dutch and Venetian shipwrights constructed and armed 2 ships of the line, 4 fireboats, 23 galleys, and over 1,300 barges and transport vessels”.

Ainda durante os meses de inverno em que preparava a segunda ofensiva a Azov, Pedro I desenvolveu regulamentos navais bem como sinais e alarmes para controle da frota durante trânsito. Para além disso, criou uma força constituída por 4.000 fuzileiros com o intuito de serem utilizados em ações de abordagem. Com estas ações, nasciam a Marinha e os fuzileiros russos (Massie, 1981, citado por Bereit, 1984).

A segunda campanha contra Azov teve início na primavera de 1696, mas desta vez, contou com o apoio naval da recém-construída frota russa (Bereit, 1984, p. 1). Iniciada a segunda ofensiva a Azov, utilizando a sua Marinha por forma a cortar as linhas de abastecimento dos otomanos e um exército de cerca de 120.000 homens, Pedro I acaba por ver os otomanos renderem-se ao seu cerco, depois de sujeitos a bombardeamento constante (Venislavskyy, 2024, p. 17).

Estas campanhas, além de se revelarem bem-sucedidas, marcaram a primeira experiência de combate real de Pedro I e o primeiro uso efetivo do poder naval russo (Bereit, 1984, p. 1). Além disso, a vitória em Azov é tradicionalmente assinalada como o momento fundador da Marinha Imperial Russa.

Apesar das campanhas de Azov terem sido bem-sucedidas, os turcos continuaram a impedir os navios russos de saírem de Azov e interditaram a exportação de mercadorias russas desde o Mar Negro até Constantinopla (North, 2019, p. 65). O término da guerra entre a Rússia e o Império Otomano foi

formalizado com a paz de Karlowitz (1700). Como resultado, Azov e Taganrog²⁴ foram oficialmente cedidos à Rússia. No entanto, o controlo efetivo do Mar Negro permaneceu nas mãos otomanas. A Rússia só viria a conquistar o acesso ao Mar Negro em 1774 com Catarina II (Bereit, 1984, p. 15).

Ciente das limitações estruturais da Rússia, e impulsionado pela necessidade de modernização para sustentar o projeto de expansão marítima, Pedro I iniciou um processo reformista profundo. Segundo Venislavskyy (2024, p. 15), “Até então, a Rússia encontrava-se numa condição de isolamento económico, cultural e político dos acontecimentos mais importantes da Europa e do mundo”. Após a sua ascensão ao trono, Pedro procurou colmatar esse atraso acumulado através do contacto direto com o Ocidente (Massie, 1980, citado por Daniel, 1988, p. 21).

Pedro I tinha passado grande parte da sua juventude no bairro alemão de Moscovo, onde teve contacto com a cultura ocidental, pela qual se sentia impressionado. Pedro compreendeu que o seu país se encontrava atrasado em relação às potências europeias e que era essencial sair do seu isolamento geográfico. Almejava, nesse sentido, abrir uma “janela para a Europa” (Theobald, 1953, p. 29).

Para esse efeito, organizou a chamada “Grande Embaixada”, uma missão diplomática e técnica composta por cerca de duzentos aristocratas russos, que percorreu diversos países europeus entre 1697 e 1698, incluindo a Suécia, a Holanda, a Inglaterra, a Alemanha e a Áustria. Esta iniciativa distinguiu-se por ser a primeira ocasião em que um czar russo visitava pessoalmente países da Europa Ocidental. Durante esta viagem, Pedro I estudou construção naval, navegação e outros aspetos relacionados com as instituições militares desses países. À sua chegada, iniciou um ambicioso programa de reformas navais: fundou a primeira escola naval para a formação de oficiais da Marinha, estabeleceu uma hierarquia de patentes e regulamentos marítimos e criou um programa de construção naval, com

²⁴ Primeira base naval russa, fundada em 1698 por Pedro I (Yuhas & Jalabi, 2014), situada a 30 milhas do delta do rio Don (Bereit, 1984, p. 15).

recurso a técnicos estrangeiros (Wren, 1958, citado por Daniel, 1988, p. 21). Esta modernização institucional e técnica da Marinha foi parte integrante de uma transformação do estado russo, conduzida segundo princípios e modelos europeus ocidentais (Trepanier, 2017).

Para além destas reformas internas, Pedro I regressou com uma estratégia externa ambiciosa que passava por criar uma aliança, juntamente com outros países do norte, contra um inimigo em comum: a Suécia. Deste modo, em 1699 formou-se a chamada Liga do Norte, constituída pela Rússia, Saxónia, Comunidade Polaco-Lituana e a Dinamarca (Janicki, 2022, p. 94).

No início do século XVIII, a Suécia detinha a posição dominante no Mar Báltico e a Rússia continuava sem acesso ao mesmo. Pedro I decide então enfrentar os suecos de maneira a ganhar acesso livre ao Mar Báltico, devido a motivos de cariz pessoal e política. Pedro I foi motivado pela apreciação do papel que o comércio internacional detinha em reforçar o poder internacional do estado e procurou também substituir os intermediários estrangeiros por intermediários russos nas relações de comércio com a Europa. Observando os navios estrangeiros no porto de Arkhangelsk, Pedro desejava criar os seus próprios portos e a sua própria frota que exportasse os bens russos para outros países. No entanto, Pedro I via a guerra com a Suécia como mais do que uma forma de conquistar fronteiras estrategicamente importantes e oportunidades de comércio internacional lucrativo. Para o czar, derrotar a Suécia significava que a Rússia poderia desenvolver-se e tornar-se uma potência europeia (Mediger, 1968, citado por Janicki, 2022, p. 94). O conflito conhecido como Grande Guerra do Norte²⁵ teve início formal em 1700, embora a participação russa estivesse condicionada à assinatura de um tratado de paz com o Império Otomano. Os primeiros anos do conflito revelaram-se adversos para os aliados: a Suécia atacou Copenhaga, forçando a Dinamarca a abandonar a guerra; a Polónia cercou Riga sem sucesso e a Rússia e o seu exército sofreram uma derrota

²⁵ Também conhecido como Terceira Guerra do Norte.

pesada na Batalha de Narva (1700), apesar da sua superioridade numérica ser de 4 para 1 (Hatton, 1968, citado por Janicki, 2022, p. 95; Arājs, 2007, citado por Janicki, 2022, p. 95).

Contudo, a derrota russa serviu de impulso para a intensificação das reformas militares de Pedro I, que reorganizou o seu exército, construiu a sua Frota do Báltico²⁶ e ocupou a Livónia (Krokosz, 2020, citado por Janicki, 2022, p. 95). Foi precisamente neste território recém-conquistado que Pedro I decidiu fundar uma nova cidade, São Petersburgo²⁷, concebida como o símbolo máximo da modernização e da abertura russa ao Ocidente²⁸. Como explica North (2019, p. 95),

“After taking Ingria from the Swedes, he founded a new capital at the mouth of the Neva River in 1703. His intention was to create an “imperial Amsterdam”, which was to be better suited to international trade than Archangelsk on the White Sea, which was frequently blocked by ice. Although back in the early 1600s, on the land that was to become St Petersburg, the Swedes had built a small settlement called Nyen, Peter planned a new city, which, like Novgorod before it, would become the centre of all Western trade with Russia.”.

A fundação de São Petersburgo, simbolizou assim a nova vocação marítima do Império Russo. Mais do que uma simples cidade, esta foi idealizada como uma “janela para o Ocidente”, funcionando simultaneamente como bastião naval e como plataforma logística para a projeção do poder russo no Mar Báltico.

Nos anos seguintes, aproveitando a dispersão do esforço militar sueco

²⁶ A construção da Frota do Báltico iniciou-se em 1702, em plena Terceira Guerra do Norte (Janicki, 2022, p. 101).

²⁷ Batizada segundo o nome de Pedro, o Grande, São Petersburgo passou a oficialmente a ser capital da Rússia em 1712, substituindo Moscovo enquanto capital, apesar da Suécia só ter cedido soberania desta região á Rússia em 1721 com o Tratado de Nystad (Trepanier, 2017).

²⁸ Em meados do século XVIII, S. Petersburgo tornou-se o principal centro de comércio russo com a Europa (Trepanier, 2017) e no final desse século já se tinha transformado na maior cidade do Báltico com uma população de 220.000 (North, 2019, p. 65).

noutras frentes, a Rússia lançou ofensivas sobre a Íngria, a Livónia e a Carélia²⁹. A viragem decisiva da guerra ocorreu com a vitória russa na Batalha de Poltava (1709), que assinalou o declínio irreversível da Suécia como potência dominante e permitiu à Rússia consolidar o seu controlo sobre territórios estratégicos (Janicki, 2022, pp. 95-96).

A guerra estendeu-se por mais de duas décadas, encerrando-se com o Tratado de Nystad, em 1721. Através deste acordo, a Rússia obteve o reconhecimento da sua soberania sobre a Estónia, Livónia, Íngria e parte da Carélia. A vitória representou a consagração da Rússia como potência dominante no Báltico (Janicki, 2022, p. 100; North, 2019, p. 65).

Como comemoração da vitória na Grande Guerra do Norte, conflito que durou 21 anos, o Senado atribuiu o título de “Imperador de todas as Rússias” a Pedro I em 1721 (Nikiforov, 2025), marcando também a transição da Moscóvia para Império Russo, deixando para trás o título de Czar. Este triunfo, também simboliza a transformação da Rússia enquanto estado continental isolado para um império europeu com capacidade de projeção naval. Pela primeira vez, a Rússia detinha um acesso permanente e estratégico a um mar navegável durante todo o ano, condição indispensável à construção de uma Marinha de guerra, ao comércio marítimo, à afirmação internacional e à fundação de um império.

Relativamente à criação da Frota do Báltico, não demorou muito até se colherem os seus frutos. No dia 18 de maio de 1703³⁰, cerca de 1 ano após o início da construção da frota, a Rússia obteve a sua primeira vitória naval no Mar Báltico. Nesse dia, Pedro I³¹, juntamente com o Tenente Aleksandr Danilovich Menshkov (1673-1729), comandando duas companhias, realizaram um ataque noturno, utilizando trinta embarcações contra uma esquadra sueca composta por nove navios

²⁹ Na atualidade, estes territórios situam-se no Báltico, entre a atual Finlândia e Rússia.

³⁰ Desde 1996 que neste dia, simbolicamente, se celebra anualmente o Dia da Frota do Báltico na Rússia (Janicki, 2022, p. 101).

³¹ Na qualidade de Comandante Petr Mikhailov (Janicki, 2022, p. 101).

sob o comando do Vice-Almirante Gideon Von Numers (ca. 1647-1708). Aproveitando a escuridão da noite e a chuva forte que se fazia sentir, a partir de oito das suas embarcações, os russos efetuaram ações de abordagem contra a esquadra sueca, capturando dois navios de guerra suecos, o "*Gedan*" e o "*Astrild*" (Janicki, 2022, p. 101).

Cerca de uma década depois do triunfo, a 27 de julho 1714³², a Frota do Báltico realizou a sua maior conquista naval³³ na guerra contra os suecos na Batalha de Gangut³⁴ (Janicki, 2022, pp. 101-102), consagrando definitivamente o poder naval russo. Nessa ocasião, a frota russa, composta por cerca de cem galés, conseguiu quebrar o bloqueio sueco no Golfo da Finlândia e capturar a esquadra comandada pelo Contra-Almirante Nils Ehrenskjöld. (Mills, 2023)

Com este feito, Pedro I realizou a sua ambição em tornar a Rússia num poder naval como refere Ian Grey (1960), citado por (Mills, 2023), "His dearest ambition had always been to make Russia a sea power." e com a Batalha de Gangut, "he realized this ambition."

Esta batalha durou cerca de duas horas e os russos capturaram uma fragata, tratando-se do navio-almirante sueco, e dez galés. A consequência desta vitória russa foi o controlo do Golfo da Finlândia. Esta vitória não só marcou o fim do domínio sueco no Mar Báltico como permitiu que os russos ocupassem a Finlândia até 1721 (Janicki, 2022, p. 102).

Graças às ações de Pedro I no âmbito da construção naval, a Frota do Báltico, no primeiro quartel do século XVIII, não só foi criada, como também ocupou uma das primeiras posições na Europa em termos de número de navios de guerra. No total, entre 1696 e 1725, os russos construíram 1.104 navios em três centros de construção naval (São Petersburgo, região de Azov e região do Cáspio), incluindo

³² O Dia da Marinha Russa é celebrado no último domingo de julho, em honra desta batalha.

³³ Tradicionalmente, a Marinha Imperial Russa sempre fez questão de ter um navio em serviço com o nome *Gangut*, em honra da grande vitória naval na Batalha de Gangut (Mills, 2023).

³⁴ Também conhecida como Batalha de Hanko (Mills, 2023).

146 navios grandes de linha e fragatas (Serczyk, 1973, citado por Janicki, 2022, p. 102). Só a frota do Báltico, contava em 1724, com 141 grandes navios de linha à vela e várias centenas de navios a remos (Janicki, 2022, p. 102), enfatizando o esforço e a reformulação naval que ocorreu durante o reinado de Pedro I.

Mesmo antes de Pedro I falecer, foi conduzido um conflito de menor escala no sul contra a Pérsia, resultando em território conquistado na costa sul do Mar Cáspio. Durante esta expedição, foi criada a Flotilha do Cáspio (Theobald, 1953, p. 31).

Pedro acaba por morrer em 1725 e deixou o seu país como a potência naval dominante no Báltico. Durante a guerra que travou contra a Suécia, acrescentou 73 navios à sua frota, desenvolveu duas excelentes bases navais no Báltico, a de Kronstadt e Reval, e expandiu os seus estaleiros em Archangelsk. Além disso, expandiu a sua “janela para a Europa” desde o leste de Helsingfors até perto do final do Golfo da Finlândia, e a costa sul até Riga. O seu único insucesso foi não ter conseguido estabelecer a Rússia enquanto potência dominante no Mar Negro, estatuto que só iria ser conquistado durante o reinado de Catarina II (Theobald, 1953, p. 32).

Após a sua morte, o Império Russo passou por um período instável de governação, com seis czares diferentes em trinta e sete anos. Esta descontinuidade de liderança e ausência de interesse de quem governava, resultaram no declínio da Marinha Imperial, que só viria a ressurgir com Catarina II (Wren, 1958, citado por Daniel, 1988, p. 22; Mitchell, 1974, citado por Daniel, p. 22). Foi um período de relativa estagnação, marcado por uma menor prioridade atribuída aos assuntos marítimos no contexto da política interna e externa do império. Durante as décadas subsequentes, os esforços concentraram-se sobretudo na manutenção das conquistas alcançadas no Báltico, sem novas expansões ou grandes investimentos navais. Foi apenas com a ascensão de Catarina II, em 1762, que a Rússia voltou a adotar uma estratégia marítima assertiva, direcionando os seus esforços expansionistas para o Mar Negro e reabilitando a Marinha como instrumento de projeção de poder.

2.2.2 Catarina, a Grande e a consolidação do Mar Negro

Catarina II assumiu o trono do Império Russo em junho de 1762, após a destituição do seu marido, Pedro III³⁵, que havia reinado durante apenas seis meses. O breve governo de Pedro III foi marcado por um conjunto de decisões impopulares e mal avaliadas, entre as quais se destacam: a retirada da guerra dos Sete Anos contra a Prússia, com a consequente perda das conquistas obtidas; a política de confisco dos bens da Igreja, convertendo-os em propriedade estatal; e os preparativos para uma guerra com a Dinamarca, motivada por interesses pessoais no Ducado de Holstein-Gottorp. Apoiada por setores estratégicos das forças armadas, Catarina II ascendeu ao trono com 33 anos. Apesar da sua inexperiência governativa, a Imperatriz era reconhecida como uma figura instruída e erudita, respeitada pela diplomacia e *intelligentsia* estrangeira assim como pela nobreza, pelas forças armadas e pelo povo russo (Madariaga, 1990, citada por Hilburgh, 2014, p. 287).

Os objetivos estratégicos de Catarina II tornaram-se evidentes desde os seus primeiros anos de governo. A sua prioridade inicial não foi renovar a guerra contra a Prússia, mas sim a prossecução de uma política externa pragmática e oportunista, evitando alianças onerosas que, como no passado, implicassem grandes custos financeiros e humanos para o Império Russo (Madariaga, 1990, citada por Hilburgh, 2014, p. 288). Apesar disso, aliou-se à Prússia e à Dinamarca tanto para compensar as decisões erráticas de política externa do seu antecessor, Pedro III, como para contrariar a aliança franco-austríaca (Stone, 2006, citado por Hilburgh, 2014, p. 288).

A aliança com a Prússia, estabelecida em 1764, previa a proteção mútua da integridade territorial de ambos os Estados, além de abrir espaço para a intervenção conjunta nos assuntos da Comunidade Polaco-Lituana (Lentin, 1973, citado por Hilburgh, 2014, p. 288). No ano seguinte, uma aliança defensiva com a Dinamarca

³⁵ Pedro III era neto de Pedro I.

garantia apoio recíproco em caso de conflito com o Império Otomano (Madariaga, 1990, citada por Hilburgh, 2014, p. 288). Com este enquadramento diplomático favorável e, contando com uma forte potência militar (Prússia) e com uma potência naval (Dinamarca) como aliadas, Catarina II passou a projetar as suas aspirações geoestratégicas nos espaços polaco e otomano. (Hilburgh, 2014, p. 288).

A Imperatriz desejava possuir na sua esfera de influência um grupo de países dependentes e subordinados ao longo das suas fronteiras. Este desejo de projetar a influência russa sobre os territórios limítrofes materializou-se em diversas intervenções. Em 1763, Catarina II restaurou Ernst Biron no trono do Ducado da Curlândia e Semigália³⁶ e, posteriormente, apoiou a sucessão do seu filho, Pedro Biron, consolidando a subordinação política daquele território. No ano seguinte, Catarina II aproveitou-se da instabilidade da Comunidade Polaco-Lituana, marcada por uma constituição mal elaborada que originava rivalidades internas e debilitava o poder central, e reforçou a presença russa naquele território (Laverne, citado por Hilburgh, 2014, p. 289). Com o apoio da Prússia, e através do uso da força e de subornos, impôs a eleição do seu antigo amante, Stanislaus August Poniatowski, afastando o candidato da casa saxónica promovido pela Áustria (Madariaga, 1990, citada por Hilburgh, 2014, 289). Esta manobra inseria-se na ambição de longa data dos Czares russos de manter uma Polónia fraca, mas estável, dentro da sua esfera de influência, como refere Hilburgh (2014, p. 288), “Russian Tsars have had a long interest in Poland and desired a weak, but stable state.”.

A influência crescente do Império Russo sobre a Polónia contribuiu para agravar a instabilidade interna da Comunidade. Catarina II tentou intervir na constituição polaca para obter mais autoridade para a Rússia, utilizando a liberdade religiosa como pretexto. Todas estas ações por parte de Catarina II resultaram na formação da Confederação de Bar (1768-1772), na região da Podolya, que se rebelou contra a ingerência russa, levando a uma guerra civil e à entrada de contingentes

³⁶ Atualmente corresponde ao território oeste da Letónia e ao norte da Lituânia.

militares russos significativos em solo polaco. A confederação solicitou a assistência otomana e as tropas russas, concentradas na fronteira entre a Ucrânia e a Turquia, deram origem a incidentes fronteiriços que forneceram ao Império Otomano o pretexto necessário para intervir militarmente. Foi neste contexto que se iniciou a guerra russo-turca de 1768-1774 (Madariaga, citado por Hilburgh, 2014, p. 289).

Este conflito foi encarado por Catarina II como uma oportunidade estratégica de reposicionar a Rússia como potência dominante no Mar Negro, retomando as ambições marítimas de Pedro I. Além de expandir o seu território, a conquista dos territórios otomanos iria aumentar a vitalidade económica do Estado Russo. Durante aquele período, os otomanos dominavam os rios Bug e Dniéster, que desaguavam no Mar Negro e no Mar de Azov. Estas vias de comunicação permitiam o controlo da exportação dos produtos daquela região. Com a conquista dessas vias de comunicação e com o domínio do Mar Negro e de Azov, a Rússia atingiria maior prosperidade económica, assim como uma posição estratégica consolidada em relação às outras nações (Hilburgh, 2014, p. 291).

Para além das campanhas terrestres conduzidas no contexto da guerra, Catarina II ordenou, em 1769, o envio de parte da sua Frota do Báltico para o Mar Egeu, circum-navegando a Europa, com o objetivo de combater a Marinha Turca (Daniel, 1988, p. 24). A travessia exigiu intensas manobras diplomáticas a Catarina II, nomeadamente com a Dinamarca, a Grã-Bretanha e Portugal para que fosse possível utilizar os portos destes países, receber apoio logístico e reduzir a possibilidade de hostilidade (Madariaga, 1990, citada por Hilburgh, 2014). Esta foi a primeira vez que uma Frota russa operava em águas que não eram contíguas ao seu território (Theobald, 1954). Segundo Mazour (1984) citado por Daniel (1988, p. 24), “The reason for this bold exercise in seapower was the hope of distracting the Turks from the Black Sea.”, objetivo que viria a ser cumprido com sucesso durante a batalha naval de Chesma, em julho de 1770 (Daniel, 1988, p. 24). Apesar de se encontrar em inferioridade numérica, a frota russa, composta por nove navios de linha, infligiu uma derrota esmagadora à Marinha Turca, destruindo dezasseis navios de linha e rompendo com o controlo otomano do Mar Egeu. Esta vitória resultou no

afastamento do Império Otomano das suas possessões no Egeu e na possibilidade da Rússia apoiar as suas forças terrestres a partir do Mar Negro (Madariaga, 1990, citada por Hilburgh, 2014, p. 294). Além disso, permitiu que as forças terrestres conquistassem uma saída para o Mar Negro e que, posteriormente em 1771, fosse criada, mais uma vez, uma Frota do Mar Negro (Theobald, 1953, p. 33).

O conflito terminou com a assinatura do Tratado de Küçük Kaynarca (1774), que estabeleceu um novo equilíbrio de poder no Mar Negro. Este tratado possuía cláusulas territoriais, comerciais e religiosas que davam à Rússia margem para consolidar o seu domínio na região. Relativamente às disposições territoriais do tratado, o Império Otomano reconheceu a nova fronteira russa, que se estendia até ao rio Bug e cedeu o domínio das fortalezas estratégicas de Azov, Kerch e Yenikale. Relativamente ao resto do território da península, este passou a tornar-se um estado soberano, dependente do Império Otomano, exclusivamente em matéria religiosa. Comercialmente, a Rússia conquistava o direito de livre navegação em águas otomanas e livre-passagem pelos estreitos turcos em direção ao Mar Mediterrâneo, além de privilégios comerciais em territórios otomanos. A nível religioso, o tratado permitiu à Rússia reclamar o direito de proteção dos cristãos ortodoxos no território otomano, sobretudo na Moldávia, Valáquia e nas ilhas do Egeu (Venislavskyy, 2024, p. 20). Ainda sobre as resoluções desse mesmo tratado, Fisher (1979) citado por Hilburgh (2014, p. 295) afirma que:

“(...) the 1774 Treaty of Kucuk Kaynarkaa gave Russia a portion of the northern coast of the Black Sea, nominal independence for Crimea under Russian hegemony, control of Dnieper River and freedom of transit on other rivers, a large portion of Polish land, and the Ottoman Sultan promised to protect the Christian religion in his empire.”

O tratado marcou ainda, o início da chamada “Questão Oriental”, uma conjuntura geopolítica resultante da reação das grandes potências europeias à decadência do poder do Império otomano (Araújo, 2016, p. 13; Venislavskyy, 2024, p. 21), algo que será abordado no próximo sub- subcapítulo.

A independência formal da Crimeia revelou-se transitória. Em 1783, menos de uma década após o fim da guerra, Catarina II procedeu à sua anexação, integrando definitivamente a península no espaço imperial russo e concretizando uma ambição de longa data: a consolidação do poder naval russo no Mar Negro, um espaço vital para a sua projeção. Nessa península também foi criada a cidade portuária de Sevastopol, destinada a acolher a base naval permanente da Frota do Mar Negro.

Catarina II enfrentou ainda um novo conflito com o Império Otomano, entre 1787 e 1792, com resultados semelhantes ao primeiro confronto (Daniel, 1988, p. 24), motivado pela crescente presença russa na região e pela anexação da Crimeia. A guerra, marcada por sucessivas vitórias militares russas tanto em terra como no mar, terminou com a assinatura do Tratado de Jassy (1792), consolidando o domínio russo no Mar Negro (Mirkin, 2023, pp. 22-23). Este acordo confirmou a integração definitiva da Crimeia no Império Russo e estabeleceu o rio Dniéster como nova fronteira com o Império Otomano, consolidando a posição russa no mar Negro (Theobald, 1953, p. 34).

A Suécia, que há muito tempo esperava por uma oportunidade para recuperar os territórios perdidos para a Rússia anos antes, viu agora a oportunidade perfeita. Sendo que os russos se encontravam empenhados a sul, no Mar Negro, a Suécia aproveitou a oportunidade e declarou também guerra ao Império Russo.

O Contra-Almirante Robert A. Theobald Junior (1953, p. 34) defendeu que esta jogada por parte dos suecos forçou a Rússia a combater duas guerras navais em áreas de operação completamente distintas e geograficamente separadas e distantes, fazendo com que as Frotas do Báltico e do Mar Negro não se conseguissem apoiar mutuamente. O mesmo autor refere também que este cenário era uma característica das guerras navais russas durante a sua história, dizendo que no limite chegou a haver situações de mais de quatro áreas de operação e que guerras navais com somente uma área de operação eram uma raridade. Até durante as guerras russo-turcas, as frotas russas encontravam-se separadas pelos estreitos turcos.

A guerra russo-sueca (1788–1790) revelou importantes limitações logísticas.

Apesar de vitórias iniciais, a Rússia sofreu uma pesada derrota na Segunda Batalha de Svensksund (1790), onde perdeu 53 navios. Este foi o maior confronto naval da história escandinava e expôs as fragilidades operacionais da Marinha Russa em múltiplos teatros de operações simultâneos (Janicki, 2022, p. 108).

A guerra contra os Suecos acabou por terminar com as fronteiras no Báltico exatamente onde se encontravam antes da guerra, ao contrário das guerras russo-turcas no Mar Negro, que adicionaram ao território russo todo o território entre o rio Bug e o rio Dniéster (Theobald, 1953, p. 34).

Em 1794, Catarina II fundou a cidade portuária de Odesa, cidade essa que viria a desempenhar um papel comercial preponderante para o Império Russo, tornando-se no principal porto de exportação do império (Venislavskyy, 2024, p. 24-25).

Ao morrer em 1796, Catarina II deixava um império fortalecido e projetado nos dois principais mares europeus orientais (consultar Anexo B). Restabeleceu a Frota do Mar Negro, expandiu a linha de costa até ao delta do Dniéster, anexou a Crimeia, fundou Sevastopol e Odesa, e elevou a Marinha Imperial a uma das maiores do mundo (Theobald, 1953, p. 28). Como afirma o próprio Theobald (1953, p. 34): “If Peter The Great had been the father of the Russian Navy, then certainly Catherine must have been its greatest benefactor”.

2.2.3 A Guerra da Crimeia e o pivô estratégico do Mar Negro.

Após o falecimento de Catarina II, o Império Russo atravessou um período de afirmação crescente no sistema geopolítico europeu. Durante o reinado de Alexandre I (1801-1825), o Império Russo participou ativamente nas Guerras Napoleónicas (1803-1815), tendo alcançado uma vitória estratégica decisiva ao repelir a invasão francesa em 1812, episódio que marcou o início do declínio do poder napoleónico. Posteriormente, realizou-se o Congresso de Viena (1814-1815),

que reorganizou a Europa segundo o interesse dos vencedores da guerra³⁷. Por conseguinte, a Rússia acaba por emergir como uma das grandes potências europeias³⁸ daquele período (Ellman, 2023, p. 2).

Na sequência do Congresso, o Império Russo tornou-se um dos pilares da ordem conservadora europeia, integrada no Concerto europeu³⁹ e na Santa Aliança⁴⁰, que procuravam preservar o *status quo* monárquico e reprimir os movimentos liberais. No entanto, a constante ambição russa de expansão para o sul, em direção ao Mar Negro e ao Mediterrâneo oriental, constituía-se a principal ameaça à integridade do Império Otomano. As potências europeias viam com apreensão a possibilidade do colapso do Império Otomano devido à chamada “Questão Oriental”. Este conceito designava o problema geopolítico das grandes potências face à decadência estrutural do Império Otomano, permitindo-lhes intervir nos seus assuntos internos de acordo com os respetivos interesses.

A derrota otomana frente à Rússia em 1774, que culminou com a assinatura do Tratado de Kuchuk-Kainarji, tornou evidente qual a estratégia russa face àquela realidade, mais tarde designada por “Solução Russa”. Esta passava por explorar a debilidade otomana com vista à conquista de territórios e, eventualmente, de Constantinopla. Tal orientação não era tolerada pelas restantes potências europeias, que haviam acordado salvaguardar a integridade territorial do Império Otomano (Venislavskyy, 2024, pp. 21-22).

Ao longo das décadas seguintes, a influência russa sobre os Balcãs e o Mar Negro intensificou-se. O estatuto de protetor dos cristãos ortodoxos no espaço

³⁷ Reino Unido, Império Russo, Império Austro-húngaro, Prússia (Ellman, 2023, p. 2).

³⁸ Reino Unido, Império Russo, Império Austro-húngaro, Prússia e França (Ellman, 2023, p. 2).

³⁹ O Concerto Europeu foi um mecanismo informal de cooperação entre as grandes potências europeias, criado após o Congresso de Viena (1815), que visava preservar a estabilidade continental através da manutenção do equilíbrio de poder e da repressão das revoluções liberais (The editors of Encyclopaedia Britannica, 2025).

⁴⁰ A Santa Aliança foi uma coligação político-religiosa formada em 1815 entre a Rússia, a Áustria e a Prússia, com o objetivo de garantir a ordem monárquica e cristã na Europa pós-napoleónica. Embora redigida em termos espirituais, serviu como instrumento de legitimação da repressão de movimentos revolucionários e liberais no continente.

otomano oferecia a São Petersburgo uma justificação religiosa e política para intervir nos assuntos da *Sublime Porta* (Araújo, 2016, p. 18). A fragilidade crescente do Império Otomano foi explorada pela Rússia para consolidar a sua presença no Mar Negro e aproximar-se dos Estreitos Turcos, contrariando o *status quo* de Viena. Tal resultaria na guerra russo-turca de 1828-1829. Durante o conflito, o Exército Russo capturou as cidades de Varna e Andrinopla, e chegou a ameaçar diretamente Constantinopla, capital do Império Otomano. Esta progressão alarmou as potências ocidentais, particularmente a Grã-Bretanha, que via o possível colapso da *Sublime Porta* como uma ameaça ao equilíbrio estratégico no Mediterrâneo oriental e ao livre acesso às rotas comerciais para a Índia. Perante isso, a Grã-Bretanha interveio diplomaticamente e pressionou o Imperador Nicolau I e o Império Otomano a assinar o Tratado de Andrinopla (1829).

Com a assinatura do Tratado, o Império Russo abandonava os seus planos de conquistar a capital otomana e adotou uma estratégia de subversão política, visando enfraquecer o Império Otomano por via de acordos assimétricos. Um dos objetivos desta abordagem seria diminuir o poder do Império Otomano relativamente à navegação nos estreitos turcos. Esse objetivo foi cumprido com a assinatura do Tratado de Hünkâr İskelesi (1833), que consagrava a aliança entre os dois impérios, declarando paz perpétua e assistência mútua em caso de ameaças à integridade territorial de ambos. Existia ainda uma cláusula secreta nesse tratado onde se estipulava que, caso o Império Russo sofresse uma agressão, o Sultão era obrigado a fechar os estreitos turcos à navegação de quaisquer navios de guerra (Bailey, 1942; Kerner, 1937; citados por Venislavskyy, 2024, pp. 22-23).

Considerando esse acordo uma ameaça ao equilíbrio estratégico naval da região, as potências europeias reagiram ao Tratado de Hünkâr İskelesi com firmeza. Temendo que São Petersburgo viesse a dominar os estreitos turcos e, por extensão, o acesso ao Mediterrâneo oriental, pressionaram a *Sublime Porta* a assinar um novo acordo multilateral que anulasse esse privilégio. Foi nesse contexto que se realizou a Convenção de Londres sobre os Estreitos, concluída em 1841, no âmbito dos Tratados de Londres (1838–1841). O novo regime jurídico, subscrito por todas as

potências europeias, estipulava o encerramento dos estreitos turcos à navegação de navios de guerra não otomanos em tempos de paz, obrigando São Petersburgo a abdicar da posição privilegiada que havia garantido em 1833 (Davison, 1992, citado por Venislavskyy, 2024, p. 23).

Apesar disso, o equilíbrio no Mar Negro permaneceu instável. A crescente tensão entre o Império Russo e Otomano, alimentada pela ambição russa de assumir um papel preponderante no Levante, cedo voltaria a manifestar-se com renovada intensidade. Em 1853, uma disputa aparentemente religiosa em torno dos direitos de proteção dos Lugares Santos na Palestina reacendeu as hostilidades entre a Rússia e a *Sublime Porta* (Mirkin, 2023, p. 23). A França, sob Napoleão III, pretendia afirmar-se como defensora do catolicismo nos territórios do Império Otomano, enquanto a Rússia reivindicava o estatuto de protetora dos cristãos ortodoxos. Esta rivalidade serviu de pretexto à escalada diplomática: após a recusa otomana em ceder às exigências de São Petersburgo, Nicolau I ordenou a ocupação dos principados danubianos da Moldávia e da Valáquia como forma de exercer pressão sobre Constantinopla, para que as suas reivindicações fossem aceites (Venislavskyy, 2024, p. 33).

Perante esta violação do equilíbrio regional, o Império Otomano declarou guerra à Rússia em outubro de 1853, marcando o início da Guerra da Crimeia, um conflito que rapidamente evoluiu para uma guerra multilateral, envolvendo também o Império Britânico, a França e o Reino da Sardenha (Mirkin, 2023, p. 23).

O conflito ultrapassou rapidamente a dimensão regional. Em novembro de 1853, a Marinha Russa, sob o comando do vice-almirante Pavel Nakhimov, atacou e destruiu a frota otomana ancorada no porto de Sinope, um feito que foi amplamente interpretado na Europa Ocidental como um massacre, galvanizando a opinião pública em favor da intervenção. Este episódio constituiu o ponto de viragem que levou a França e a Grã-Bretanha a emitir um ultimato a Nicolau I, em fevereiro de 1854, obrigando-o a desocupar os Principados do Danúbio. Contudo, o ultimato não obteve resposta, o que resultou numa declaração de guerra por parte duma aliança constituída pela França, Grã-Bretanha e o Império Otomano (Venislavskyy, 2024, pp.

34; 44).

A Batalha de Sinope revelou-se a última ação ofensiva da Marinha Russa durante todo o conflito. Apesar do centro de gravidade desta guerra ter sido a Crimeia, com o emblemático cerco de Sevastopol, a Rússia foi também confrontada em outras áreas de operação, inclusivamente no Pacífico⁴¹, no Mar Branco e no Báltico onde a sua frota permaneceu passiva e sem resistir (Mirkin, 2023, pp. 23–24; Theobald, 1953, p. 36).

Após a entrada da esquadra franco-britânica no Mar Negro e o desembarque das forças aliadas na península da Crimeia, sem qualquer tentativa de interdição por parte da Marinha Russa, a principal base da Frota do Mar Negro, em Sevastopol, foi cercada. Quando as forças anglo-francesas iniciaram o cerco de Sevastopol, em outubro de 1854, a Marinha Russa optou por afundar os seus próprios navios na entrada do porto, bloqueando o acesso naval e reforçando as defesas da cidade. A maior parte dos marinheiros foi desembarcada e integrada nas unidades de infantaria encarregues de defender a base (Mirkin, 2023, p. 24). A resistência russa prolongou-se durante quase um ano, num cerco que viria a tornar-se o momento mais emblemático do conflito, tendo acabado por ceder em setembro de 1855, marcando o colapso de Sevastopol. A guerra terminou numa dura derrota russa com cerca de 450.000 baixas russas e do outro lado, 100.000 baixas francesas e 20.000 britânicas (Pleshakov, 2017, p. 84).

A assinatura do Tratado de Paris, em março de 1856, impôs duras condições ao Império Russo: a neutralização do Mar Negro, a proibição da presença de frotas navais na região de qualquer estado e a submissão da navegação a um regime internacional. A Rússia viu-se privada do uso estratégico do Mar Negro, enquanto o Império Otomano, com acesso ao Mediterrâneo através do Bósforo, podia potencialmente deslocar forças navais desde o Mar de Mármara até ao Mar Negro, em caso de necessidade. Esta assimetria foi interpretada como profundamente

⁴¹ Tendo sido atacada em Petropavlovsk-Kamchatsky (Mirkin, 2023, p. 23).

humilhante para a Rússia, não apenas no plano militar, como do ponto de vista simbólico (Mirkin, 2023, p. 24). Como nota Mirkin (2023, p. 24),

“The elimination of the Black Sea Fleet and all the naval military infrastructure very seriously damaged Russia’s military abilities in the southwest, and it was also humiliating. The destruction of Russia’s dominating status in the Black Sea region and few other obligations not related directly to naval issues had a very negative influence on the Russian army and society and even now is viewed by the Russians as one of the most serious humiliations in the history of their country”

Este constrangimento só seria ultrapassado em 1871, quando a Frota do Mar Negro foi novamente reestabelecida⁴² posteriormente à Conferência de Londres onde todas as partes concordaram em cancelar os artigos do Tratado de Paris que proibiam o Império Russo e o Império Otomano de possuir forças navais no Mar Negro (Mirkin, 2023, p. 25).

Este conflito destacou-se, ainda, como um dos primeiros “conflitos modernos”, tendo sido o primeiro da história a ter cobertura de imprensa diária graças à utilização do telégrafo. Foi também o primeiro conflito a ser fotografado. (Pleshakov, 2017, p. 84).

A Guerra da Crimeia revelou de forma incontornável a centralidade da península da Crimeia e da base naval de Sevastopol na doutrina estratégica russa. Anexada por Catarina II em 1783, a Crimeia tornara-se o principal bastião meridional do Império Russo, abrigando Sevastopol, a mais importante base da Frota do Mar Negro. Estrategicamente posicionada, esta cidade portuária funcionava não só como centro logístico e militar, mas também como plataforma de projeção naval para o Mediterrâneo oriental. Sevastopol constituía, assim, o verdadeiro pivô geoestratégico da presença russa no Mar Negro. Controlá-la significava não apenas

⁴² Esta era já a quarta vez que a Frota do Mar Negro se reestabelecia nestas águas (Theobald, 1953, p. 38).

neutralizar a capacidade ofensiva de Moscovo, mas também atingir o coração simbólico do poder marítimo czarista. A ofensiva franco-britânica sobre a Crimeia teve como principal objetivo o cerco e a destruição dessa base, numa campanha prolongada que marcaria a viragem decisiva no curso da guerra. A centralidade da Crimeia na projeção marítima russa não se esgotaria em 1856, pois continuaria a moldar a política naval da Rússia imperial, da União Soviética e, mais tarde, da Federação Russa, inclusivamente no conflito Russo-Ucraniano em curso.

2.2.4 A viragem para o Pacífico e o fim da expansão imperial

O fracasso da Rússia em concretizar as suas ambições nos Balcãs na segunda metade do século XIX levou a uma reorientação estratégica para o Extremo Oriente. Derrotada na Guerra da Crimeia (1853–56) e limitada pelos acordos europeus posteriores, nomeadamente o Tratado de Berlim (1878) resultante da guerra russo-turca de 1877-1878 que conteve os ganhos russos nos Balcãs, a política externa imperial desviou-se do sul e do oeste para uma expansão acelerada rumo ao leste. Apesar de a Rússia não ter conseguido atingir os seus objetivos na Europa, tendo sido nomeadamente impedida de avançar nos Balcãs por Otto Von Bismarck⁴³ e outras potências, São Petersburgo, a então capital do Império Russo, voltou a sua atenção para o Pacífico, intensificando a colonização e a projeção de poder no Extremo Oriente asiático (Koda, 2005, p. 3).

Esta viragem para o Extremo Oriente apoiou-se numa presença russa pré-existente no Pacífico, construída ao longo de séculos. O seu início remete para a expansão para leste iniciada por Ivan IV, com a conquista dos Canatos de Kazan e Astrakhan no século XVI, que abriu caminho para a subsequente expansão em direção da Sibéria, em nome da família mercante Stroganov. Inicialmente, o expansionismo no eixo oriental fora motivado sobretudo por fatores económicos, em particular pelo comércio de peles, altamente procurados pelo mercado chinês e

⁴³ Chanceler da Prússia.

interno. Foram fundados diversos entrepostos e cidades⁴⁴ que funcionavam como centros comerciais deste produto (North, 2019, p. 64). No século XVIII, no decorrer das expedições em busca de peles, explorou-se a costa russa do Pacífico e a península da Kamchatka, tendo sido descoberto o Alasca e as ilhas Aleutas, onde se fundaram mais entrepostos comerciais. Em 1799, foi criada a Companhia Russo-Americana⁴⁵, responsável pelo desenvolvimento do comércio naquela região (North, 2019, p. 66).

Em 1803, a Rússia realizou a sua primeira viagem de circum-navegação, com o objetivo de abrir relações comerciais com o Japão. Apesar do fracasso diplomático da missão, foi fundada, em 1811, a colônia de Fort Ross, no norte da Califórnia, com o objetivo de garantir o abastecimento alimentar das colônias russas no Alasca (North, 2019, pp. 66–67). Contudo, o projeto russo no Pacífico Norte revelou-se insustentável devido às enormes distâncias entre povoações, à dificuldade em fornecer provisões, à escassez progressiva de peles e à crescente concorrência de britânicos, americanos e espanhóis que dificultaram a sustentabilidade do projeto. Foram estas as razões que concorreram para que, tanto Fort Ross como o Alasca⁴⁶ fossem vendidos em 1841 e 1867, respetivamente (North, 2019, pp. 69;70;73). A retirada do continente americano refletiu tanto uma mudança de prioridades geopolíticas como o reconhecimento da inviabilidade económica do projeto russo na América do Norte.

A partir de 1847, o governo russo estabeleceu um governador geral para a Sibéria Oriental, com sede em Petropavlovsk, que servia de quartel-general para a expansão para o leste e sul do Extremo Oriente asiático. O Império Russo expandiu

⁴⁴ Cidades como Tobolsk (1587), Tomsk (1604) e Okhotsk(1648) são exemplos disso (North, 2019, p. 64).

⁴⁵ A Companhia Russo-Americana foi uma empresa monopolista fundada em 1799 por decreto do czar Paulo I, com o objetivo de explorar e administrar os territórios russos na América do Norte, essencialmente no Alasca e na Califórnia. A companhia, formada a partir da fusão de várias empresas de comércio de peles, recebeu direitos exclusivos de comércio e colonização ao norte do paralelo 55° N. Atuou como instrumento de expansão imperial russa até a venda do Alasca aos Estados Unidos em 1867 (The editors of Encyclopaedia Britannica, s.d.a).

⁴⁶ Depois de dez anos de negociações, o Império Russo vendeu o Alasca aos EUA por 7.2 milhões de dólares (North, 2019, p. 70)

a sua influência até ao delta do rio Amur onde fundaram a sua principal base, Nikolayevsk. Esta expansão provocou tensões e disputas territoriais com o Império Chinês, resolvidas pelos tratados de Aigun (1858) e de Beijing (1860), que redefiniram as fronteiras sino-russas e garantiram a posse russa dos territórios a norte do rio Amur e a leste do rio Ussuri. A partir de então, a política de expansão voltou-se para a costa do Mar do Japão e para a península da Coreia (Koda, 2005, p. 3).

Em 1860, fundou-se a cidade portuária de Vladivostok, nas margens da Baía do Chifre de Ouro, no Mar do Japão (Mirkin, 2023, p. 25). Esta nova posição avançada, voltada para o Pacífico, assumia uma importância crescente no quadro da geopolítica imperial, servindo de base para a consolidação da presença russa na região. Contudo, os russos consideraram que Vladivostok era deficiente para albergar as instalações da Frota do Pacífico devido a dois fatores: o facto de permanecer congelada durante os meses de inverno e por encontrar-se isolada pelos estreitos controlados pelo Japão. Estas limitações forçaram São Petersburgo a procurar alternativas mais viáveis para estabelecer a sua Frota do Pacífico, com melhor acesso para o Oceano Pacífico. Nesse seguimento, em 1898, aproveitando a conjuntura de debilidade da dinastia Qing e o precedente da intervenção europeia após a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894–1895), o Império Russo arrendou à China, a localidade de Port Arthur, situado na península chinesa de Liadong, com acesso direto ao Mar Amarelo. Esta cidade portuária, recentemente recuperada pela China ao Japão, foi rapidamente transformada numa base naval fortificada russa, simbolizando o auge da presença russa na costa oriental asiática. A ocupação russa desta cidade geoestratégica resultaria inevitavelmente num conflito entre a Rússia e o Japão, que reivindicava o estatuto de principal potência na região (Sanders, 1958, citado por Daniel, 1988, pp. 28-29).

O Japão, por seu lado, tinha a percepção de que a Rússia aparentemente procurava anexar Hokkaido, enviando regularmente navios e pessoas para esse território, motivados pelo facto de os portos dessa ilha não congelarem no inverno, o que a tornava, aos olhos russos, uma aquisição de elevada importância estratégica.

Para além disso, os russos demonstraram interesse nas ilhas de Tsushima, situadas entre o arquipélago nipónico e a península da Coreia. Em 1861, apenas um ano após a fundação de Vladivostok, quatro navios russos dirigiram-se a Tsushima, onde desembarcaram forças que ocuparam um pequeno porto. Posteriormente, esta força naval acabou por se retirar devido ao envio de dois navios de guerra da Frota do Índico Oriental por parte da Grã-Bretanha, a pedido do enfraquecido Xogum Tokugawa. Esta tentativa frustrada foi interpretada no Japão como um sinal claro das intenções expansionistas russas na região (Koda, 2005, p. 4).

A intensificação da presença russa no Extremo Oriente acentuou-se nas décadas seguintes. Em 1884, foi estabelecido em Khabarovsk um governador geral para a região do Amur. No ano seguinte, foi inaugurada uma rota marítima entre Odesa, no Mar Negro, e Vladivostok, ligando simbolicamente as extremidades do império.

Em 1891 teve início a construção do caminho-de-ferro Transiberiano⁴⁷, um empreendimento de grande importância estratégica, resultando no reforço da presença russa no Pacífico (Koda, 2005, p. 4). A construção do Transiberiano foi promovida pelo Ministro das Finanças, Sergei Witte, e visava reduzir o tempo de transporte entre Moscovo e o Pacífico, tendo consequências não só económicas como militares. Witte também patrocinou o desenvolvimento da Ferrovia Oriental Chinesa (Ellman, 2023, p. 6). Esta possibilitava a ligação da Transiberiana com Vladivostok e Port Arthur o que a dotava com uma importância geoestratégica imensa: permitia concentrar forças russas na Manchúria, no Mar Amarelo e até nas proximidades da capital chinesa (Malozemoff, 1958, citado por Ellman, 2023, p. 7).

Estes desenvolvimentos provocaram uma crescente preocupação nas lideranças japonesas, fenómeno conhecido como “*Northern Concern*”, marcado por uma perceção popular de que o expansionismo russo na região do Extremo Oriente

⁴⁷ O plano seria construir o maior caminho-de-ferro já visto, com mais de 7.200 km desde Moscovo a Vladivostok. O mesmo seria capaz de transportar mercadorias e matérias-primas em ambos os sentidos em menos de metade do tempo que demorariam por via marítima (Santos, 2008, p. 12).

poderia constituir-se como uma agressão (Koda, 2005, pp. 4-5). A percepção japonesa de ameaça russa produziu uma convicção de que era necessário estabelecer *buffer-zones* entre o seu arquipélago e o Império Russo. A península da Coreia e o sul da Manchúria eram vistos pelos nipônicos como potenciais *buffers* pelo que a sua política passou por prevenir que os russos possuíssem essas áreas geográficas (Koda, 2005, p. 5).

A Revolta dos Boxers (1900) foi aproveitada por São Petersburgo para deslocar 170 000 soldados para a Manchúria, sob o pretexto de proteger a ferrovia. Apesar das pressões internacionais, apenas um terço desta força foi retirada, estabelecendo-se um controlo *de facto* sobre a região (Santos, 2008, p. 12; Koda, 2005, pp. 17-18).

Entre 1901 e 1904, o governo japonês procurou negociar com Moscovo uma delimitação clara de esferas de influência: a Rússia ficaria com a Manchúria e o Japão com a Coreia. No entanto, a recusa russa em aceitar qualquer acordo, aliada à contínua militarização da região, levou a uma rápida deterioração das relações bilaterais (Koda, 2005, pp. 19;24-25).

Com o fracasso das negociações diplomáticas entre São Petersburgo e Tóquio, motivado sobretudo pela recusa russa em reconhecer a Coreia como zona de influência japonesa e em retirar-se da Manchúria, o Japão decidiu agir de forma preventiva. Em 6 de fevereiro de 1904, rompeu relações diplomáticas com a Rússia e, no dia 10 de fevereiro de 1904 declarou oficialmente guerra ao Império Russo (Koda, 2005, p. 25).

Dois dias antes da declaração formal de guerra, os japoneses realizaram um desembarque anfíbio na costa ocidental da Coreia, em Chemulpo, apoiados por uma divisão de cruzadores. Na noite anterior, os seus torpedeiros tinham atacado a frota russa principal, à saída de Port Arthur e a frota principal japonesa, sob o comando do Almirante Togo, tinha tomado posição para assumir o desembarque (Theobald, 1953, p. 40).

Esta campanha divide-se, naturalmente, em duas fases. A primeira consistiu

na destruição da Primeira Esquadra Russa do Pacífico através de ações conjuntas do Exército e da Marinha Imperial Japonesa. A segunda tratou-se de uma ação estritamente naval onde a Segunda Esquadra do Pacífico foi destruída (Theobald, 1953, p. 41).

Desde o início do conflito, o Império Japonês compreendeu que o sucesso das suas operações dependeria do controlo do mar, sendo essencial para garantir o abastecimento das forças terrestres japonesas na Coreia. Para proteger as linhas de abastecimento com a Coreia, posicionou uma divisão de cruzadores no estreito de Tsushima e concentrou a restante frota na contenção e destruição da esquadra russa estacionada em Port Arthur. Durante os primeiros onze meses da guerra, aquele espaço seria o palco principal do conflito. Apesar das tentativas japonesas de bloquear o porto com navios afundados e das sucessivas ações de minagem e bombardeamentos, a frota russa permaneceu relativamente protegida até 10 de agosto de 1904, quando tentou escapar rumo a Vladivostok. Intercetada pela frota japonesa, sofreu uma pesada derrota, perdendo vários navios, incluindo um couraçado, três cruzadores, e seis contratorpedeiros, sendo forçada a recuar (Theobald, 1953, pp. 41-42).



Figura 7 - Teatro de operações da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905)

Fonte: Encyclopaedia Britannica (Acedido a 27 de agosto de 2025)

A Rússia, tentando recuperar a iniciativa, enviou a partir do Báltico a Segunda Esquadra do Pacífico. Os nipônicos estavam bem informados quanto a isso e aceleraram o ritmo das suas operações contra Port Arthur na tentativa de eliminar a frota Russa antes da chegada de reforços vindos do Báltico. Tal acabou por acontecer a 1 de janeiro de 1905, antes da frota oriunda do Báltico chegar ao seu destino (Theobald, 1953, p. 43)

Meses depois, tendo percorrido 15.000 milhas até chegar ao estreito de Tsushima, a frota russa foi interceptada e completamente aniquilada durante uma batalha de dois dias (27 e 28 de maio de 1905) contra a frota japonesa que se encontrava “fresca” e em elevada prontidão. A destruição da frota do Báltico, somada à queda de Port Arthur em janeiro desse ano, confirmou a supremacia naval japonesa e selou a derrota da Rússia no conflito (Theobald, 1953, p. 43).

O conflito consumou-se com a assinatura do Tratado de Portsmouth em agosto de 1905, confirmando a retirada russa da Manchúria e a transferência de Port Arthur e do sul de Sakhalin para o Japão (Mirkin, 2023, p. 28).

A derrota na Guerra Russo-Japonesa assinalou o colapso da política de expansão marítima do Império Russo, encerrando um ciclo que remontava a Pedro I. A impossibilidade de sustentar um império transcontinental com capacidade naval global forçou a Rússia a recuar para uma postura mais defensiva e continental. No entanto, o fracasso de 1905 não representou o fim da ambição estratégica russa. Pelo contrário, serviu de catalisador para profundas transformações internas. Com o colapso do Império Russo e o advento do regime soviético, a Rússia redesenharia a sua geopolítica e a sua estratégia naval, agora com uma nova configuração política e ideológica, procurando redefinir o seu lugar no sistema internacional. Essa transição será explorada no subcapítulo seguinte.

2.3 A Era Soviética

A viragem para o século XX do Império Russo revelou-se profundamente traumática para o seu poder marítimo e naval. A derrota catastrófica na Batalha de Tsushima (1905), que resultou na destruição quase total da Frota do Báltico, não apenas marcou o colapso operacional da Marinha Imperial como também precipitou uma crise política interna sem precedentes. Tentativas subsequentes de reconstrução naval, lideradas por Nicolau II e debatidas no seio da recém-criada Duma, enfrentaram constrangimentos económicos e estratégicos, agravados pela crescente instabilidade interna e pela falta de visão coesa sobre o papel da Marinha na nova era tecnológica e geopolítica.

Esse contexto de desorientação estratégica agravou-se com o envolvimento do Império na Primeira Guerra Mundial, cuja condução revelou fragilidades estruturais profundas. A desastrosa participação da Rússia no conflito contribuiu para a subsequente revolução de 1917, culminando com o colapso do Império Russo, com uma guerra civil devastadora e com a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922 (consultar o Anexo C).

A transição para o regime soviético não significou, porém, uma rutura imediata com o seu passado naval. Herdando os estaleiros, as doutrinas e os oficiais formados no tempo imperial, o novo poder revolucionário enfrentou o dilema entre preservar a velha escola naval, orientada por princípios clássicos de batalha em mar aberto, ou adotar uma conceção mais defensiva e assimétrica, condizente com as condições materiais e ideológicas da URSS. Sob a liderança de Stalin, optou-se por uma estratégia de industrialização massiva e centralizada, que viria a moldar profundamente a estrutura militar, incluindo o sector naval, e a preparar o Estado Soviético para um eventual novo conflito global.

Neste subcapítulo irão ser abordados três momentos da Era Soviética. O primeiro explora os primórdios do regime soviético, a reconstrução da estratégia marítima e os desafios da afirmação naval durante a Segunda Guerra Mundial. O segundo analisa o papel da Marinha Soviética durante a Guerra Fria enquanto

instrumento de projeção de poder e baluarte da dissuasão estratégica, com especial atenção à região do Mar Negro e do Mediterrâneo. O terceiro debruça-se sobre o declínio económico e geopolítico da URSS que culminaria na sua desintegração.

2.3.1 Fundação do Regime Soviético e reconstrução de uma estratégia marítima

A derrota na Guerra Russo-Japonesa e a catástrofe de Tsushima em 1905 resultaram numa humilhação sem precedentes para o Império Russo e para o seu povo, com a destruição de grande parte da Marinha Imperial Russa⁴⁸ e o colapso do projeto imperial de Nicolau II no Extremo Oriente. Além disso, estes eventos contribuíram indiretamente para a queda da monarquia russa em 1917 (Santos, 2008, p. 13).

O período compreendido entre a Guerra Russo-Japonesa e a eclosão da Primeira Guerra Mundial foi marcado por uma intensa agitação social e política na sociedade russa. À medida que a Rússia Imperial se modernizava lentamente durante a Revolução Industrial, a população apercebeu-se que o sistema de governo em vigor, nascido de uma sociedade agrária feudal, não podia governar efetivamente na era industrial. À medida que a maioria da população russa migrava das zonas rurais para as cidades, emergia um novo proletariado fabril que dependia do salário industrial em vez do salário proveniente do trabalho no campo. Esse proletariado enfrentava dificuldades para competir com as nações industriais mais avançadas e democráticas do Ocidente, alimentando a insatisfação para com o regime. Nesse contexto, surgiram os primeiros sindicatos de trabalhadores, incluindo os bolcheviques, que buscavam conquistar espaço político no governo. Contudo, nos anos anteriores à Guerra Russo-Japonesa, as suas primeiras tentativas fracassaram, dado que a maioria da população permanecia leal ao Imperador. Essa lealdade, no

⁴⁸ Cerca de 60% dos navios da Marinha Imperial Russa foram destruídos, incluindo 17 dos seus 20 couraçados (Lieven, citado por Demchak, 2013, p. 27).

entanto, foi profundamente abalada pela pesada derrota frente ao Japão, o que dissipou o apoio ao Imperador e diminuiu o controle do mesmo sobre a sociedade (Mazour, 1984, citado por Daniel, 1988, p. 31-32).

A instabilidade resultante intensificou-se em 1905. A 22 de janeiro daquele ano, uma manifestação pacífica liderada pelo padre Gapon rumo ao Palácio de Inverno, em São Petersburgo, foi brutalmente reprimida pelas forças do regime. O episódio, que ficaria conhecido como o “Domingo Sangrento”, gerou indignação generalizada, desencadeando uma onda de protestos, greves e motins que intensificaram a contestação ao regime autocrático, resultando numa revolução (Demchak, 2013, p. 26). A revolução envolveu também os militares, com destaque para o episódio emblemático do motim do couraçado *Potemkin*, pertencente à Frota do Mar Negro, onde os marinheiros se insurgiram contra os seus oficiais, tornando-se símbolo da dissidência dentro das forças armadas e de insubordinação contra o Imperador (Vernadsky, citado por Daniel, 1988, pp. 32-33). Embora a revolução de 1905 não tenha derrubado o governo, a pressão popular forçou Nicolau II a implementar reformas de emergência e importantes concessões políticas (Demchak, 2013, p. 26).

A 30 de outubro de 1905, Nicolau II viu-se obrigado a emitir o chamado “Manifesto de Outubro”, um documento que, embora breve, teve implicações políticas significativas. Nele, o Imperador comprometia-se com três mudanças drásticas no regime imperial. Segundo Demchak (2013, p. 26), o Imperador prometeu as seguintes alterações: “First, he guaranteed freedom of conscience, speech, assembly, and association. Second, he authorized the creation of a State Duma and broad electoral rights. Third, he granted the new Duma oversight and the right to approve all new legislation”. Apesar de representar alguma cedência de autoridade por parte do soberano, tratava-se de uma concessão forçada e cuidadosamente calculada, destinada essencialmente a conter o descontentamento e agitação popular sem abdicar do essencial da autocracia. A criação da Duma surgiu, assim, mais como um instrumento de controle do que como uma verdadeira abertura ao pluralismo político.

No ano seguinte, a 7 de maio de 1906, foram promulgadas as Leis Fundamentais do Estado, que, longe de instituírem um verdadeiro regime constitucional, serviram para consolidar juridicamente o poder absoluto do Imperador. Embora a Duma Estatal fosse mantida como câmara legislativa, o soberano conservava autoridade total sobre as principais esferas do Estado. Entre os seus poderes estavam: o direito exclusivo de nomear e demitir ministros sem interferência parlamentar; a prerrogativa de dissolver a Duma ao seu critério; a condução exclusiva da política externa, com capacidade para declarar guerra, concluir tratados e negociar a paz; e o comando total das forças armadas, como comandante supremo do Exército e da Marinha. Adicionalmente, podia legislar por decreto durante os períodos de interregno parlamentar, vetar qualquer lei aprovada pela Duma e determinar autonomamente os gastos dentro do orçamento militar aprovado (Demchak, 2013, pp. 29-32). Estes dispositivos legais confirmavam que a nova ordem constitucional não passava de uma fachada, concebida para mitigar a contestação revolucionária sem comprometer os fundamentos autocráticos do regime.

Apesar das severas limitações impostas pelas Leis Fundamentais, a Duma Estatal permaneceu como um espaço de debate político e discussão em torno de questões centrais para o futuro do Império, nomeadamente a reconstrução da Marinha, profundamente abalada pela derrota de 1905. Foi precisamente neste domínio que se manifestaram debates sobre os rumos da política naval russa e surgiram divergências quanto à estratégia naval do Império.

Neste contexto, era necessário reconstruir a frota russa, para fazer face a uma potencial ameaça naval. Esta necessidade era reconhecida por todas as partes. Porém, a forma como iria ser feito e o tipo de Marinha e tipologia de navios pretendidos eram objeto de diferentes opiniões. As divergências eram profundas e havia quatro planos principais: (1) Uma Marinha puramente defensiva, limitada a navios patrulha, minas e defesa costeira. Esta opção era apoiada pelo Exército pois dava à Marinha o propósito único de apoiar o Exército. O Ministro dos Assuntos internos também apoiava esta opção pois promovendo o Exército garantia que o

mesmo o ajudava a suprimir as revoltas internas que ocorriam; (2) Uma frota ofensiva e moderna, defendida por Nicolau II que procurava restaurar o prestígio da sua nação enquanto grande potência e utilizar essa mesma frota enquanto instrumento de política externa. Esta opção era também apoiada pelo Ministro dos Assuntos Externos e contava com o apoio de muitos oficiais do Estado-Maior Naval que se encontravam alinhados com as teorias de Alfred T. Mahan e Philip H. Colomb⁴⁹; (3) um plano gradual e faseado, onde em primeira instância se construiriam submarinos e embarcações auxiliares para contrariar a ameaça inimiga para começar e só depois de estes navios se encontrarem construídos, passar para a construção de navios de maiores dimensões como os couraçados. Esta opção era promovida pelos oficiais que não concordavam com a teoria de Mahan e por N. K. Belkemishev⁵⁰; e (4) uma estratégia centrada na construção de uma das duas frotas geográficas, do Báltico ou do Mar Negro, por razões económicas e geopolíticas, também defendida por alguns oficiais que não alinhavam com as teorias de Mahan (Demchak, 2013, pp. 27-29)

A pressão internacional, o desejo de restaurar o prestígio imperial e a influência das doutrinas de Mahan prevaleceram, levando a Duma a aprovar, em 1908, um ambicioso programa de rearmamento naval centrado em couraçados modernos para a Frota do Báltico (Demchak, 2013, pp. 34, 37). Contudo, o programa foi excessivamente dispendioso e moroso, com nenhum dos sete couraçados programados, concluído até julho de 1914, devido a atrasos e mudanças nos projetos (Demchak, 2013, p. 39).

Em 1914, o Império Russo envolve-se na 1ª Guerra Mundial devido ao seu apoio à Sérvia e à prioridade dada pelos seus dirigentes à manutenção do seu prestígio internacional (Ellman, 2023, p. 9). A Rússia lutou nesta guerra fazendo parte da Tríplice Entente, ao lado da França e do Reino Unido, opondo-se à expansão

⁴⁹ Tanto Alfred T. Mahan como Philip H. Colomb sugeriam uma frota grande, moderna e orientada para a batalha, pois era essencial para proteger os interesses comerciais assim como projetar poder (Demchak, 2013, p. 28).

⁵⁰ Um respeitado académico naval.

austro-alemã nos Balcãs. No entanto, a participação russa no conflito ficou marcada por limitações logísticas e debilidades estratégicas que também se refletiram no plano naval.

No Mar Báltico, apesar de a Rússia dispor de uma frota numericamente superior à da Alemanha⁵¹, a sua frota encontrava-se subordinada ao Exército e relegada para uma campanha de guerra de minas, em defesa de Petrogrado. Os seus principais navios raramente saíam do porto (Woodward, 1965, citado por Daniel, 1988, p. 33). As forças navais russas eram encaradas apenas como um complemento à defesa terrestre da capital imperial. Apesar da postura defensiva, a Marinha russa realizou algumas incursões ofensivas limitadas. Cruzadores e destroyers foram usados para colocar minas ofensivas ao largo da costa alemã e na região da ilha de Öland, provocando baixas significativas na Marinha e na Marinha Mercante Alemã. O uso de submarinos, tanto russos como britânicos, operando a partir de bases russas, também se revelou eficaz, perturbando as rotas de abastecimento alemãs para a Suécia (Theobald, 1953, p. 44).

No Mar Negro, o panorama era ligeiramente mais favorável à Rússia. A frota do Mar Negro beneficiava de maior liberdade de ação, apoiando o Exército Russo e conduzindo operações de bombardeamento contra portos turcos na Anatólia, além de participar na campanha dos Dardanelos, com ataques aos fortes do Bósforo e demonstrações navais que forçaram os otomanos a desviar as suas forças da frente principal (Theobald, 1953, p.44). A frota russa enfrentava novamente os seus velhos rivais otomanos, mas encontrava-se isolada devido ao fecho dos Dardanelos no início da guerra por ataques alemães e turcos. Os mesmos só poderiam ser reabertos através de uma grande campanha terrestre. Houve várias tentativas aliadas para forçar o estreito, mas o apoio francês e britânico foi esporádico. Sem apoio consistente por parte dos seus aliados, os estreitos permaneceram bloqueados durante o resto da guerra e a frota russa foi contida no Mar Negro (Woodward, 1965,

⁵¹ Os seus meios principais encontravam-se concentrados no Mar do Norte.

citado por, Daniel, 1988, p. 33-34).

O fracasso nas campanhas dos Dardanelos⁵² revelou-se decisivo. O corte do acesso ao Mar Negro originou o isolamento logístico da Rússia, visto que as linhas de abastecimento vindas do Mar Branco eram insuficientes para satisfazer a quantidade de abastecimentos requerida pela máquina militar russa. Este estrangulamento logístico contribuiria para precipitar a saída da Rússia na guerra (Theobald, 1953, p. 45).

Os gastos com o programa de reconstrução naval sobrecarregaram o orçamento, comprometendo a capacidade do Exército, que tinha acabado de entrar Primeira Guerra Mundial, com graves deficiências logísticas, como escassez de espingardas e munições (Demchak, 2013, p. 40). A instabilidade política entre 1905 e 1914, marcada pelo confronto entre Nicolau II e a Duma, comprometeu a eficácia do programa de rearmamento e acentuou a desorganização das estruturas do Estado, gerando uma fragilidade sistémica que se revelaria decisiva no colapso do regime.

As derrotas na Primeira Guerra Mundial intensificaram a crise económica e social, culminando nas revoluções de 1917. Em fevereiro, greves e manifestações em Petrogrado levaram à abdicação de Nicolau II a 2 de março, encerrando a dinastia Romanov. O Governo Provisório, liderado por Georgy Lvov e depois por Aleksandr Kerensky, tentou estabelecer uma república liberal, mas a sua incapacidade de resolver problemas estruturais e a continuidade na guerra minaram a sua legitimidade. Em outubro, os bolcheviques, sob Vladimir Lenin, tomaram o poder e acabaram por assinar o Tratado de Brest-Litovsk em março de 1918, marcando a saída da Rússia da guerra. A Guerra Civil (1918–1921) consolidou o poder bolchevique e, em 1922, a URSS foi proclamada, marcando o fim do ciclo revolucionário iniciado em 1905.

Quando os bolcheviques finalmente estabeleceram o controlo sobre toda a

⁵² Com maior destaque para o fracasso de Galipoli.

Rússia, após a Guerra Civil Russa que se seguiu à Revolução, encontraram uma Marinha em ruínas. Uma parte significativa dos efetivos remanescentes que tinham sobrevivido a Tsushima e à Primeira Guerra Mundial tinha fugido do país, transportando refugiados para vários países ocidentais. Uma grande parte da frota imperial do Mar Negro encontrou o seu último ancoradouro em Bizerte, na Argélia. As instituições da Marinha mantiveram-se, porém, lideradas por oficiais que se consideravam apolíticos e desejavam permanecer ao serviço do seu país. A nova ordem aceitou-os, mas com condições. Nunca tiveram total confiança e foram designados "comissários políticos" para vigiar as suas ações e decisões, que tinham de ser assinadas por estes para serem válidas. O capítulo final para muitos deles foi escrito com sangue de balas, quando as purgas (perseguições políticas) da década de 1930 varreram os vestígios leais e experientes do passado. Sob o comando de Stalin, foi levado a cabo o cumprimento forçado de planos ambiciosos de industrialização maciça. Estes planos incluíam a recapitalização dos estaleiros navais, incluindo os grandes estaleiros de Leningrad (antiga S. Petersburgo) e Nikolayev, bem como a construção de um estaleiro inteiramente novo em Severodvinsk (originalmente chamado Sudostroy, depois Molotovsk) no Mar Branco. Do mesmo modo, foram elaborados projetos de novos navios de guerra, tanto de superfície como submarinos. Mais uma vez, a construção de uma nova Marinha tinha começado (*The Russian Navy - A Historic Transition*, 2015, p. xv).

Nos primeiros três anos após o golpe bolchevique, a preocupação do governo foi a criação de um novo Exército utilizando o pessoal das forças armadas do Império Russo. Essa orientação teve a ver com o facto da maior ameaça para o regime ser através de ataques terrestres, o que tornava os teatros de operação naval menos relevantes. Para além disso, o governo não tinha recursos para a manutenção da Marinha, tinha falta de pessoal e os portos e bases navais encontravam-se maioritariamente sobre o controlo do Exército Branco (fação contrária aos bolcheviques). Foi apenas em 1920 que Vladimir Lenin ordenou o restabelecimento e fortalecimento das forças navais (Mirkin, 2023, pp. 28-29).

A prioridade até 1928 centrou-se na reabilitação dos navios herdados da

Marinha Imperial, uma vez que a URSS não tinha capacidade técnica nem financeira para construir navios de raiz. Em maio de 1928, o Conselho Militar aprovou um plano de desenvolvimento naval que combinava unidades de superfície e de subsuperfície, aviação naval baseada em terra, e um forte enfoque na defesa costeira e na utilização de minas, baseando-se nas linhas de uma doutrina de “small fleet”. O principal motivo que levou a tomar esta decisão teve a ver com a capacidade económica limitada da União Soviética na altura (Mirkin, 2023, p. 31).

Já desde os debates da Duma acerca da reconstrução da Marinha Imperial no pós-guerra russo-japonesa, que existia uma divergência entre duas “escolas” de pensamento naval na Rússia. A “velha escola”, considerada tradicionalista, propunha uma Marinha composta por navios de superfície de grandes dimensões como couraçados e cruzadores e seguiam a teoria de Mahan, sendo que a maior parte dos seus defensores eram os oficiais da antiga Marinha Imperial, para além do facto de esta opção acarretar custos consideravelmente mais dispendiosos. Por outro lado, a “Jeune École”, considerada modernista, propunha uma Marinha de “guerrilha” constituída por submarinos, navios rápidos de pequenas dimensões e aeronaves navais; defendia uma visão de *sea denial* como principal objetivo para o emprego das forças navais e era apoiada pelos jovens oficiais formados no Marxismo-Leninismo. Para além disso, esta última opção era menos dispendiosa e não necessitava de grandes recursos industriais, o que a tornou a opção mais atraente devido à fraca economia soviética e escassez de capacidade industrial (Morris, 1977, citado por Daniel, 1988, pp. 43-44).

O desenvolvimento da economia e a industrialização do país criaram as condições para uma revitalização sistemática da frota. Foram adotados os programas de construção naval de seis anos (1926-1932), de cinco anos (1928-1933) e, em julho de 1933, foi publicado um decreto do Conselho do Trabalho e da Defesa “sobre o programa de construção naval militar para 1933-1938” (Scipanov & Nistor, 2022, p. 175). Mais uma vez, neste último programa, a prioridade foi dada aos submarinos. De acordo com esse decreto, os submarinos deviam corresponder a dois terços do total de navios que estavam planeados construir (Mirkin, 2023, p.

31).

Por volta do ano 1937, a capacidade industrial soviética tinha recuperado ao ponto de Joseph Stalin⁵³ aceitar um novo projeto de construção naval de uma frota mais tradicional, onde se iniciou a construção de dois Cruzadores pesados e três couraçados. No entanto, a construção dos mesmos ficou inacabada devido à Operação Barbarrossa⁵⁴ em 1941 (Mirkin, 2023, pp. 31-32).

À medida que a importância e a dimensão da Marinha Soviética aumentava, depressa se tornou evidente que não podia ser administrada de forma eficiente com a organização até então vigente. No final desse ano, foi criado um ministério autónomo só para a Marinha, divorciando-se do Exército e da Força Aérea (Theobald, 1953, p. 46).

Durante os dois anos seguintes, entre 1937 e 1939, procedeu-se a uma purga de oficiais da Marinha, restando apenas 200 oficiais oriundos da Marinha Imperial no final da mesma (Theobald, 1953, p. 46). Foram eliminados muitos oficiais de Marinha experientes, na sua maioria de média e alta patente, entre os quais a maioria dos almirantes (Mirkin, 2023, p. 33). Estas purgas serviram para silenciar qualquer dissidência em relação à nova política naval de Stalin (Mitchell, 1974, citado por Daniel, 1988).

No início da década de 1930, a Marinha Soviética consistia em duas Frotas: a Frota do Báltico e a do Mar Negro. No entanto, à medida que a perceção de ameaça no Extremo Oriente aumentava, em particular face ao expansionismo japonês, a liderança soviética iniciou um processo de expansão e descentralização da sua estrutura naval, como forma de aumentar as suas defesas naquela área geográfica. Em 1932, foram fundadas as Forças Marítimas do Extremo Oriente, rebatizadas em 1935 como Frota do Pacífico. Em paralelo, começou a ser estruturada a Flotilha do

⁵³ Após a morte de Lenine em 1924, Stalin tornara-se Secretário-Geral do Partido Comunista (Mitchell, 1974, citado por Daniel, 1988, p. 44).

⁵⁴ Invasão da URSS por parte da Alemanha (Daniel, 1988, p. 45).

Norte, com base em Murmansk⁵⁵, que em 1937, transformou-se na Frota do Norte (Mirkin, 2023, p. 32-33).

As transformações no mapa político do nordeste europeu, entre 1939 e 1940, em particular a vitória soviética na Guerra de Inverno contra a Finlândia e a subsequente ocupação dos Estados Bálticos, possibilitaram à URSS melhorar as infraestruturas navais das suas Frotas do Báltico e do Norte. A anexação da Península de Rybachy reforçou a capacidade operacional da recém-criada Frota do Norte no Ártico, enquanto a incorporação dos portos de águas não congeladas de Tallinn e Liepaja permitiu transferir os principais ativos da Frota do Báltico para locais com melhores condições logísticas, mitigando as limitações sazonais impostas pelo congelamento de Kronstadt (Mirkin, 2023, p.33).

Com o início da década de 1940, a União Soviética dispunha, pela primeira vez desde a queda do regime imperial, de uma força naval minimamente estruturada para responder aos desafios externos. Esta força seria posta à prova com o início da Segunda Guerra Mundial.

2.3.2 Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria: evolução da estratégia naval soviética

Em 1939, a Europa mergulhava num cenário geopolítico que transformaria de forma irreversível a história da Humanidade. A 1 de setembro, a Alemanha nazi invadiu a Polónia, levando o Reino Unido e a França a declarar-lhe guerra dois dias depois, assinalando o início da Segunda Guerra Mundial. A 17 de setembro, a União Soviética invadiu o leste da Polónia, em cumprimento de cláusulas secretas do Pacto de Não-Agressão germano-soviético, assinado oficialmente a 23 de agosto sob a designação de Pacto Molotov–Ribbentrop. Este acordo permitiu a ambos os regimes totalitários delimitar esferas de influência na Europa de Leste e manter, num

⁵⁵ Um porto situado no Mar de Barents que não congelava.

primeiro momento, uma neutralidade estratégica que beneficiava os seus interesses imediatos.

Contudo, essa aliança de conveniência revelou-se efêmera. A 22 de junho de 1941, a Alemanha rompeu o pacto ao lançar a Operação Barbarrossa, uma ofensiva em larga escala contra o território soviético. A partir desse momento, a URSS foi arrastada para o centro do conflito global, tornando-se um dos principais membros da coligação aliada. A entrada súbita na guerra exigiu a mobilização total dos recursos soviéticos e expôs fragilidades estruturais herdadas da década anterior, incluindo a situação ainda instável da sua Marinha.

À data da invasão alemã, a Marinha Soviética encontrava-se dividida em quatro grandes teatros operacionais: o Báltico, o Mar Negro, o Oceano Pacífico e o Ártico. A sua doutrina permanecia essencialmente defensiva e subordinada às necessidades do Exército Vermelho, centrando-se na proteção costeira, na minagem, e no apoio às operações terrestres, numa semelhança notável entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial, relativamente ao emprego da Marinha Imperial e Marinha Soviética, respetivamente.

A derrota da Força Aérea Soviética nos primeiros dias da ofensiva alemã, aliada à perda da maioria dos aeródromos e bases navais na região do Báltico nas semanas iniciais da invasão, deixou a Marinha Soviética sem qualquer tipo de apoio aéreo. A superioridade aérea incontestada da *Luftwaffe* impediu a Marinha Soviética de aplicar uma estratégia de presença ativa no mar (*fleet in being*), forçando as suas principais unidades a permanecerem passivas até que os territórios adjacentes fossem reconquistados pelas forças terrestres soviéticas (Mirkin, 2023, p. 34).

No Báltico, a Marinha desempenhou um papel secundário, de apoio ao Exército Vermelho e de carácter predominantemente defensivo. Quando os alemães iniciaram a sua ofensiva nesta área, o Exército Alemão rapidamente conquistou a costa sul do Báltico e o Golfo da Finlândia. Os navios soviéticos tentaram largar dos seus portos, porém, sem sucesso. Antes de terem iniciado a ofensiva, os alemães lançaram uma campanha *covert* de minagem nos *chokepoints* do Báltico,

nomeadamente ao longo do Golfo da Finlândia e do Mar Negro, com o objetivo principal de conter a frota soviética. Outra preocupação por parte dos alemães, foi a seleção dos principais portos russos como alvos da *Luftwaffe*. Tal ficou evidenciado logo no primeiro dia das hostilidades, ao atacarem Kronstadt, Murmansk, Odesa e Sevastopol. Os alemães acabaram por invadir a maioria das bases navais soviéticas e, à medida que se projetavam mais para leste no Golfo da Finlândia, os navios soviéticos viram-se forçados a retirar para Kronstadt e Leningrad. Os navios de maiores dimensões acabaram por se deslocar para o último, por forma a ganhar uma proteção antiaérea adicional e, ao mesmo tempo, acrescentarem o seu poder de fogo à defesa da cidade que acabaria por ser sitiada e defendida com êxito até 1944, quando o rumo da guerra mudou e os soviéticos expulsaram os alemães. As únicas ações de caráter ofensivo naquelas águas foram realizadas por submarinos, que tentaram continuamente penetrar no Báltico. Alguns conseguiram cumprir esse objetivo, porém, pelo menos 40 submarinos acabaram por ser destruídos por minas. O papel dos submarinos foi importante do ponto de vista económico, ao desviar recursos navais alemães valiosos. Devido aos ataques que os submarinos soviéticos realizaram à navegação alemã, a Alemanha viu-se obrigada a adotar um sistema de comboios para os navios que navegavam entre a Alemanha e a Finlândia. Esta medida permitiu-lhe reforçar a proteção do tráfego marítimo, mas concentrou os alvos, o que significava que os soviéticos poderiam empregar um menor número de unidades navais para ameaçar eficazmente as linhas de comunicação alemãs (Woodward, 1965, citado por Daniel, 1988, pp. 45-47; Theobald, 1953, p. 47; Bunn et al., 2022, pp. 180-181).

O cenário no Mar Negro não foi muito melhor que o cenário no Báltico. A ofensiva da *Wehrmacht* foi mais lenta neste teatro de operação devido a algumas dificuldades de planeamento, o que acabou por diminuir os danos causados. A estratégia alemã no Báltico era a mesma que no Mar Negro, ou seja, impedir o acesso dos soviéticos às suas bases navais e tornar a sua Marinha inútil. Por outro lado, apesar da Marinha Soviética possuir maior liberdade de movimento neste teatro de operação, devido a não haver tantas minas nas águas do Mar Negro como havia no

Mar Báltico, as suas unidades navais de superfície não foram empregues de forma efetiva. Inicialmente, foram enviados dois navios para bombardear a principal base alemã, em Constanta, e para interromper as atividades navais do inimigo nesse porto. Contudo, nessa tentativa, um dos navios acabou por ser destruído por minas e os navios soviéticos deixaram de ser enviados para operar nesta área. Tal revelou-se ser um erro, pois, através de uma ação ofensiva, a Marinha Alemã poderia ter sido contida na foz do Danúbio. Em vez disso, esta acabou por sair do porto e os soviéticos tiveram de a procurar numa área bem maior. As unidades ligeiras da Marinha Soviética no Mar Negro colaboraram estreitamente com a defesa sucessiva de diversos portos, recuando em paralelo com as forças terrestres e procurando dificultar a progressão das forças navais alemãs. Apesar de alguns êxitos pontuais, não conseguiram travar o avanço inimigo. Quando este acabou por ser contido, a frota soviética encontrava-se em condições precárias. Com exceção de dois antigos cruzadores ligeiros, todas as unidades de maior porte haviam sido deslocadas para os portos de Poti e Batum, restando apenas embarcações de pequeno porte. Estas foram posteriormente empregues em operações anfíbias e em ataques contra as forças alemãs em retirada, à medida que o curso da guerra começava a inverter-se a favor do Exército Vermelho. O avanço das forças alemãs em direção à Crimeia culminou no cerco de Sevastopol, que, ao contrário do prolongado bloqueio de Leningrado, resultou numa vitória para a *Wehrmacht*. Tal como sucedera em Leningrado, a Marinha Soviética e o seu pessoal participaram ativamente na defesa terrestre da cidade. Com a queda de Sevastopol, as operações navais soviéticas (sobretudo de natureza anfíbia e de apoio direto às forças terrestres) passaram a ser conduzidas a partir dos portos localizados na costa oriental do Mar Negro, o que impôs significativas limitações operacionais. O avanço alemão prosseguiu com a captura de Novorossiysk, mas acabou por estagnar antes de alcançar os restantes portos soviéticos na região. A partir de 1943, com a frente oriental a ceder sob a pressão do Exército Vermelho, as forças alemãs iniciaram uma retirada gradual. Em 1944, Sevastopol foi reconquistada pelos soviéticos. Tal como no teatro do Báltico, a vitória soviética nesta frente foi, em larga medida, atribuída ao esforço terrestre, com a Marinha a desempenhar um papel secundário na reconquista do litoral

(Theobald, 1953, pp. 47-48; Daniel, 1988, pp. 47-48).

A Marinha Soviética também participou nos teatros de operação do Ártico e do Pacífico. No Ártico, a Frota do Norte⁵⁶ tinha duas missões principais: prestar apoio às unidades terrestres encarregues da defesa de Murmansk e escoltar os comboios do Ártico provenientes do Reino Unido e dos Estados Unidos da América (EUA), no âmbito do programa *Lend-Lease*⁵⁷, ao longo do seu percurso final até Murmansk e Arkhangelsk (Mirkin, 2023, p. 34). As forças navais soviéticas conseguiram mobilizar uma frota de unidades ligeiras através do sistema de canais entre o Báltico e o Mar Branco, que desempenhou um papel relevante na defesa de Murmansk. Com o apoio da infantaria naval, estas unidades conseguiram travar o avanço terrestre alemão na região. Posteriormente, submarinos, lanchas torpedeiras e navios caça-submarinos operaram contra as linhas logísticas germânicas, infligindo perdas significativas (Theobald, 1953, p. 48).

Já no Pacífico, a atuação soviética foi mais tardia. Após a rendição da Alemanha, a União Soviética iniciou os preparativos para entrar em guerra contra o Japão, o que veio a ocorrer a 8 de agosto de 1945, dois dias após o bombardeamento de Hiroshima pelos Estados Unidos. A participação da Marinha Soviética neste novo teatro foi substancialmente mais ativa que a do Ártico. A Frota do Pacífico interrompeu as comunicações marítimas entre as ilhas japonesas e o continente, bombardeou instalações navais no norte da península coreana e realizou várias operações anfíbias que resultaram na conquista de portos estratégicos na Coreia, na tomada de Port Arthur, bem como na ocupação da Sacalina do Sul e das Ilhas Curilas. Do ponto de vista naval, estas duas últimas operações foram particularmente relevantes, pois permitiram à União Soviética consolidar o seu acesso ao Oceano Pacífico, alargando significativamente a área de atuação da Frota do Pacífico (Mirkin,

⁵⁶ Esta foi a única frota que se manteve ativa durante quase toda a Guerra, ao contrário dos outros teatros de operação.

⁵⁷ Programa lançado pelos EUA em 1941, que permitiu o fornecimento de armamento, equipamentos, alimentos e matérias-primas aos países aliados, incluindo a União Soviética, sem exigência de pagamento imediato, crucial para o esforço de guerra aliado na 2ª Guerra Mundial.

2023, p. 34).

Após quatro anos de combate intenso, a União Soviética emergiu como uma das principais potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Em 1945, integrava o grupo das três grandes potências globais, ao lado dos Estados Unidos e do Reino Unido, posição conquistada sobretudo pelo papel determinante que desempenhou na derrota da Alemanha nazi (Ellman, 2023b, p. 4).

A ascensão da União Soviética como superpotência no pós-guerra marcou o início de uma nova ordem geopolítica no sistema internacional, caracterizada pela rivalidade bipolar com os Estados Unidos, em matéria ideológica, económica e militar, que definiu um período conhecido por Guerra Fria (1947-1991). A aliança forjada durante a guerra rapidamente se desfez. A derrota da Alemanha nazi e a divisão da Europa em esferas de influência intensificaram as tensões ideológicas entre o comunismo soviético e o capitalismo ocidental. A formação da NATO em 1949, liderada pelos EUA, e do Pacto de Varsóvia em 1955, sob liderança da URSS, consolidou a divisão do mundo em dois blocos antagónicos, com conflitos indiretos em regiões como a Coreia e o Médio Oriente. Este contexto, marcado pela desconfiança mútua, pelo risco de escalada nuclear e pela corrida às áreas de influência no mundo pós-colonial, exigiu da URSS uma reformulação profunda do seu aparelho militar, especialmente das suas capacidades navais, por forma a contrabalançar a hegemonia marítima ocidental, liderada pelos EUA e pela NATO.

Neste cenário de crescente polarização, Stalin retomou, no imediato pós-guerra, o programa de reconstrução naval que havia iniciado antes de 1941, seguindo a doutrina tradicionalista da chamada “velha escola” com o intuito de construir uma frota mais balanceada. Tal foi impulsionado, sobretudo, pela necessidade de responder à ameaça representada pelas Marinhas dos EUA e do Reino Unido. Todo o processo de desenvolvimento naval soviético no pós-guerra acabou por se orientar em função da evolução das capacidades navais ocidentais. Esta reconstrução, segundo a “velha escola”, iria continuar até à morte de Stalin em 1953 (Daniel, 1988, p. 49).

O seu sucessor, Nikita Khrushchev, tinha uma visão diferente e cortou com o programa de construção iniciado por Stalin. Khrushchev considerava os grandes navios de superfície demasiado dispendiosos e obsoletos face ao novo contexto estratégico da Guerra Fria. O advento das ogivas nucleares, conjugado com os avanços na tecnologia de mísseis guiados, desenvolvida durante a década de 1950, convenceu o novo líder soviético a priorizar meios mais baratos e eficazes, como os submarinos, e a dissuasão estratégica baseada em armamento nuclear. Esta nova doutrina ficaria conhecida como a “neo-Jeune École”, que conservava os princípios defensivos da anterior “Jeune École” mas introduzia uma novidade essencial: a capacidade nuclear embarcada como elemento central da estratégia naval soviética (Bunn et al., 2022, p. 183; Daniel, 1988, p. 49).

Em 1956, o almirante Sergei Gorshkov assumiu o comando da Marinha Soviética, sucedendo Nikolai Kuznetsov, defensor de uma doutrina tradicionalista apoiada por Stalin (Bunn et al., 2022, p. 184). Inicialmente alinhado com a orientação estratégica de Khrushchev, Gorshkov apoiava a ênfase na dissuasão nuclear e na guerra assimétrica, através do uso intensivo de submarinos e mísseis. Sob a sua liderança, a Marinha Soviética passou a ser concebida como uma das três componentes da tríade estratégica soviética, ao lado dos mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) e dos bombardeiros de longo alcance. Os submarinos portadores de mísseis balísticos (SSBN) tornaram-se elementos-chave da dissuasão soviética, ao passo que a Marinha convencional incorporava cada vez mais mísseis de cruzeiro anti-navio de longo alcance (ASCM), tanto em plataformas de superfície como de subsuperfície (Bunn et al., 2022, p. 184).

Apesar do avanço tecnológico e do reforço da componente nuclear, a estratégia soviética continuava a ser essencialmente defensiva, centrando-se na possibilidade de um confronto direto com os EUA e a NATO. Esta preocupação manteve-se constante ao longo de toda a Guerra Fria. A partir da Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, e durante os conflitos israelo-árabes de 1967 e 1973, a doutrina naval soviética operava segundo o pressuposto de que a eventualidade mais grave seria uma guerra total contra o bloco ocidental. No plano marítimo, as principais

ameaças eram identificadas nos SSBN *Polaris* norte-americanos e nos porta-aviões da NATO, capazes de realizar ataques nucleares contra o território soviético (Bunn et al., 2022, p. 184).

A Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962, foi um dos momentos mais críticos da Guerra Fria, e um ponto de inflexão na estratégia naval soviética. Esta crise surgiu na sequência da instalação secreta de mísseis nucleares em Cuba por parte da URSS, como resposta ao posicionamento de mísseis *Júpiter* na Turquia e na Itália a partir do qual conseguiam atingir o território soviético, conferindo uma vantagem estratégica aos norte-americanos. O objetivo soviético era contrabalançar essa vantagem, criando a mesma ameaça ao território norte-americano e salvar Cuba e o regime de Fidel Castro, um aliado estratégico no hemisfério ocidental, de uma eventual invasão (Mirkin, 2023, p. 106). A descoberta dos mísseis pelos EUA levou o presidente John F. Kennedy a impor um bloqueio naval à ilha. A Marinha Soviética, predominantemente composta por submarinos e orientada para a defesa costeira, revelou-se incapaz de suprimir eficazmente este bloqueio. Quatro submarinos convencionais russos da classe *Foxtrot* foram detetados e forçados a emergir, evidenciando a incapacidade da Marinha Soviética em projetar poder. Após 13 dias de tensão, Khrushchev retirou os mísseis em troca da remoção dos *Júpiter* e de garantias contra uma invasão de Cuba. Este fracasso, percebido como uma humilhação para a URSS, destacou as limitações da sua estratégia naval e catalisou uma reavaliação profunda da doutrina marítima soviética. Em primeiro lugar, levou à decisão de fortalecer a frota de submarinos nucleares. Além disso, levou os soviéticos a perceber que ao empregarem as suas forças navais fora da zona litoral, os submarinos deveriam ser apoiados por forças de superfície e fez com que os soviéticos se inclinassem para uma frota “mais equilibrada”. Por último, levou o comando soviético a compreender a ineficácia do envio de forças para teatros de operação remotos durante situações de crise (Mirkin, 2023, pp. 108-109).

Este desfecho, percebido como uma humilhação para a URSS, expôs as limitações da doutrina naval da “neo-nova escola” de Khrushchev, centrada em submarinos e dissuasão nuclear, o que impulsionou uma reavaliação profunda da

doutrina naval soviética. O almirante Gorshkov argumentou que, sem uma Marinha oceânica (*blue water navy*), capaz de operar autonomamente em operações fora de área, em oceanos distantes, a URSS não poderia sustentar os seus interesses geopolíticos fora do perímetro regional e competir de igual para igual contra os EUA.

Com a ascensão de Leonid Brezhnev em 1964, Gorshkov obteve apoio político e orçamental para implementar esta visão, convencendo o líder soviético a investir numa frota equilibrada e iniciando uma reforma profunda da estratégia naval. Gorshkov procurou converter a Marinha Soviética de uma força defensiva composta sobretudo por submarinos para uma Marinha oceânica poderosa, capaz de operar globalmente seguindo o conceito de “frota equilibrada”⁵⁸.

A partir da segunda metade dos anos 1960 a URSS iniciou ambiciosos programas de construção naval, abrangendo submarinos nucleares de ataque (SSN) e de mísseis balísticos (SSBN), fragatas, contratorpedeiros e porta-aviões híbridos. Essa expansão culminou em meados da década de 1970, altura em que a Marinha Soviética se tornou, em tamanho e capacidade, a segunda maior do mundo, passando a rivalizar diretamente com a Marinha dos EUA.

Um bom exemplo foi a realização de um dos maiores exercícios navais da história da URSS, *OKEAN-1970*⁵⁹. O objetivo era demonstrar as capacidades da Marinha aos dirigentes soviéticos e convencê-los de que o investimento na Marinha valia a pena. Além disso, Gorshkov via este exercício como uma forma de obter o reconhecimento internacional da URSS como potência naval (Mirkin, 2023, pp. 129-130).

O uso da Marinha Soviética enquanto instrumento de projeção de poder foi notório no Mediterrâneo, uma das regiões geográficas de grande relevância

⁵⁸ Um conjunto de navios convencionais e nucleares projetados tanto para missões de tempo de paz quanto de guerra.

⁵⁹ Participaram neste exercício 204 navios e cerca de 100 unidades da Aviação Naval de todas as frotas da Marinha Soviética, e o seu teatro incluía quatro oceanos - o Ártico, o Atlântico, o Índico e o Pacífico, e mares que faziam fronteira com estes oceanos, incluindo o Mar do Norte, o Mediterrâneo, o Mar do Japão e o Mar das Filipinas (Mirkin, 2023, p. 130).

geopolítica para a URSS. Tratava-se de um teatro estratégico devido à proximidade das fronteiras soviéticas. Embora a presença naval soviética no Mediterrâneo tenha sido iniciada sob Khrushchev em 1964, foi apenas na sua sucessão que atingiu uma maior dimensão. Este interesse soviético foi causado pelo fortalecimento da presença norte-americana neste teatro na década de 1960 e início da década de 1970. A criação das bases americanas de submarinos em Rota (Espanha) e no Arquipélago de Maddalena (Itália) foram exemplo disso (Basov & Sumin, 1988, citado por Mirkin, 2013, p. 163).

Após a ascensão de Leonid Brezhnev e a destituição de Nikita Khrushchev, a URSS procurou solidificar e expandir a sua própria influência no Mediterrâneo, através da criação de esquadras navais permanentes, como a 5ª Esquadra Operacional, estabelecida em 1967⁶⁰ (Mirkin, 2023, p. 165). O propósito da criação desta esquadra era constituir uma presença permanente numa zona de possíveis conflitos militares, em paralelo com a aplicação de uma política de apoio aos países árabes amigos da URSS (Ivan Kapitanets, citado por Mirkin, 2023, pp. 165-166) e contrabalançar a 6ª Frota dos Estados Unidos, que, em função de sua presença crescente na região, representava uma ameaça direta para a URSS e ao seu acesso ao Mediterrâneo.

A URSS justificou a sua presença no Mediterrâneo com argumentos geopolíticos, destacando a proximidade da região com as suas fronteiras (Mirkin, 2023, p. 163). Outra justificação foi dada através de declarações oficiais da TASS⁶¹ em 1968, onde se afirmava que a URSS, enquanto potência do Mar Negro, tinha o “direito inquestionável” de operar no Mediterrâneo. (Gorshkov, 1972, citado por Mirkin, 2013, p. 163).

Um dos problemas que existiam devido ao acesso permanente às águas do

⁶⁰ A presença permanente soviética no Mediterrâneo começou depois da Guerra dos Seis Dias. O objetivo era manter uma presença naval em áreas operacionais das frotas ocidentais por forma a limitar a sua liberdade de ação (Bobkov, 1970, citado por Mirkin, 2013, p. 165).

⁶¹ The Telegraph Agency of the Soviet Union.

Mediterrâneo era a falta de instalações portuárias ou bases navais onde a Marinha Soviética pudesse atracar os seus navios. No final de 1967, a URSS começou a receber o apoio do Egito e a 5ª Esquadra começou a atracar os seus navios nesse país, onde fundou bases de abastecimento em Alexandria e Port-Said. Esse apoio só durou 4 anos e em 1971, o Egito recusou o apoio às forças navais soviéticas no seu território. Perante esta situação, a URSS assinou um acordo com a Síria, para fundar uma instalação de manutenção no porto de Tartus e, em 1972, começaram a construí-la. Tentativas de obter bases adicionais em locais como a Tunísia e a Argélia não tiveram sucesso, levando a URSS a concentrar-se no porto de Tartus, que apesar de possuir instalações limitadas, tornar-se-ia o ponto de apoio logístico principal dos soviéticos e da 5ª Esquadra no Mediterrâneo (Mirkin, 2023, pp. 167-168).

Contudo, à medida que a década de 1970 avançava, tornava-se cada vez mais evidente que o esforço para manter uma Marinha oceânica de grande escala impunha encargos crescentes ao aparelho soviético. As limitações logísticas, a dependência de apoios externos em zonas sensíveis como o Mediterrâneo e o peso económico da manutenção de uma frota global começaram a levantar questões sobre a sustentabilidade daquela estratégia naval. Os desenvolvimentos subsequentes iriam revelar como estas fragilidades se acentuaram ao longo da década de 1980, num contexto de transformação interna e de reconfiguração do equilíbrio geopolítico global.

2.3.3 Do declínio à desintegração da União Soviética

A ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder em 1985 marcou o início do declínio da União Soviética e, por extensão, da sua Marinha. As reformas da *perestroika* (reestruturação económica) e da *glasnost* (transparência política) visavam modernizar o modelo político-económico soviético, o que incluía a redução do peso do complexo militar-industrial sobre a economia. Neste contexto, a Marinha perdeu prioridade, sofrendo cortes orçamentais significativos. A diplomacia soviética passou a priorizar a distensão com o Ocidente. Um marco simbólico desse

período foi o afastamento de Sergei Gorshkov, em 1985, comandante da arinha por quase três décadas (Mirkin, 2023, p. 204).

Sob o comando de Gorshkov, a Marinha Soviética alcançara uma capacidade de projeção oceânica, rivalizando com os EUA. Contudo, a sua manutenção tornou-se insustentável em virtude da estagnação económica e das reformas estruturais. Fatores como a obsolescência tecnológica, dificuldades logísticas e dependência de infraestruturas portuárias limitadas em aliados instáveis⁶² comprometeram a capacidade de sustentar uma presença naval global (Mirkin, 2023, pp. 167–168).

As raízes deste declínio remontam à intervenção soviética no Afeganistão (1979–1989). Motivada pela instabilidade num aliado estratégico e pela crescente presença naval norte-americana no Golfo Pérsico, a guerra prolongada teve custos elevados, agravando a crise económica e o desgaste do aparelho militar (Mirkin, 2023, p. 189). Paralelamente, a eleição de Ronald Reagan em 1980 intensificou a pressão sobre a URSS. A estratégia norte-americana, que incluía a recuperação da superioridade nuclear e o aumento da atividade naval próxima às fronteiras soviéticas, foi amplificada pelo lançamento da Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) em 1983, que pressionou tecnologicamente a URSS e reforçou a sua perceção de cerco (Mirkin, 2023, p. 191).

As reformas de Gorbachev, embora ambiciosas, produziram resultados opostos aos esperados, desestabilizando o sistema em vigor. A *perestroika* enfraqueceu o controlo central do Partido Comunista, enquanto a *glasnost* libertou tensões nacionalistas e dissidências reprimidas. Como sublinha Ellman (2023, p. 10), o sistema soviético dependia de uma autoridade rígida e de uma ideologia unificadora, tendo a erosão destes pilares precipitado um colapso sistémico. A economia, já debilitada pela militarização excessiva, não resistiu às mudanças descoordenadas.

O colapso da URSS resultou de uma combinação entre fatores estruturais e

⁶² Como as de Cam Ranh (Vietnam), Tartus (Síria), Luanda (Angola) e Havana (Cuba)

conjunturais. Estruturalmente, a fragilidade do sistema político, a composição multinacional do Estado, a estagnação económica e o fardo da militarização foram determinantes (Ellman, 2023, p. 9). Já os fatores conjunturais incluem a guerra no Afeganistão, a pressão geopolítica norte-americana, as reformas mal calculadas de Gorbachev e o papel de Boris Ieltsin, que ao afirmar a primazia da soberania russa sobre a autoridade da União Soviética enfraqueceu decisivamente a sua estrutura institucional e acelerou a sua desintegração (Ellman, 2023, p. 9). Em dezembro de 1991, a dissolução formal da URSS foi selada pelo Acordo de Belavezha, assinado por Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, que anulou o tratado de 1922 (Ellman, 2023, p. 10).

2.4 A Era Pós-Soviética

A dissolução da União Soviética, em 1991, deu origem a quinze⁶³ Estados independentes (Tomé, 2007, p. 2), entre os quais a Federação Russa (consultar Anexo D), que se afirmou como o principal estado sucessor, herdando a maior parte do arsenal militar e nuclear soviético, assim como o lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Tomé, 2007, p. 37). Esta desintegração desencadeou uma profunda reconfiguração geopolítica no “espaço pós-soviético” e alterou significativamente o equilíbrio de poder na região do Mar Negro.

Nos primeiros anos da Federação Russa, sob presidência de Boris Ieltsin, a política externa russa procurou uma aproximação ao Ocidente e um estreitamento de relações com os EUA, liderada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Andrei Kozyrev (Santos, 2008, p. 22). No entanto, a frustração com os resultados das reformas económicas liberais, a perceção de abandono por parte das potências ocidentais e a instabilidade interna redirecionaram a atenção do Kremlin para os problemas domésticos (Alcalde Cardoza, 2015, p. 49).

A crise económica que assolou a Rússia durante a década de 1990 provocou

⁶³ Estónia, Letónia, Lituânia, Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia, Geórgia, Arménia, Azerbaijão, Cazaquistão, Turquemenistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.

cortes orçamentais profundos, sobretudo no setor da defesa. Segundo os dados de 2024 do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), a despesa militar da Rússia caiu de 4,4% do PIB em 1992 para apenas 2,7% em 1998. A Marinha Russa, em particular, sofreu perdas devastadoras: em 1995 tinha perdido metade das suas esquadras e bases; em 1996 registava uma redução de 50% no efetivo de pessoal⁶⁴, 41% da frota de navios e 63% da aviação naval; em 2001, dispunha de apenas um terço da ordem de batalha de 1992, e cerca de 90% dos navios necessitavam de fabricos. Segundo o comandante Vladimir Kuroyedov, então Comandante Chefe da Marinha Russa, em 2002 a Marinha Russa correspondia a apenas um quarto da dimensão da antiga Marinha Soviética (Tsypkin, 2002, p. 1).

Neste contexto de colapso estrutural da Marinha, a situação no Mar Negro revelou-se particularmente sensível. Para além da importância estratégica da região, o simbolismo de Sevastopol, histórica sede da Frota do Mar Negro, assumiu especial destaque. Com a independência da Ucrânia, a cidade passou a estar sob jurisdição ucraniana, colocando em causa a continuidade da presença naval russa na península da Crimeia. Esta nova realidade tornou inevitável o recurso à via diplomática, dando origem a um complexo processo negocial destinado a regular a divisão da Frota do Mar Negro e a estabelecer o enquadramento jurídico da permanência russa em Sevastopol.

A disputa pela Frota do Mar Negro tornou-se um dos principais focos de tensão entre Moscovo e Kyiv durante a década de 1990, com ambas as partes a tomar posições extremas (Felgenhauer, 1999, p. 4). Tanto a Rússia com a Ucrânia reclamavam direitos sobre os meios navais, pessoal e infraestruturas da antiga Frota Soviética do Mar Negro. A criação da Marinha Ucraniana em 1992 e a ausência de mecanismos claros de sucessão militar no espaço pós-soviético agravou a situação e intensificou o conflito jurisdicional, originando uma série de impasses diplomáticos e conflitos de competência.

⁶⁴ Em comparação com o início da década de 1990.

Após vários episódios de tensão, foi assinado um tratado interino a 3 de agosto de 1992 que previa a criação de uma frota conjunta russo-ucraniana, numa tentativa de estabilizar temporariamente a situação (Kashin et al, 2014, citado por, Ramos & Filipe, 2019, p. 18). Esta solução, contudo, revelou-se precária e de difícil implementação.

A instabilidade gerada por essa solução provisória acabou por conduzir a negociações mais estruturadas, culminando nos Acordos de Partilha da Frota do Mar Negro, assinados em 1997. Inicialmente, previa-se uma divisão equitativa (50%-50%) da Frota do Mar Negro entre os dois países, mas a Ucrânia, confrontada com limitações orçamentais e logísticas, concordou em vender parte da sua quota à Rússia. Como resultado, Moscovo passou a controlar cerca de 82% dos navios da antiga frota soviética, enquanto Kyiv manteve uma parte reduzida, suficiente para estabelecer uma Marinha nacional simbólica e funcional. Em paralelo, a Rússia garantiu o direito de arrendar instalações navais em Sevastopol por um período de 20 anos, mediante o pagamento anual de 97,75 milhões de dólares, e com parte dos valores creditados à dívida energética ucraniana (Felgenhauer, 1999, p. 1)

No entanto, a dependência das infraestruturas navais em território ucraniano, combinada com a obsolescência tecnológica e a falta de pessoal qualificado, limitaram severamente a capacidade projeção de poder naval da Rússia ao longo da década de 1990. A perceção de cerco geopolítico, provocada pelo alargamento da NATO à Roménia e à Bulgária em 2004 e pela aproximação da Ucrânia e Geórgia ao Ocidente, acentuou o sentimento de vulnerabilidade estratégica em Moscovo (Rato, 2018, p. 131). Esta perceção seria mais tarde instrumentalizada por Vladimir Putin, nomeadamente para justificar a invasão da Ucrânia. Com efeito, em 2005, Putin qualificou o colapso da URSS como "a maior catástrofe geopolítica do século XX" (Ellman, 2023b, p. 10; Payne & Foster, 2017, p. 5).

Além das negociações sobre a partilha da Frota do Mar Negro, a Ucrânia participou nos Acordos de Budapeste de 1994, comprometendo-se a transferir para a Rússia todo o arsenal nuclear herdado da URSS, em troca de garantias de

segurança. A Rússia, os Estados Unidos e o Reino Unido assinaram o memorando, comprometendo-se a respeitar a independência, soberania e as fronteiras existentes da Ucrânia (Pedro, 2023, p. 37; Ramos & Filipe, 2019, p. 19). Este acordo teve um peso simbólico e estratégico significativo, pois estabelecia um compromisso internacional de respeito pela integridade territorial ucraniana, precisamente no momento em que a presença militar russa em Sevastopol era objeto de disputas. No entanto, à medida que as tensões aumentaram na década seguinte, muitos em Kyiv passaram a considerar que Moscovo utilizava os mecanismos de cooperação, como o arrendamento da base naval, para manter uma presença permanente e exercer pressão política, minando na prática os compromissos assumidos em Budapeste.

A ascensão de Vladimir Putin ao poder em 2000 representou uma viragem profunda na orientação estratégica da Federação Russa, rompendo com a postura pró-ocidental de Ieltsin (Rato, 2018, p. 116). Os conflitos na Chechénia (1999–2009) reforçaram a sua imagem enquanto líder forte, consolidando o apoio interno para sua agenda de revitalização militar. Determinado a restaurar a autoridade do estado e a reposicionar a Rússia enquanto potência global (Alcalde Cardoza, 2015, p. 51), Putin iniciou um processo de recentralização política, estabilização económica e revitalização das capacidades militares, que haviam sido severamente degradadas na década anterior (Tsypkin, 2002, p. 9). A recuperação económica dos anos 2000, sustentada sobretudo pelas receitas provenientes das exportações de petróleo e gás natural (Ellman, 2023b, p. 12), permitiu ao Kremlin reforçar o investimento no setor da defesa e financiar programas de modernização estrutural das Forças Armadas, nomeadamente na Marinha (Parnemo, 2019, p. 46). No domínio naval, a prioridade foi atribuída à recuperação gradual da capacidade de projeção naval regional, nomeadamente no Mar Negro onde a base de Sevastopol permanecia como pivot da presença naval russa no sul.

A Doutrina de Segurança Nacional de 2000 e a subsequente Doutrina Militar de 2001 refletiram essa mudança estratégica, consagrando uma visão multipolar do sistema internacional e definindo o “estrangeiro próximo” como zona de interesse

vital para a Rússia. Em 2007, o discurso⁶⁵ de Putin na Conferência de Segurança de Munique marcou uma viragem retórica, criticando a unipolaridade dos EUA e a expansão da NATO, que Moscovo via como uma ameaça direta ao seu flanco sul, incluindo o Mar Negro (Rato, 2018, p. 133). Estas doutrinas passaram a encarar o Mar Negro não apenas como espaço de defesa costeira, mas como uma plataforma de projeção de influência para regiões como os Balcãs, o Cáucaso, o Mediterrâneo Oriental e o Mar Cáspio. Ao mesmo tempo, denunciaram explicitamente a expansão da NATO como uma ameaça direta, promovendo a intensificação de laços estratégicos com potências não-ocidentais e a recuperação da presença militar em áreas tradicionalmente influenciadas pela Rússia. A narrativa oficial passou, então, a defender o regresso da Rússia ao estatuto de grande potência, com a reconstrução da sua capacidade militar e da sua influência regional, sendo o Mar Negro considerado um eixo vital dessa reconfiguração estratégica.

Com este novo impulso, o Kremlin reorientou-se para restaurar as suas capacidades navais. A doutrina de Sergei Gorshkov foi parcialmente recuperada, com o conceito de "frota equilibrada" a nortear os esforços de modernização: foram planeadas novas fragatas (Classe *Admiral Gorshkov*), submarinos (Projetos 677 *Lada* e 955 *Borei*), sistemas de mísseis *Kalibr* e o reforço da defesa costeira. A base naval de Novorossiysk foi reativada e modernizada, com o intuito de reduzir a dependência de Sevastopol. Paralelamente, o Mar Negro tornou-se o pivô estratégico da segurança russa. Moscovo passou a encarar o alargamento da NATO ao flanco sul como uma tentativa de neutralizar as forças russas na região, e adotou uma política de reforço da sua presença marítima e militar no Mar Negro, considerado a porta de acesso ao Mediterrâneo Oriental e aos “mares abertos”.

A partir de meados da década de 2000, a Rússia intensificou os esforços para reforçar a sua presença no Mediterrâneo Oriental, reativando a base naval de Tartus, na Síria, um antigo ponto de apoio da Marinha Soviética. Embora a infraestrutura

⁶⁵ Gravação vídeo do discurso de Putin encontra-se disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=hQ58Yv6kP44>.

tivesse capacidades operacionais limitadas, a sua utilização simbolizava o regresso da Rússia à projeção naval extrarregional. Esta estratégia refletia não só as motivações de segurança e presença logística, mas também o objetivo político de desafiar a ordem internacional liderada pelos Estados Unidos e de afirmar a Rússia como potência global com alcance marítimo para além do Mar Negro. O auge desta estratégia de projeção extrarregional concretizou-se em 2015, com a intervenção militar russa na Síria. A operação, que contou com apoio logístico da base de Tartus e com o envolvimento direto da Frota do Mar Negro, marcou o regresso da Rússia a operações expedicionárias sustentadas, fora do espaço pós-soviético. Para além de consolidar a aliança com o regime de Bashar al-Assad, a intervenção serviu para testar novos meios navais e sistemas de mísseis de longo alcance, demonstrando que a Marinha Russa, revitalizada após duas décadas de retração, voltava a ser um instrumento operativo de projeção global.

Neste contexto de crescente afirmação externa, apostando na projeção extrarregional, Moscovo também começou a adotar uma postura mais assertiva no seu “estrangeiro próximo”, em particular no Mar Negro. Um exemplo paradigmático dessa postura foi o incidente da Ilha de Tuzla, em 2003. Nesse ano, a Rússia iniciou a construção de um dique que ligaria a península de Taman (território russo) à ilha ucraniana de Tuzla, no Estreito de Kerch. Esta ação foi percecionada por Kyiv como uma tentativa de alterar unilateralmente as fronteiras marítimas e violar a soberania ucraniana. A Ucrânia mobilizou unidades fronteiriças e posicionou meios militares na ilha, levando a um confronto diplomático direto. O Kremlin acabou por suspender a construção, mas o episódio revelou a disposição da Rússia em usar métodos de provocação territorial para testar os limites da Ucrânia, uma antecâmara da crise da Crimeia uma década depois. A Rússia acabaria por utilizar esta ilha para construir a Ponte de Kerch em 2018, uma infraestrutura estratégica que serve como principal linha de abastecimento para o Exército Russo na Ucrânia, sendo por isso, um dos principais alvos de diversos ataques ucranianos, como irá ser detalhado no capítulo seguinte (*20 Years since Russian-Ukrainian Tuzla Island Conflict*, 2023).



Figura 8 - Localização da Ilha de Tuzla e dique construído em 2003

Fonte: Retirado da publicação do Instagram da página @ukraine disponível em https://www.instagram.com/p/DGTX610Nrhl/?utm_source=ig_web_copy_link (Acedido a 6 de agosto de 2025)

Poucos anos depois, em 2008, essa postura assertiva conheceu uma primeira concretização militar com emprego efetivo de força. A guerra russo-georgiana de agosto desse ano teve como epicentro as regiões separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia, territórios que, desde o colapso da URSS, se mantinham fora do controlo efetivo de Tbilisi, apoiados política, económica e militarmente por Moscovo. A decisão do governo georgiano de lançar uma ofensiva para retomar a Ossétia do Sul desencadeou uma resposta imediata da Federação Russa, que aproveitou a oportunidade para reafirmar a sua influência no espaço pós-soviético. Para além da narrativa de “proteção das populações locais”, a intervenção teve objetivos mais amplos: travar a aproximação da Geórgia à NATO, enviar um sinal de força ao Ocidente e consolidar a presença militar russa no Cáucaso.

Durante o conflito na Ossétia do Sul e na Abecásia, a Marinha Russa bloqueou portos georgianos, demonstrando a disposição do Kremlin em empregar o poder naval como instrumento de coerção e de reafirmação regional (Lombardi, 2014, p. 2). O conflito revelou, por um lado, a eficácia das novas táticas militares russas e, por

outro, as persistentes deficiências estruturais das forças armadas. Em resposta, o então ministro da Defesa Anatoly Serdyukov iniciou uma profunda reforma organizacional. Entre 2008 e 2012, o efetivo foi reduzido, os quadros de oficiais reestruturados, e as divisões transformadas em brigadas operacionais mais ágeis. Estabeleceu-se um corpo profissional de suboficiais e foram incrementados os investimentos em meios navais e capacidades de guerra moderna.

Ao mesmo tempo, as tensões com a Ucrânia continuaram a agravar-se. A *Revolução Laranja* de 2004 e a eleição de Viktor Yushchenko acentuaram a orientação pró-ocidental de Kyiv. Em 2009, Yushchenko anunciou que o arrendamento da frota russa em Sevastopol não seria renovado após 2017. Moscovo contestou de imediato a decisão e usou vários instrumentos de pressão, tanto económicos como diplomáticos, para influenciar o rumo político ucraniano. Em abril de 2010, com a eleição do pró-russo Viktor Yanukovich, foi assinado o Acordo de Kharkiv, que estendeu o arrendamento até 2042, em troca de concessões económicas no fornecimento de gás. Este acordo foi amplamente contestado na Ucrânia e denunciado como uma violação da soberania nacional.

Durante esse período, sucederam-se também incidentes entre as autoridades ucranianas e a Frota do Mar Negro, desde a ocupação de faróis costeiros (como o de Sarych), a confrontos entre fuzileiros russos e oficiais judiciais ucranianos, passando pela presença de serviços de informações russos em território ucraniano. Exercícios conjuntos entre as duas Marinhas chegaram a ser retomados em 2010 e 2011, mas não alteraram a crescente desconfiança mútua. Em 2013, tensões navais escalaram no Mar de Azov, com a deteção da fragata russa *Ladny* em missão de reconhecimento perto de águas ucranianas e disparos contra o navio ucraniano *Pochaiv* a partir de plataformas controladas por forças russas, sinalizando a crescente agressividade russa.

Às vésperas desse desfecho, a estratégia naval russa no Mar Negro refletia a continuidade de uma ambição histórica: controlar o eixo Mar Negro–Mediterrâneo para projetar influência e assegurar a defesa da sua esfera de influência. Após duas décadas de retração e reconstrução, a Rússia emergia como um ator regional

agressivo e determinado a alterar o *status quo* pós-Guerra Fria, combinando modernização militar, ofensiva diplomática e mobilização de narrativas históricas em torno da sua missão geopolítica.

A crescente militarização do Mar Negro e a deterioração das relações com a Ucrânia criaram um ambiente propício à confrontação aberta, entre ambos os países. A consolidação da presença russa na região, combinada com a instabilidade política em Kyiv, abriria caminho para uma nova etapa de conflito, cujos desdobramentos teriam profundas implicações estratégicas para o equilíbrio regional.

3. A guerra no Mar Negro e no seu litoral (2014 – 2025)

O conflito Russo-Ucraniano teve início no ano de 2014 com a ocupação e subsequente anexação ilegal da Crimeia por parte da Federação Russa, evento que alterou de forma significativa o equilíbrio estratégico no Mar Negro. Nesse mesmo ano, e de forma paralela, a eclosão da guerra no Donbas abriu uma frente terrestre no leste da Ucrânia, marcada por confrontos híbridos⁶⁶ e pela presença indireta, mas decisiva, de forças russas⁶⁷. Ao longo de quase uma década, estes dois focos de instabilidade mantiveram-se interligados, alimentando tensões e consolidando posições militares, mantendo o leste e sul da Ucrânia num estado de conflito latente.

O Mar Negro, pela sua relevância geoestratégica, já referida anteriormente, tornou-se inevitavelmente um dos principais palcos operacionais desta disputa, funcionando simultaneamente como espaço de projeção de poder e como objetivo estratégico a ser negado ao adversário. Esta disputa intensificou-se de forma decisiva a partir de fevereiro de 2022, com a invasão em larga escala da Ucrânia, quando a Rússia expandiu o teatro de operações a múltiplas frentes, incluindo no domínio marítimo.

A análise que se segue examina, de forma cronológica, estes três momentos fulcrais - a anexação da Crimeia, a guerra no Donbas e a invasão de 2022 - procurando compreender de que modo moldaram a evolução do conflito e influenciaram a sua componente naval até 2025.

⁶⁶ Refere-se ao uso combinado de meios convencionais (forças regulares) e não convencionais (grupos armados irregulares, operações cibernéticas e desinformação) aplicados de forma coordenada para explorar vulnerabilidades do adversário e dificultar a sua resposta (Ball, 2023).

⁶⁷ A presença decisiva russa é possível de observar na reportagem realizada a 16 de junho de 2015 por Simon Ostrovsky e pela Vice News, disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=2zssIFN2mso&rco=1>.

3.1 Anexação da Crimeia

Como vimos, a região da Crimeia foi parte integrante da União Soviética, pertencendo concretamente à República Socialista Federativa Soviética da Rússia. Em 1954, o então líder do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Khrushchev, promoveu a alteração do estatuto da Crimeia, transferindo-a para a República Socialista Soviética da Ucrânia, em comemoração do tricentenário do Acordo de Pereiaslav⁶⁸ (Gürer & Dunay, 2023; Pedro, 2023; Plesha, 2020, p. 39). Com a desintegração da URSS, a Ucrânia declarou a sua independência a 24 de agosto de 1991, passando a exercer soberania sobre a maior parte da costa ocidental do Mar de Azov, incluindo a Crimeia (Schatz & Koval, 2019, p. 278).

O *timing* da invasão da península da Crimeia foi fortemente influenciado pela crise⁶⁹ e eventos ocorridos na Ucrânia, em particular pela queda do regime de Viktor Yanukovich. A rejeição popular da sua decisão em estreitar relações com Moscovo representou um revés significativo para a política externa de Vladimir Putin. Provavelmente temendo que os eventos de Kyiv tivessem eco junto de uma população russa cada vez mais desencantada com o seu próprio governo, e determinado, desde há muito, a reafirmar o papel da Rússia no espaço pós-soviético, o Kremlin terá interpretado a situação como uma oportunidade para intervir na Crimeia. Putin avaliou corretamente que o governo provisório ucraniano se

⁶⁸ Acordo celebrado em 1654 entre os cossacos ucranianos, liderados por Bohdan Khmelnytsky e o Czar Alexis I da Rússia. Em troca de proteção militar contra a Comunidade Polaco-Lituana, o Hetmanato cossaco reconheceu a autoridade do czar, iniciando o processo de incorporação da Ucrânia oriental na esfera de influência russa.

⁶⁹ A crise política na Ucrânia intensificou-se a partir de 21 de novembro de 2013, quando o governo de Viktor Yanukovich suspendeu abruptamente a assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia, optando por reforçar os laços com Moscovo. Esta decisão desencadeou uma vaga de protestos em Kyiv, centrados na Praça da Independência (*Maidan Nezalezhnosti*), que rapidamente ganharam dimensão nacional. Os manifestantes, maioritariamente pró-europeus, exigiam o fim da corrupção, o respeito pelos direitos humanos e uma reorientação da política externa ucraniana. Este movimento, posteriormente conhecido como *Euromaidan*, evoluiu para uma grave crise institucional que culminou na fuga de Yanukovich para a Rússia a 22 de fevereiro de 2014. Na sua ausência, a Rada (parlamento ucraniano) declarou o cargo vago e nomeou Oleksandr Turchynov como presidente interino. As eleições antecipadas realizadas a 25 de maio resultaram na eleição de Petro Poroshenko como novo presidente da Ucrânia (Tudela, 2021, pp. 16–17).

encontrava demasiado fragilizado para oferecer resistência eficaz a uma invasão e que a resposta internacional seria, na melhor das hipóteses, limitada (Lombardi, 2014, pp. 1-2).

Segundo o próprio Vladimir Putin, a ordem para a anexação da Crimeia foi emitida apenas após a destituição de Viktor Yanukovych, nas primeiras horas de 23 de fevereiro de 2014 (Pleshakov, 2017, p. 117). Na sequência desse acontecimento, foi desencadeada uma operação *covert*⁷⁰ com o objetivo de assegurar o controlo da península. Passadas três semanas, a região encontrava-se sob domínio russo, apesar de Moscovo negar formalmente a presença de forças militares no terreno (Pleshakov, 2017, pp. 117-119). A operação foi executada através da combinação de milícias russófilas, compostas por voluntários locais, e forças especiais russas não identificadas que conduziram a operação, ficando posteriormente conhecidas como “*little green men*”^{71 72} (“homenzinhos verdes”). Apesar da sua presença ser factual, Putin apenas reconheceu oficialmente a mesma no primeiro aniversário da anexação (Pleshakov, 2017, pp. 119-120).

Moscovo mobilizou tanto milícias nacionalistas locais, como os *Lobos da Noite*⁷³, assim como milícias provenientes da Rússia, como os cossacos de Kuban⁷⁴. Presume-se que a Rússia tenha partilhado com os mesmos, e atribuído instruções diretas a grupos individuais, além de terem sido arrançados meios para fornecerem armamento a estes grupos. Paralelamente, as forças especiais russas⁷⁵ cortaram as

⁷⁰ Segundo Eleus (2011), “Covert action can broadly be defined as operations that seek to influence political, economic, or military conditions abroad without exposing or highlighting the role of the state conducting them.”

⁷¹ Termo utilizado para designar militares russos não identificados que participaram na ocupação da Crimeia. Estes militares usavam um uniforme verde sem insígnias nacionais ou qualquer tipo de identificação.

⁷² A presença destas forças especiais “disfarçadas” é observável na reportagem realizada por Simon Ostrovsky e pela Vice News no dia 3 de março de 2014 à entrada de uma base do Exército Ucrâniano, disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=TNKsLlK52ss>.

⁷³ Os Lobos da Noite são um grupo motard russo nacionalista criado na década de 90, com ligações a Vladimir Putin que participa ativamente na propaganda pró-Kremlin e participou na anexação da Crimeia na Crimeia e na Guerra do Donbas, no leste da Ucrânia enquanto forças paramilitares (Micallef, 2018; Pleshakov, 2017, pp. 120; 121; 147).

⁷⁴ Os mesmos atravessaram o Estreito de Kerch para a Crimeia logo no início da campanha.

⁷⁵ Denominadas *Spetsnaz*.

comunicações entre as forças ucranianas na Crimeia e o comando central em Kyiv, enquanto hackers militares russos lançaram ciberataques contra instituições governamentais e meios de comunicação ucranianos. Em simultâneo, *trolls*⁷⁶ pró-Kremlin lançaram campanhas de desinformação nas redes sociais, com o intuito de mobilizar simpatizantes separatistas e confundir os ucranianos. Os oficiais ucranianos na Crimeia foram alvos de ameaças, perseguições e intimidações por parte das milícias, recorrendo inclusivamente ao rapto. A partir do final de fevereiro, unidades convencionais⁷⁷ russas, incluindo fuzileiros, para-quedistas e elementos das forças especiais russas, começaram a chegar à península. Quando o contingente russo alcançou cerca de 6.000 a 7.000 soldados, iniciaram-se os bloqueios às bases ucranianas, e de todos os pontos estratégicos da península, como o caso da sede da *Chernomorneftegaz* e as suas plataformas offshore no Mar de Azov.

Uma manobra de grande relevância foi a neutralização da Marinha Ucraniana, estacionada na lagoa de Donuzlav, a norte de Sebastopol. Tal foi concretizado através do afundamento propositado e intencional de quatro dos seus próprios navios mais antigos na foz da lagoa, bloqueando a saída da frota ucraniana e evitando um confronto direto. Esta manobra impediu qualquer resposta naval organizada e simbolizou o colapso da resistência militar ucraniana no mar.

Para reforçar a sua posição estratégica e enviar uma mensagem à NATO, a Rússia deslocou para Sebastopol sistemas de mísseis de defesa costeira *Bastion-P*, capazes de cobrir praticamente toda a costa sul da Ucrânia, incluindo Odesa, o único grande porto, Mykolaiv e Kherson, assim como grande parte do Mar Negro mesmo se disparado no sul da Crimeia, em Sebastopol (consultar Anexo E). Este sistema de mísseis tem também a particularidade de poder ser utilizado enquanto arma de ataque contra alvos situados em terra (Newdick, 2022). Segundo Cranny-Evans

⁷⁶ Indivíduos que provocam ou perturbam deliberadamente outras pessoas nas comunidades *online*, em particular nas redes sociais. Este comportamento, conhecido como *trolling*, envolve normalmente a publicação de comentários inflamatórios ou maliciosos para provocar fortes reações emocionais nos utilizadores (Campbell, 2023).

⁷⁷ Forças armadas regulares do Estado.

(2024), o sistema “Bastion-P is designed to fire the P-800 Oniks anti-ship cruise missile, which has a range of 300km (...)”.

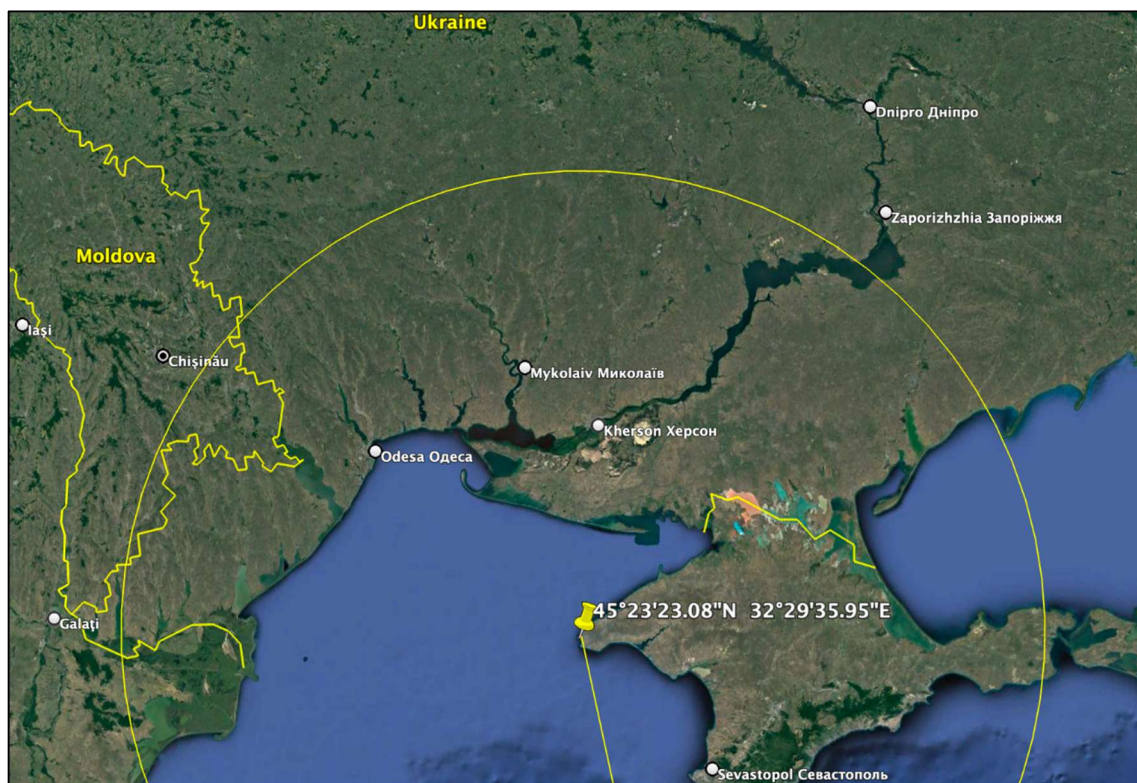


Figura 9 - Raio de alcance máximo do sistema de mísseis *Bastion*, com base na posição de lançamento geolocalizada na Crimeia.

Fonte: Retirado de Newdick (2022) (Acedido a 19 de agosto de 2025)

Esta arma consegue por isso tornar as águas no Mar Negro “inseguras” para a navegação ucraniana no sentido em que o alcance da mesma torna os navios que naveguem nessa área num alvo.

Com exceção de casos pontuais de resistência, as forças armadas ucranianas não ofereceram oposição significativa. A 21 de março de 2014, 147 instalações militares e 54 navios da Marinha Ucraniana, incluindo o único submarino do país, o *U-01 Zaporizhzhia* da classe *Foxtrot*, encontravam-se sob controlo russo (Pleshakov, 2017, pp. 120- 121).

Com a península da Crimeia já sob controlo *de facto* pelas forças russas, foi organizado, a 16 de março de 2014, um referendo regional com o objetivo de legitimar a anexação. De acordo com os resultados *oficiais*, controlados por Moscovo,

96,77% votou a favor da adesão da Crimeia à Rússia, e 2,51% votaram contra. No entanto, a legitimidade do referendo é altamente questionável, uma vez que decorreu sob ocupação militar e foi supervisionado apenas por observadores alinhados com Moscovo, nomeadamente partidos de extrema-direita europeus. Este contexto comprometeu a validade do processo como base legítima para uma alteração pacífica de fronteiras. Acresce ainda que a constituição da Ucrânia não permitia referendos locais sobre questões territoriais, o que contribui para a sua nulidade jurídica (Gürer & Dunay, 2023, p. 7). Apesar das fragilidades legais e do contexto coercivo em que decorreu, o referendo serviu como base política para que, dois dias depois, a 18 de março de 2014, a Federação Russa assinasse um acordo com a autoproclamada República da Crimeia, formalizando a integração da península na Federação Russa, num processo amplamente contestado pela comunidade internacional e considerado uma violação do direito internacional público (Pedro, 2023, p. 30).



Figura 10 - Cronologia de movimentos das forças russas na invasão da Crimeia em 2014

Fonte: Retirado de Hai-Nyzhnyk et al. (2018), p. 199)

A anexação formal da Crimeia foi imediatamente contestada pela comunidade internacional. Em resposta, os Estados Unidos e a União Europeia lideraram a imposição de um regime de sanções económicas contra a Federação Russa. Estas incluíram o congelamento de bens e restrições de vistos aplicadas a indivíduos e entidades envolvidas no processo de anexação. A Rússia foi ainda suspensa do G8, que voltou a operar como G7, e os EUA cancelaram um acordo de cooperação militar bilateral, além de suspenderem diversas transações comerciais com Moscovo. Estas medidas visavam isolar diplomaticamente a Rússia e pressionar o Kremlin a rever a sua posição face à Ucrânia. A resposta ocidental incluiu ainda o apoio financeiro à Ucrânia: a Comissão Europeia anunciou um pacote de assistência no valor de 11 mil milhões de euros, enquanto os Estados Unidos prometeram ajuda económica e técnica no valor de mil milhões de dólares (Pedro, 2023, pp. 31-32).

Apesar das desvantagens económicas, resultantes das sanções internacionais, as consequências da anexação da Crimeia revelaram-se extremamente favoráveis para a Federação Russa do ponto de vista estratégico, sobretudo no domínio naval. A principal beneficiária foi a Marinha Russa, especialmente a Frota do Mar Negro. Apesar da obsolescência de parte significativa dos seus meios, continuava a ser a força naval mais numerosa e relevante a operar no Mar Negro. A ocupação e posterior integração da península consolidaram o balanço de poder naval a favor da Rússia (Lombardi, 2014, p. 3).

Antes da anexação, a Ucrânia dispunha da terceira maior Marinha da região, atrás apenas da Turquia e da própria Rússia, com a maioria dos seus navios, infraestruturas e efetivos⁷⁸ concentrados na Crimeia. Como resultado direto da anexação, Kyiv perdeu a totalidade das suas infraestruturas estratégicas, incluindo as bases navais de Sevastopol, Novoozerne, Saky e Balaklava, a base de fuzileiros de

⁷⁸ Cerca de 12.500 militares da Marinha de um total de 15.000 militares (Lombardi, 2014, p. 3).

Feodosiia, diversos estaleiros navais e centros de comando, como o quartel-general da sua frota, para além de 79 navios/embarcações terem sido capturados pelas forças russas. Apesar de parte desses meios navais terem sido devolvidos⁷⁹ posteriormente, o núcleo operacional da Marinha Ucraniana foi desmantelado. A sua força remanescente ficou confinada ao porto de Odesa, tornando-se vulnerável a futuras ações de bloqueio naval por parte da Rússia. Após a anexação, a Marinha Ucraniana contava apenas com dez navios dos quais o navio almirante da frota ucraniana, a fragata *F-130 Hetman Sahaidachny* da classe *Krivak* e cerca de dez navios de guerra e auxiliares (ver figura 11 ⁸⁰). A Federação Russa tinha eliminado, com sucesso, o estatuto da Ucrânia enquanto um poder naval regional (Lombardi,

⁷⁹ Entre abril, maio e junho de 2014, foram devolvidos à Ucrânia, 35 navios que tinham sido capturados (Çetiner, 2024)

⁸⁰ A imagem data a 26 de março de 2014, o que indica que aos 28 navios de diferença entre os 79 capturados inicialmente pela Rússia e os 51 navios na sua posse a 26 de março de 2016, como demonstra a figura 12, possam ser os que foram entretantos devolvidos à Ucrânia.

2014, p. 3; Koyoumdjian, 2014, p. 5).

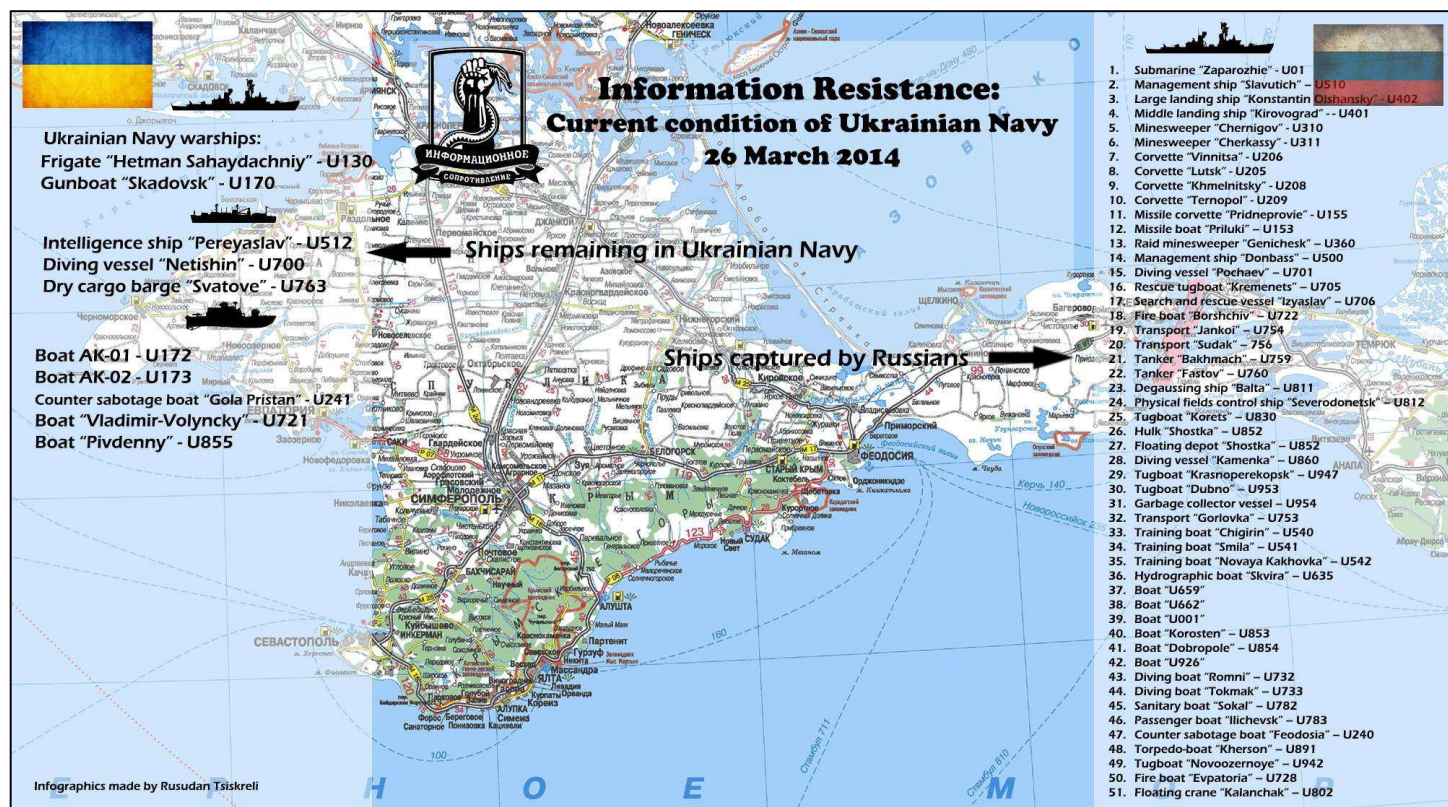


Figura 11 - Lista de navios ucranianos sob controlo ucraniano e capturados pela Rússia ao dia 26 de março de 2014

Fonte: GlobalSecurity.org (Acedido a 6 de agosto de 2025)

Outro benefício direto para Moscovo foi o fim das restrições impostas pelos Acordos da Frota do Mar Negro de 1997, que limitavam o número de navios e militares russos autorizados em Sevastopol, assim como a modernização e a reparação de navios russos nessa base naval. O acordo estipulava um teto máximo de 100 navios e 25.000 efetivos, além de proibir o reforço da frota, permitindo apenas substituições unitárias (navio por navio), o que, aliado à escassez orçamental da década de 1990, contribuiu para o envelhecimento e declínio operacional da Frota do Mar Negro. Com a anexação da Crimeia, a Rússia denunciou unilateralmente esses acordos, passou a operar livremente a partir da base de Sevastopol e assumiu o controlo de todas as instalações militares ucranianas na península, o que se traduziu num aumento significativo da sua prontidão operacional (Koyoumdjian, 2014, p. 4; Lombardi, 2014, p. 3).

A anexação permitiu também libertar recursos financeiros anteriormente destinados ao pagamento de cerca de 100 milhões de dólares anuais à Ucrânia pelo arrendamento da base de Sevastopol, permitindo redirecionar esses recursos para a modernização da frota (Lombardi, 2014, p. 3). Paralelamente, a Rússia manteve em operação a base de Novorossiysk, construída no território russo como alternativa estratégica no período pós-soviético. Embora menos vantajosa do ponto de vista geográfico, comparativamente com Sevastopol, esta instalação oferece uma redundância operacional valiosa (Lombardi, 2014, p. 3; Koyoumdjian, 2014, p. 5).

A anexação da península implicou também a apropriação de sete estaleiros navais herdados da era soviética, com elevado potencial de reativação. Neste contexto, o governo russo anunciou um ambicioso plano de rearmamento da Frota do Mar Negro, no valor de 2,3 mil milhões de dólares, que previa a construção de 30 novos navios, incluindo fragatas da classe *Admiral Grigorovich*, corvetas com mísseis de cruzeiro e submarinos diesel-elétricos, bem como o reforço das capacidades aéreas com caças-interceptores, helicópteros e bombardeiros de longo alcance (Koyoumdjian, 2014, pp. 6–7). Este esforço de modernização representou uma inversão substancial face à tendência de declínio da frota observada até 2014.

Para além das vantagens supracitadas, a Rússia obteve também ganhos energéticos e industriais significativos com a anexação da Crimeia. A integração da península permitiu a Moscovo assumir o controlo de importantes reservas offshore de petróleo e gás natural, anteriormente situadas na zona económica exclusiva (ZEE) da Ucrânia. Estima-se que o potencial energético dessas reservas seja comparável ao do Mar do Norte, o que não só aprofunda a dependência energética de Kyiv face a Moscovo, como também reforça a influência russa sobre os Balcãs e o sul da Europa. No plano industrial, a Rússia passou a deter o controlo total dos estaleiros navais da Crimeia, incluindo instalações herdas da era soviética com elevado potencial de reativação. A modernização destes complexos, anunciada pela *United Shipbuilding Corporation*, inclui planos para o estaleiro Zalyv, em Kerch - o único do território russo com capacidade para construir petroleiros de mais de 150 mil toneladas. Tal capacidade é estratégica para a exploração energética no Ártico, região considerada

pilar da ambição russa em afirmar-se como superpotência energética (Lombardi, 2014, p. 4)

O balanço final das consequências da anexação da Crimeia pende largamente a favor de Moscovo. A Frota do Mar Negro saiu reforçada, dispondo agora de maior liberdade de manobra, melhores infraestruturas de apoio e maior número de meios navais. Estas melhorias significativas aumentaram a capacidade de projeção de poder da Frota do Mar Negro, como conseguimos observar na operação expedicionária efetuada na Síria em 2015, onde tanto Sevastopol como Novorossiysk desempenharam um papel de apoio logístico preponderante (Koyoumdjian, s.d, p. 7). Em contrapartida, a tomada da península representou um golpe devastador para as capacidades navais da Ucrânia. A Ucrânia perdeu cerca de 75% da sua frota e a maioria dos seus helicópteros, das suas infraestruturas e instalações agravando ainda o facto das deserções em massa de grande parte da Marinha Ucraniana, vendo-se obrigada a começar essencialmente do zero (Chlebeček, 2024; Eckstein, 2021).

3.2 A guerra no Donbas (2014-2022)

O sucesso da operação russa de ocupação e anexação da Crimeia em 2014, tornou o imperialismo e o nacionalismo como elementos centrais da política externa russa (Plokhy, 2023, p. 126). Putin passou a priorizar o projeto da “Grande Rússia” que consistia na anexação de territórios, colonizados por étnicos russos ou considerados russos por motivos históricos ou culturais (Plokhy, 2023, pp. 126-127)

Putin reintroduziu o conceito czarista de *Novorossiya* (Nova Rússia) no seu discurso político durante uma emissão televisiva do tipo pergunta-resposta em que participou a 17 de abril de 2014, transmitida a todo o país mais de um mês depois da anexação da Crimeia, quando começaram a surgir os primeiros movimentos de rebelião nacionalista na região do Donbas. O *timing* era crucial, visto que Putin

procurava ligar a península anexada a essa região que faz fronteira com o território russo, que se encontrava num momento de instabilidade (Yekelchuk, 2022, pp. 176-177).

O nome *Novorossiia*, inspirava-se no nome da província imperial a norte do Mar Negro, criada nos últimos decénios do século XVIII por Catarina II , a *Grande* (Plokhy, 2023, p. 128). Este conceito consiste na criação de um Estado-tampão, constituído pelo território Leste e Sul da Ucrânia, controlado pela Rússia e que dividiria a Ucrânia. A *Novorossiia* deveria incluir os *oblasts* de Kharkiv, Luhansk, Donetsk, Dnipropetrovsk, Zaporizhzhia, Mykolaiv, Kherson e Odesa⁸¹, permitindo que a Rússia tivesse acesso à recém conquistada península da Crimeia e à região moldava da Transnístria, sob controlo *de facto* da Rússia, por via terrestre (Plokhy, 2022, p. 446).

⁸¹ Historicamente, a definição geográfica de *Novorossiia* concebida por Putin está errada pois a província do século XVIII limitava-se à estepe pântica a Norte do Mar Negro, não incluindo Kharkiv, Luhansk nem Donetsk (Plokhy, 2023).

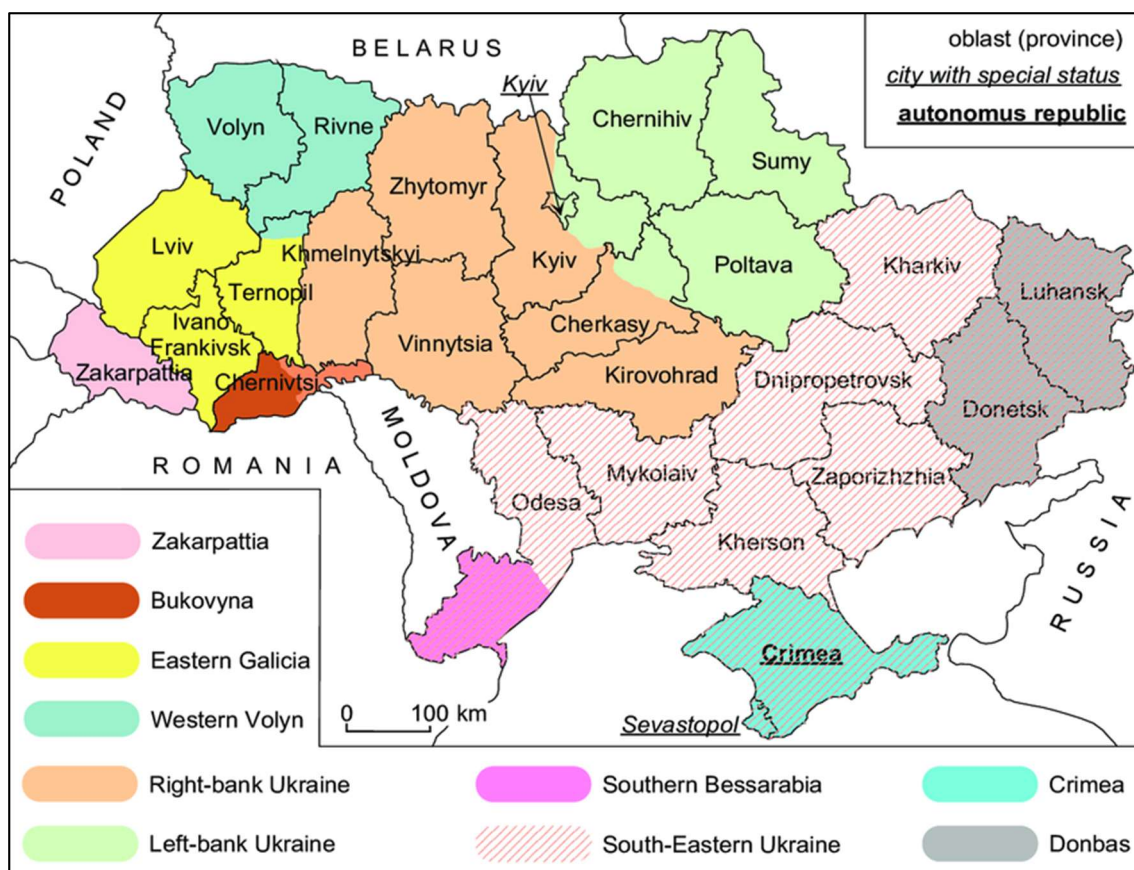


Figura 12 - Mapa administrativo da Ucrânia.

Fonte: Retirado de Vasiutynskyi (2023) (Acedido a 26 de agosto de 2025)

A consecução deste projeto não parecia exequível, visto que em abril de 2014 apenas 15% da população da projetada Nova Rússia apoiava esta unificação, enquanto 70% se opunha. No entanto, o Sudeste ucraniano não era homogêneo. O sentimento pró-russo era bastante elevado na região industrial do Donbas, onde 30% dos inquiridos apoiavam a unificação com a Rússia, mas era baixo no *oblast* de Dnipropetrovsk, onde os pró-russos representavam menos de 7% da população (Plochy, 2022, p. 446).

O Donbas desempenhava, neste quadro, um papel central. Para além de constituir o coração industrial da Ucrânia, herdeiro da tradição mineira e metalúrgica consolidada desde o final do século XIX, a região apresentava características que a tornavam especialmente vulnerável à influência russa. Durante o período soviético, fora amplamente subsidiada por Moscovo, dependente da

exploração de carvão e da metalurgia pesada, o que a transformara, após 1991, num *rust belt* clássico, marcado pelo declínio económico e pela falta de alternativas de reconversão (Plokhy, 2022, p. 447; Plokhy, 2023, p. 129).

No plano social e político, o Donbas constituía o bastião eleitoral do presidente deposto Viktor Yanukovych e do seu Partido das Regiões. A queda do regime em fevereiro de 2014 foi percebida localmente como uma derrota coletiva, o que alimentou sentimentos de exclusão face ao novo governo de Kyiv. Acresce que Donetsk, a principal cidade da região, era o único grande centro urbano do país onde os russos constituíam uma pluralidade étnica (48%), fator que reforçava a permeabilidade da população à propaganda pró-Kremlin (Plokhy, 2022, p. 447; Plokhy, 2023, pp. 128–129). O baixo nível de vida em comparação com outras regiões da Ucrânia e a retórica cultivada por elites locais durante anos, que opunha as regiões russófonas do leste às regiões ocidentais da Ucrânia, criaram um terreno fértil para a mobilização separatista.

Deste modo, o Donbas reunia simultaneamente uma importância económica e geopolítica: era vital para a Rússia enquanto espaço identitário e linguístico, representava um polo industrial cuja perda enfraquecia o Estado ucraniano e, sobretudo, constituía a peça-chave do projeto da *Novorossiia*, pois o seu controlo permitiria estabelecer um corredor terrestre entre a fronteira russa e a Crimeia, estendendo-se, no plano idealizado por Moscovo, até à Transnístria, região da Moldova sob controlo *de facto* russo (Plokhy, 2022, p. 446). Do ponto de vista geoestratégico marítimo, o controlo da costa sul do Donbas potenciava ainda o controlo russo do Mar de Azov, através do controlo de Mariupol e do seu porto.



Figura 13 - Conceção geográfica da Novorossiia por Putin

Fonte: Retirado de Cristian Ionita [@EdmapsCom] (2015) (Acedido a 28 de agosto de 2025)

Estas condições estruturais, combinadas com a vulnerabilidade política resultante do colapso do regime de Yanukovych, criaram o ambiente ideal para a intervenção russa, que se materializaria a partir da primavera de 2014.

As agências secretas russas iniciaram a desestabilização da Ucrânia a partir do Donbas na primavera de 2014 (Plokyh, 2022, p. 446). No momento que Putin reintroduziu este conceito, a região já era palco de manifestações e tumultos apoiados e financiados por Moscovo. A 7 de abril de 2014, foi formado um Conselho do Povo por manifestantes pró-russos que aprovou a Declaração sobre a Soberania da República Popular de Donetsk (RPD) (Milhazes & Dolin, 2023, p. 325). Antes do final do mês, em Luhansk, seria também declarada a República Popular de Luhansk (RPL). No início de maio, as revoltas motivadas e financiadas pelo Kremlin ocorreram também em Kharkiv, Odesa, Zaporizhzhia, Dnipropetrovsk e noutros centro do sudeste da Ucrânia. Porém, Kyiv reprimiu os tumultos com o apoio de

dirigentes empresariais locais e ativistas pró-ucranianos dessas zonas. Ainda assim, a Ucrânia perdeu o controlo da maioria do Donbas industrial (Donetsk e Luhansk) (Plokyh, 2023, p. 129).

A relativa facilidade com que os grupos separatistas, apoiados por mercenários e agentes enviados de Moscovo, se instalaram no Donbas, apesar de a maioria da população ainda se identificar com o Estado ucraniano, explica-se por múltiplos fatores. Entre eles destacou-se a fragilidade do governo interino em Kyiv, que não conseguia assegurar a lealdade das forças de segurança. Muitas unidades policiais, que se associaram ao lado político Anti-Maidan não tinham confiança no novo governo. O Donbas era também o bastião político do antigo presidente, e as elites locais, assim como parte da população, sentiram-se derrotadas com a *Revolução da Dignidade*⁸². A crise económica estrutural da região, marcada pelo declínio da indústria pesada e pela dependência dos mercados russos, reforçava os ressentimentos sociais, facilmente explorados pela propaganda pró-Kremlin (Plokyh, 2023, pp. 129-130).

Em abril de 2014, os separatistas proclamaram a criação da República Popular de Donetsk, seguida pouco depois pela República Popular de Luhansk, num movimento diretamente impulsionado por nacionalistas russos como Igor Girkin, um ex-oficial dos serviços secretos militares que assumiria a pasta da Defesa da autoproclamada república. Ao mesmo tempo, manifestações pró-russas em Kharkiv, Odesa, Zaporizhzhia e Dnipropetrovsk foram reprimidas pelas autoridades ucranianas, mas os confrontos de Odesa, a 2 de maio de 2014, que resultaram na morte de quarenta e dois ativistas pró-Rússia, tiveram grande impacto simbólico e foram instrumentalizados pela propaganda de Moscovo (Plokyh, 2023, pp. 129-131).

Perante este cenário, o presidente interino Oleksandr Turchynov assinou um decreto secreto que deu início à Operação Antiterrorista a 14 de abril de 2014. Após

⁸² Nome dado à revolução do *Euromaidan*.

a tomada de posse de Petro Poroshenko como presidente da Ucrânia, foi lançada uma contra-ofensiva forte que resultou na reconquista das cidades de Sloviansk, Kramatorsk, Severodonetsk e Lysychansk (Milhazes & Dolin, 2023, p. 326-327). O novo presidente assumiu como prioridade recuperar o controlo do Donbas, contando com o apoio decisivo da sociedade civil e de batalhões voluntários financiados por empresários como Ihor Kolomoisky, governador de Dnipropetrovsk. As primeiras vitórias ucranianas foram alcançadas com a recuperação do aeroporto de Donetsk a 26 de maio e a reconquista de Mariupol em meados de junho, culminando na retirada de Girkin de Sloviansk a 5 de julho (Plokhy, 2023, p. 132).

O Kremlin respondeu intensificando a intervenção. A 17 de julho, um míssil disparado por um sistema *Buk Telar* russo abateu o voo MH17 da Malaysia Airlines, matando 298 civis, o que expôs, perante a opinião pública internacional, a profundidade do envolvimento russo (Plokhy, 2023, p. 133). Em 24 agosto, forças regulares russas constituídas por centenas de carros de combate, veículos blindados, peças de artilharia e milhares de militares atravessaram a fronteira e cercaram unidades ucranianas em Ilovaisk, infligindo baixas pesadas e forçando Poroshenko a negociar nos termos mais desfavoráveis. O resultado foi o Protocolo de Minsk I de 5 de setembro de 2014, que consagrou um cessar-fogo precário e reconheceu, de facto, a existência de estruturas separatistas no leste da Ucrânia (Plokhy, 2023, p. 134).

A Rússia violou de imediato o acordo, relançando uma ofensiva em janeiro de 2015 que resultou na queda do aeroporto de Donetsk e no cerco de Debaltseve. Apesar da resistência ucraniana, as forças russas acabaram por prevalecer, levando à assinatura do Acordo de Minsk II a 14 de fevereiro de 2015. Este previa eleições locais nos territórios separatistas e a posterior restituição do controlo fronteiriço a Kyiv, mas as interpretações divergentes quanto à sequência das medidas tornaram a sua implementação inviável (Plokhy, 2023, pp. 134-135).

No final de 2015, o Kremlin havia assegurado a sobrevivência das repúblicas separatistas, mas fracassara no objetivo estratégico de criar uma *Novorossiia* plena, que se estenderia até Odesa e garantiria um corredor terrestre até à Crimeia. Em vez disso, Moscovo recuou para a estratégia da “federalização” parcial da Ucrânia, preservando Donetsk e Luhansk como entidades políticas autónomas capazes de condicionar, a partir de dentro, o processo de integração europeia do país (Plokhy, 2023, p. 136).



Figura 14 - Áreas sob controle *de facto* da Rússia, antes da invasão em larga escala

Fonte: Retirado de Kirby (2022) (Acedido a 28 de agosto de 2025)

Apesar da assinatura dos Acordos de Minsk II, em fevereiro de 2015, o conflito no Donbas não cessou. O que se seguiu foi uma guerra “congelada” apenas na forma, mas ativa na substância. Os confrontos não desapareceram. Nos anos seguintes, ao longo da fronteira ocorriam combates e bombardeamentos isolados, traduzindo-se num número estimado de 14 mil baixas entre 2014 e 2022, até ao momento anterior à invasão russa em larga escala (Plokhy, 2023, p. 135).

3.3 Invasão em larga escala

Na madrugada de 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa deu início a uma ofensiva em larga escala contra a Ucrânia, formalmente designada pelo Kremlin como “operação militar especial” (Pedro, 2023, p. 32). Este ataque marcou uma nova fase no conflito Russo-Ucraniano iniciado em 2014, com a invasão e anexação da península da Crimeia e o desencadear da guerra no Donbas, que desde então permanecia num estado de guerra híbrida e intermitente. Contudo, a ofensiva de 2022 não resultou de uma escalada súbita, mas antes de um processo prolongado de deterioração das relações bilaterais entre Moscovo e Kyiv, marcado pelas frustradas ambições imperiais russas e crescente antagonismo político e estratégico entre ambos os países.

A chegada de Volodymyr Zelenskyy ao poder, em 2019, foi inicialmente recebida pela Federação Russa com expectativa quanto a uma possível reaproximação. Em dezembro desse ano, o presidente ucraniano reuniu-se em Paris com Vladimir Putin, Angela Merkel⁸³ e Emmanuel Macron⁸⁴, com o objetivo de concluir um cessar-fogo no Donbas. Contudo, não houve progressos quanto à questão fundamental dos Acordos de Minsk, que era o que deveria acontecer em primeiro lugar: as eleições regionais no Donbas ou a retirada russa. Zelenskyy tinha deixado bem clara a sua posição em como não abdicaria do território ucraniano pela paz, nem aceitaria as condições russas (Plokhy, 2023, pp. 142-143). Segundo Plokhy (2023, p. 143), “Terá sido, alegadamente, após o encontro de Paris que Putin (...) começou a pensar numa guerra contra a Ucrânia”.

A partir de então, Zelenskyy intensificou a aproximação da Ucrânia à NATO, mantendo o compromisso constitucional de adesão à aliança e aprovando, em agosto de 2020, uma nova Estratégia de Segurança Nacional nesse sentido. (Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia, 2024; Plokhy, 2023, p. 143). Em fevereiro de 2021,

⁸³ Chanceler alemã.

⁸⁴ Presidente francês.

tomou ainda medidas para restringir a influência russa no espaço mediático ucraniano, encerrando canais televisivos associados ao oligarca Viktor Medvedchuk, próximo de Putin. Desta forma, a Rússia perdia influência no espaço público ucraniano, perdendo a capacidade de influenciar a sociedade ucraniana e intimidar a esfera política do país (Plokhy, 2023, p. 144).

Em julho de 2021, Putin publicou um ensaio histórico intitulado “*Sobre a Unidade Histórica de Russos e Ucranianos*”, que refletia a sua bem conhecida visão imperialista. A obra defendia que ucranianos e russos constituíam historicamente “um só povo”, negando a legitimidade de uma identidade ucraniana independente. (Plokhy, 2023, p. 139). Como observa Plokhy (2023, p. 141), “Putin estava claramente incomodado com uma democracia ucraniana que continuava a gerar líderes políticos dedicados à ideia da independência da Ucrânia”. Estas ideias, longe de serem apenas retóricas, tornaram-se parte integrante da narrativa russa para legitimar a guerra, concebida como uma missão histórica de restauração da ordem imperial.

Os indícios de preparação da invasão da Ucrânia remontam a abril de 2021, quando a Rússia realizou uma movimentação de forças ao longo da sua fronteira com a Ucrânia, sob pretexto de exercícios militares. Na sequência de pressão ocidental, no mês seguinte, a Rússia começou a retirar essas forças, mas grande parte da infraestrutura militar permaneceu no terreno, sugerindo um possível regresso das mesmas. Simultaneamente os serviços de informações norte-americanos e britânicos começaram a reunir indícios de um plano para uma futura invasão em larga escala, que tomaria forma na primavera desse ano (Plokhy, 2023, pp. 144-145).

Em junho, os analistas militares ocidentais já indicavam que a Rússia se preparava para a invasão total da Ucrânia. De acordo com fontes dos serviços de informações ocidentais, o objetivo inicial da ofensiva russa era a destituição do Presidente Volodymyr Zelenskyy e a instalação de um governo pró-russo em Kyiv, capaz de reintegrar a Ucrânia na esfera de influência do Kremlin. Em outubro, registou-se uma nova movimentação de forças e equipamento militar russo nas imediações da Ucrânia. Mais de 100 mil soldados foram destacados, tendo sido

também enviadas forças adicionais para a península da Crimeia e para a Bielorrússia. Imagens de satélite divulgadas em novembro revelaram o transporte de veículos blindados, mísseis e armamento pesado em direção à Ucrânia. Paralelamente, o Kremlin lançou uma campanha intensiva de desinformação, divulgando alegações falsas sobre planos da NATO para recuperar a Crimeia ou sobre ataques iminentes ucranianos. Estas narrativas procuravam legitimar a futura ofensiva, construindo um *casus belli* que servisse de justificação à agressão. Em novembro, o diretor da *Central Intelligence Agency* (CIA), William Burns, deslocou-se a Moscovo para alertar os seus homólogos russos de que os planos tinham sido identificados. Putin, em vez de negar as acusações, limitou-se a criticar a expansão da NATO. Pouco depois, o *Washington Post* revelava a existência de um plano russo para invadir a Ucrânia com cerca de 175 mil militares (Kennedy, 2024; Ploky, 2023, p.145). Este valor é credível segundo as estimativas dos EUA que apontavam para um dispositivo militar russo na Ucrânia compreendido entre 150 mil a 190 mil homens e organizado em 120 batalhões táticos, no momento da invasão (Ploky, 2023, p. 151).

Ainda antes da invasão, no dia 17 de dezembro de 2021, o Kremlin apresentou à NATO e aos EUA um ultimato formal. O mesmo apresentava um conjunto de exigências que incluíam: um compromisso escrito por parte da NATO em cessar qualquer nova expansão da aliança; a retirada das forças multinacionais da Polónia e dos países bálticos; retirar o armamento nuclear norte-americano da Europa; e um compromisso formal por parte da NATO em que a Ucrânia jamais seria aceite na Aliança. O contexto desse ultimato sugeria que caso as exigências não fossem aceites, a Federação Russa invadiria a Ucrânia. Estas exigências foram prontamente rejeitadas pelo Ocidente. (Kennedy, 2024; Ploky, 2023, p. 146).

A decisão formal de iniciar a guerra foi tomada numa reunião do Conselho de Segurança russo a 21 de fevereiro de 2022. Nesse mesmo dia, Putin anunciou o reconhecimento das chamadas “Repúblicas Populares” de Donetsk e Luhansk e a

denúncia unilateral dos Acordos de Minsk. No seu discurso⁸⁵ à nação, procurou justificar a ofensiva com base em acusações de crimes contra civis, necessidade de proteger o Donbas e o suposto dever histórico da Rússia em relação ao povo ucraniano. O discurso retomava os argumentos do ensaio publicado em julho de 2021, que negava a legitimidade histórica da Ucrânia como estado e como nação. Putin formulou os objetivos da operação em termos vagos e ideológicos: “desmilitarizar e desnazificar” a Ucrânia (Ploky, 2023, pp. 151;153).

A 24 de fevereiro, a Federação Russa invadiu formalmente a Ucrânia através de múltiplas frentes, dando início a uma guerra de alta intensidade e multidomínio sem precedentes na Europa desde a 2.^a Guerra Mundial. A ofensiva foi conduzida a partir de quatro eixos principais: o eixo norte, lançado a partir da Bielorrússia em direção a Kyiv; o eixo sul, a partir da Crimeia; o eixo leste, a partir do Donbas; e o eixo sudeste, a partir da região de Kharkiv, como ilustrado na figura 15.

⁸⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1qS6J-WbTD8> .

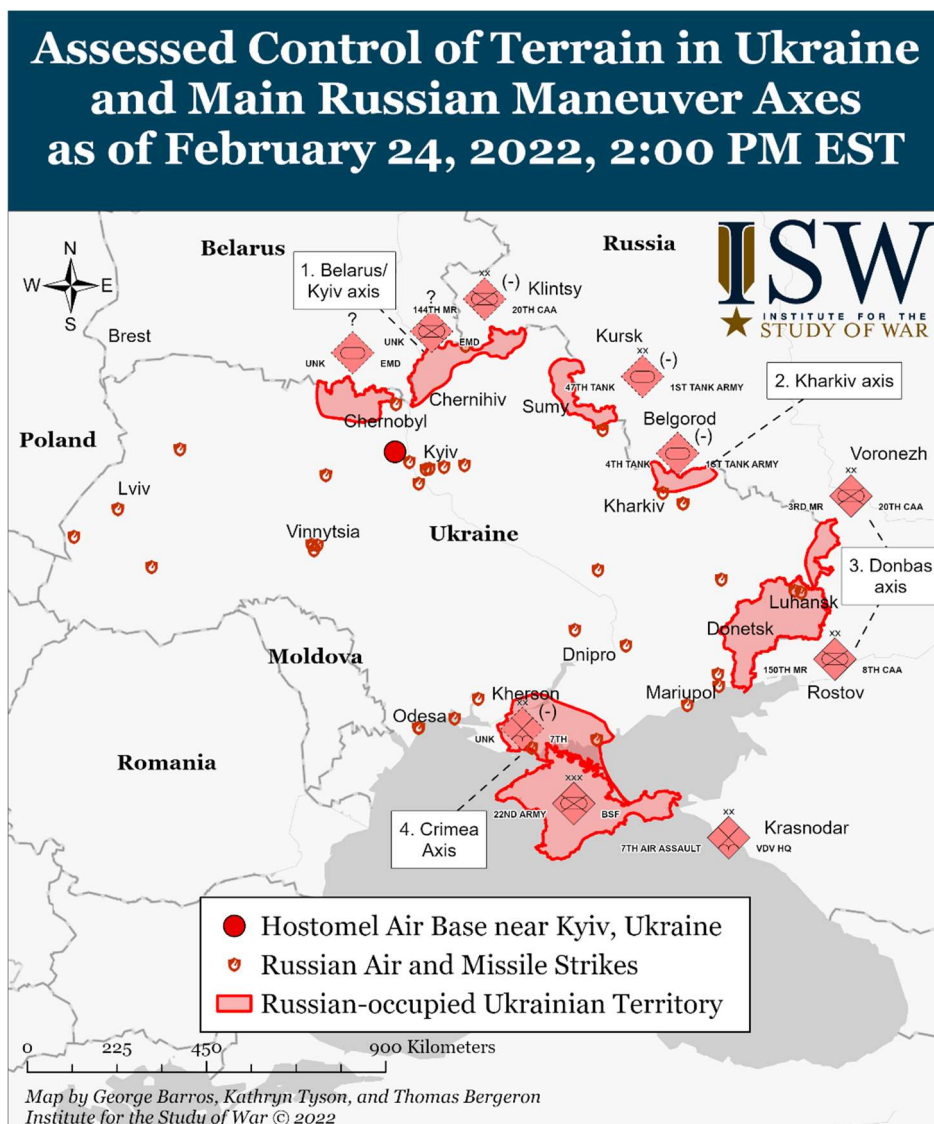


Figura 15 - Mapa visual da invasão da Ucrânia do dia 24 de fevereiro de 2022

Fonte: Retirado de ISW Press (2022) (Acedido a 28 de agosto de 2025)

No início da invasão, a dimensão naval era aquela em que a Ucrânia enfrentava maiores desvantagens em relação à Federação Russa. Apesar de dispor de uma força de fuzileiros de número considerável⁸⁶, a componente naval e aeronaval ucraniana, era residual quando comparada com a da Rússia (Telo, 2024, p. 124). Desde 2014 que a Marinha Russa reforçou a Frota do Mar Negro, tendo

⁸⁶ Cerca de 6.000.

duplicado a sua capacidade naval ofensiva na região, até 2022. De acordo com Popa & Learschi (2025, p. 12), antes da invasão em larga escala russa na Ucrânia, a Frota do Mar Negro era composta por:

- 1 cruzador porta-mísseis do projeto 1164 *Slava*⁸⁷;
- 3 fragatas modernas do projeto 11356R *Admiral Grigorovich*⁸⁸;
- Corvetas porta-mísseis, pequenos navios *Buyan-M*⁸⁹ e *Tarantan/Molnia*⁹⁰ e navios de *Anti-Submarine Warfare* (ASW) ligeiros;
- 6 submarinos diesel-elétricos, da classe *Kilo* melhorada⁹¹;
- Navios de desembarque anfíbio de grande⁹² e médio⁹³ porte;
- Outros navios de apoio, incluindo draga-minas, rebocadores, petroleiros, etc.

A frota era ainda apoiada por sistemas de mísseis, aviação naval e forças de fuzileiros do Distrito Militar Sul da Rússia. No contexto dos exercícios prévios à invasão, foram destacados para a região seis navios anfíbios adicionais, oriundos das Frotas do Mar Báltico e do Norte (Combes, 2022, p. 2).

A tipologia dos meios envolvidos e as suas atividades no teatro de operações indicavam quais os prováveis objetivos navais russos: estabelecer o *sea control*⁹⁴ por

⁸⁷ Trata-se do navio *Moskva*, navio-almirante da Frota do Mar Negro, na altura.

⁸⁸ Navios *Admiral Makarov*, *Admiral Essen* e *Admiral Grigorovich*. Estes navios transportavam mísseis de cruzeiro *Kalibr*, usados frequentemente para atacar alvos terrestres na Ucrânia.

⁸⁹ Utilizam mísseis *Kalibr*.

⁹⁰ Utilizam mísseis anti-navio mais antigos.

⁹¹ Encontravam-se implantados na Crimeia e estavam equipados com mísseis *Kalibr*. Estes podiam ser lançados debaixo de água, o que os torna uma arma formidável para ataques de longo alcance.

⁹² Três da classe *Ropuca* e um da classe *Tapir*.

⁹³ Da classe *Serna*.

⁹⁴ Geoffrey Till elaborou uma definição moderna para *sea control* em 2013. Essa definição afirma que o *sea control* proporciona a capacidade de perturbar a liberdade de movimento e reduz as opções estratégicas do adversário (Manning, 2021, p. 55). De acordo com Geoffrey Till (2018, p. 49), o *sea control* é, de uma forma generalista, "(...) the grand enabler that allows the sea to be used for whatever purpose that will serve the interests of the power that controls it."

forma a evitar interferência mútua com os seus outros objetivos, impor um bloqueio naval à Ucrânia, neutralizar a sua Marinha, garantir uma ponte logística entre as forças no sul e no leste do território ucraniano, e projetar mísseis de cruzeiro a partir de plataformas navais, nomeadamente através de submarinos (Combes, 2022, p. 2). Estes objetivos táticos revelam que o desdobramento naval russo tem um papel de apoio subordinado à condução de operações terrestres, nomeadamente do ponto de vista logístico e no bombardeamento de posições e alvos baseados em terra.

Estes objetivos foram em larga medida cumpridos, à exceção do desembarque anfíbio em Odesa. A postura naval comparativamente forte da Rússia, o controlo do Mar de Azov e do norte do Mar Negro ao largo de Odesa, as suas capacidades anfíbias e o seu apoio logístico contribuiu significativamente para o sucesso das operações terrestres russas nas regiões de Kherson e de Zaporizhzhia. Além disso, o bloqueio naval⁹⁵ foi bem-sucedido, tendo a Rússia atacado inclusivamente a navegação mercante. No entanto, a Frota do Mar Negro teve um contributo relativamente limitado nos ataques com mísseis, representando apenas uma pequena fração dos mais de mil lançados sobre a Ucrânia, sobretudo a partir de sistemas terrestres e aeronaves (Combes, 2022, p. 2).

Do outro lado, a Ucrânia dispunha de uma Marinha muito reduzida, comparativamente com a Federação Russa. Apesar disso, Kyiv procurou implementar uma nova estratégia naval, assente numa *mosquito fleet*⁹⁶ baseada em embarcações ligeiras de patrulha e sistemas anti-navio, com o objetivo de reforçar o conhecimento situacional marítimo e negar ao inimigo o acesso às suas águas costeiras (Combes, 2022, p. 2), como irá ser desenvolvido com mais detalhe no próximo capítulo.

Segundo Combes (2022, p. 2), à data do início da invasão, a Marinha

⁹⁵ O mesmo não foi formalmente anunciado pela Federação Russa conforme requerido pela lei internacional.

⁹⁶ Segundo o Naval Forces Command of the Armed Forces of Ukraine (2019), a *mosquito fleet* consiste em lanchas rápidas, manobráveis e armadas, capazes de executar a maioria das funções de navios de superfície maiores, tirando partido da agilidade, do efeito surpresa e do baixo custo relativo.

Ucraniana era constituída por:

- uma fragata⁹⁷ da classe *Krivak* (Project 1135);
- doze navios de patrulha e embarcações costeiras (incluindo uma corveta);
- um navio de guerra anti-minas;
- um navio de desembarque anfíbio; uma embarcação de desembarque anfíbio;
- oito navios logísticos e de apoio.

Os objetivos navais de Kyiv passavam por impedir um ataque anfíbio a Odesa, destruir o maior número possível de unidades navais russas, reduzindo o seu impacto na campanha terrestre e quebrar o bloqueio naval por forma a apoiar a sua economia e permitir a ajuda humanitária e militar por via marítima (Combes, 2022, p. 2).

Explicados os objetivos táticos no domínio naval de cada uma das partes, assim como as suas capacidades e meios navais, iremos analisar nos próximos parágrafos a evolução do conflito naval no Mar Negro entre fevereiro de 2022 e junho de 2025.

Nos primeiros dias da invasão, a Federação Russa lançou uma série de operações navais com o objetivo de consolidar o controlo do Mar Negro, apoiar as ofensivas terrestres nas regiões costeiras do sul da Ucrânia e bloquear os portos ucranianos. Paralelamente, a Rússia ameaçava um desembarque anfíbio em Odesa, forçando os ucranianos a manter homens nas suas defesas costeiras. Logo a 24 de fevereiro de 2022, forças russas ocuparam a estratégica Ilha de Zmiinyi⁹⁸,

⁹⁷ Tratava-se do navio-almirante da Marinha Ucraniana, fragata *Hetman Sahaidachny*. Este navio acabou por ser afundado pela própria Marinha Ucraniana a 3 de março de 2022, por forma a evitar que o mesmo fosse capturado pelas forças russas.

⁹⁸ Também conhecida com a Ilha das Serpentes.

capturando a guarnição ucraniana da ilha. O controle estratégico desta ilha permitiu aos russos alargar a vigilância por radar e impedir a navegação ao largo da costa sul da Ucrânia (Popa & Learschi, 2025).

Durante os dois primeiros meses da invasão, os objetivos iniciais foram alcançados. A Frota do Mar Negro estabeleceu o controle do noroeste do Mar Negro, encontrando-se a patrulhar entre a Crimeia e a costa ucraniana; estabeleceu uma zona de interdição para a navegação comercial em grande parte do norte do Mar Negro e impôs o bloqueio naval aos portos ucranianos⁹⁹, paralisando as exportações marítimas da Ucrânia, que constituem uma importância significativa na economia ucraniana, como referido no primeiro capítulo. Também o apoio às operações terrestre no sul da Ucrânia foi bem-sucedido, com os navios de guerra russos diretamente envolvidos através do bombardeamento costeiro e lançamento de mísseis de cruzeiro *Kalibr* contra alvos na Ucrânia. Os mesmos foram também utilizados para transportar homens e abastecimentos para os portos capturados¹⁰⁰, criando uma ponte logística. Nesta fase, diversos navios ucranianos foram capturados ou destruídos, o que deixou a Marinha Ucraniana praticamente sem unidades navais de superfície operacionais para fazer face às unidades navais russas, permitindo à Rússia o domínio incontestado da região (Popa & Learschi, 2025, pp. 13-14)

A 28 de fevereiro de 2022, a Turquia invocou o artigo 19.º da Convenção de Montreux de 1936, ao declarar oficialmente que o conflito na Ucrânia constituía uma guerra. Esta decisão teve implicações estratégicas imediatas: bloqueou a capacidade da Federação Russa de reforçar a sua Frota do Mar Negro com navios provenientes de outras frotas, dado que o Mar Negro não correspondia ao porto de origem registado desses navios (Larsen, 2023, p. 13).

A viragem começou a 24 de março de 2022, quando a Ucrânia atacou o porto

⁹⁹ Odesa, Mykolaiv, Chornomorsk, etc.

¹⁰⁰ Berdiansk, Mariupol, Henicesk

de Berdiansk¹⁰¹, com recurso a mísseis, destruindo o navio de desembarque anfíbio *Saratov*¹⁰² e danificando os navios *Kunikov* e *Novocherkassk*¹⁰³. Este ataque demonstrou a vulnerabilidade dos navios russos atracados em portos avançados e teve um forte impacto na moral ucraniana. (Popa & Learschi, 2025, p. 15).

A 13 de abril, a Ucrânia realizou aquele que viria a ser um dos ataques navais mais significativos de todo o conflito, senão o mais importante e certamente o mais emblemático. O cruzador *Moskva* foi atingido por dois mísseis anti-navio *Neptune*¹⁰⁴ lançados a partir de terra, causando o seu afundamento. Este navio desempenhava um papel central na defesa aérea da esquadra russa no Mar Negro. Equipado com sistemas de longo alcance, o *Moskva* assegurava a cobertura antiaérea de todo o agrupamento naval, servindo também como plataforma de aviso antecipado contra mísseis e aeronaves inimigas. A sua perda tornou o dispositivo naval russo consideravelmente mais vulnerável (Popa & Learschi, 2025, pp. 15-16).

A partir deste episódio, a Rússia prosseguiu com as suas incursões nas águas em torno de Odesa durante algum tempo, embora de forma mais cautelosa, limitando-se a operações de menor alcance e duração, evitando o noroeste do Mar Negro, considerado a partir daí uma zona de risco elevado. Paralelamente, as forças ucranianas intensificaram os seus ataques à guarnição russa na Ilha de Zmiinyi, recorrendo aos drones *Bayraktar TB2* de fabrico turco e a sistemas de artilharia de precisão. Apesar do reforço das defesas antiaéreas russas na ilha, nomeadamente com os sistemas *Tor* e *Pantsir*, estas revelaram-se insuficientes para conter os ataques. Entre o final de abril e o mês de maio de 2022, os drones *TB2* conseguiram destruir múltiplos alvos na ilha e nas suas imediações, incluindo embarcações de desembarque rápido, um helicóptero *Mi-8* e veículos anti-aéreos. Estes ataques

¹⁰¹ Situado no sul do *oblast* de Zaporizhevsk, na costa do Mar de Azov.

¹⁰² Projeto 1171 *Tapir*. Classe *Alligator* segundo a nomenclatura NATO.

¹⁰³ Ambos acabaram por ser destruídos pelos ucranianos no ano seguinte, na sua segunda tentativa, primeiro o *Novochearkassk* em dezembro de 2023, seguido do *Kunikov* em 2024.

¹⁰⁴ Os mísseis *R-360 Neptune*, produzidos na Ucrânia, eram uma arma recém-introduzida (derivada do modelo soviético *Kh-35*, com um alcance alargado de cerca de 300 km).

comprometeram progressivamente a capacidade da Rússia de manter uma presença consolidada e o controlo efetivo sobre a ilha (Popa & Learschi, 2025, p. 17).

A 17 de junho de 2022 o rebocador de salvamento *Vasili Beh*, que transportava pessoal e equipamento, foi atingido por dois mísseis anti-navio *Harpoon*, recentemente fornecidos pela Dinamarca, lançados pelas forças ucranianas a partir de terra. Segundo fontes ucranianas, estes mísseis foram também utilizados contra plataformas petrolíferas offshore¹⁰⁵ de propriedade russa. Face às perdas acumuladas e à crescente pressão militar ucraniana na zona, a Federação Russa decidiu retirar-se da Ilha de Zmiinyi a 30 de junho de 2022, permitindo à Ucrânia retomar o controlo da ilha. A retirada eliminou por completo a ameaça de um desembarque anfíbio em Odesa e marcou o fracasso estratégico da Rússia no controlo do noroeste do Mar Negro (Popa & Learschi, 2025, pp. 18-19).

Ao longo de 2023, a Ucrânia diversificou os seus meios de ataque, introduzindo drones navais não tripulados e obtendo mísseis aéreos de cruzeiro de longo alcance¹⁰⁶ dos aliados ocidentais, capazes de atingir os portos utilizados pela Rússia. Em resposta, a Federação Russa começou a adotar uma postura mais defensiva, deslocando grande parte da sua frota para portos considerados mais seguros, como o caso do de Novorossiysk, reforçou as defesas das suas bases navais através da instalação de barreiras físicas e aumentou a utilização da aviação naval no Mar Negro. No porto de Sebastopol, foram instaladas redes anti-drone, complementadas pelo uso de sistemas de fumo para ocultar os alvos e por patrulhas aéreas mais intensas, numa tentativa de mitigar a crescente ameaça ucraniana (Popa & Learschi, 2025).

Entretanto, Kyiv começou a desenvolver uma capacidade ofensiva inovadora com o lançamento de uma flotilha de drones navais autónomos, denominados

¹⁰⁵ Trata-se das torres Boiko ao largo da Crimeia, equipadas com radares de vigilância russos.

¹⁰⁶ Como o *Storm Shadow/SCALP*.

unmanned surface vehicles (USV)¹⁰⁷. A primeira demonstração do potencial destes sistemas ocorreu a 29 de outubro de 2022, quando a Ucrânia lançou um ataque coordenado com sete a nove USVs e vários drones aéreos contra a base naval de Sevastopol e contra os navios aí atracados. Os russos conseguiram destruir alguns dos drones antes do impacto, mas pelo menos o navio caça-minas *Ivan Golubets* acabou por ser atingido e danificado. Embora o ataque não tenha afundado navios de grande porte, evidenciou uma mudança estrutural na guerra naval no Mar Negro: mesmo Sevastopol, outrora considerado um porto inexpugnável da Frota do Mar Negro, tinha deixado de o ser (Popa & Learschi, 2025).

A Ucrânia continuou a aperfeiçoar esta capacidade ao longo de 2023. Em 22 de março, três drones navais foram lançados contra alvos ao largo de Sevastopol. As autoridades russas alegaram ter neutralizado os dispositivos antes que atingissem os seus objetivos, embora testemunhos locais tenham relatado explosões na área. A 24 de maio, o navio de reconhecimento eletrónico *Ivan Khurs*¹⁰⁸ foi alvo de um ataque por drones navais no Mar Negro, a norte do Bósforo, durante o regresso de uma missão no Mediterrâneo. O episódio, ocorrido a centenas de quilómetros da costa ucraniana, demonstrou não apenas a sofisticação crescente da tecnologia ucraniana, mas também o alargamento geográfico do teatro naval de operações (Popa & Learschi, 2025).

Um ponto de viragem ocorreu com a ofensiva ucraniana do verão de 2023. Paralelamente às ações terrestres, a Ucrânia intensificou a sua campanha naval. Em 17 de julho de 2023, no mesmo dia em que a Rússia anunciou o fim da BSGI, o Serviço de Segurança Ucraniano (SBU) atacou a Ponte de Kerch, utilizando dois drones navais carregados com explosivos, conseguindo danificar uma secção da rodovia. O ataque destacou o avanço tecnológico desses drones, apelidados de *Sea Baby*, desenvolvidos em segredo pelos ucranianos (Popa & Learschi, 2025).

¹⁰⁷ São meios rápidos de pequenas dimensões, carregados de explosivos e guiados remotamente até ao alvo.

¹⁰⁸ Projeto 18280

Ao mesmo tempo, a Ucrânia começou a recuperar os seus “olhos” no Mar Negro, reconquistando ou neutralizando plataformas offshore e bóias de vigilância ocupadas pela Rússia desde 2014, ampliando assim a sua capacidade de recolha de informações. Estas ações permitiram à Ucrânia estender o alcance dos seus sensores e melhorar a deteção precoce dos movimentos da frota russa (Popa & Learschi, 2025).

Durante a primeira metade de 2023, a frota russa foi sujeita a um assédio constante, sobretudo através de novos vetores ofensivos. Em resposta, Moscovo intensificou os ataques contra infraestruturas portuárias ucranianas. Após a saída da BSGI, os portos de Odesa, Chornomorsk, Reni e Izmail foram repetidamente bombardeados, sobretudo com recurso a drones de fabrico iraniano. No entanto, a iniciativa estratégica no mar parecia, cada vez mais, estar do lado da Ucrânia, que demonstrava capacidade para atingir seletivamente alvos de alto valor e transmitir uma mensagem clara: nenhum navio russo estava fora do seu alcance (Popa & Learschi, 2025).

A segunda metade de 2023 trouxe consigo as piores perdas da Rússia desde o afundamento do *Moskva*. Uma série de ataques ucranianos bem coordenados com recurso a sistemas de precisão danificou ou destruiu navios russos, tanto no mar como nas suas bases.

Na madrugada de 4 de agosto, drones navais ucranianos atacaram o porto de Novorossiysk (consultar Anexo E). O principal alvo foi o navio *Olenegorskiy Gorniyak*¹⁰⁹. Pouco tempo depois, na madrugada de 13 de setembro, a Ucrânia lançou um ataque com mísseis de cruzeiro *Storm Shadow/SCALP*¹¹⁰ contra um estaleiro naval em Sevastopol. Os mísseis atingiram com precisão uma doca seca onde dois navios da Marinha Russa estavam a ser reparados: o submarino diesel-elétrico

¹⁰⁹ Projeto 775 *Ropucha*

¹¹⁰ Fornecidos pela Grã-Bretanha e França

*Rostov-on-Don*¹¹¹ e o navio de desembarque *Minsk*¹¹². Ambos sofreram danos catastróficos. O submarino, que desempenhava um papel central nos lançamentos de mísseis *Kalibr* a partir do mar, ficou inoperacional.

Menos de duas semanas depois, a 22 de setembro, a Ucrânia atacou simbolicamente o centro de comando da frota. Uma salva de mísseis, presumivelmente do mesmo tipo *Storm Shadow/SCALP*, atingiu o quartel-general da Frota do Mar Negro em Sevastopol em plena luz do dia (Popa & Learschi, 2025).

Os ataques de agosto e setembro de 2023 marcaram o início de uma fase de degradação acelerada da capacidade naval russa no Mar Negro. Em poucas semanas, a Frota do Mar Negro sofreu um conjunto de perdas consideráveis que afetaram tanto a sua componente ofensiva como defensiva. Navios de desembarque, patrulha e mesmo submarinos foram danificados ou destruídos, e importantes sistemas de defesa costeira¹¹³ foram neutralizados.

A 26 de dezembro de 2023, a Ucrânia atingiu o navio *Novocherkassk*¹¹⁴ em Feodosia, destruindo-o. No início de 2024, Kyiv deu continuidade à sua ofensiva naval com novos ataques de alto impacto. Entre 31 de janeiro e 1 de fevereiro, a corveta *Ivanovets*¹¹⁵ foi afundada por um enxame de drones navais ao largo da Crimeia. Entre os dias 4 e 5 de março, foi a vez do navio patrulha *Sergey Kotov*¹¹⁶, um dos navios mais modernos da frota, ser destruído por drones *Magura V5* junto ao estreito de Kerch. Ambos os navios desempenhavam funções de patrulha e escolta de comboios. A sua perda representou um golpe sério na capacidade de monitorização e resposta da Rússia no Mar Negro. O golpe final nesta série de ataques deu-se a 19 de maio de 2024, quando a corveta *Tsiklon*¹¹⁷, recém-

¹¹¹ B-237, Projeto 636.3 *Kilo Upgraded*

¹¹² *BDK- Minsk*, Projeto 775 *Ropucha*

¹¹³ Como o S-400 no Cabo Tarkhankut

¹¹⁴ Projeto 775

¹¹⁵ Projeto 1241 *Molniya*

¹¹⁶ Projeto 22160

¹¹⁷ Projeto 22800 *Karakurt*

comissionada e equipada com mísseis *Kalibr*, foi destruída em Sevastopol por mísseis *ATACMS* (Army Tactical Missile System). Este navio, vista como um símbolo da renovação naval russa, era o último navio de superfície na Crimeia com capacidade para lançar mísseis de cruzeiro. A sua destruição marcou o colapso da frota convencional russa na região.

Com a maioria dos navios de superfície modernos destruídos ou retirados de serviço, a Rússia tornou-se incapaz de empregar a sua força naval como instrumento eficaz de combate ou de dissuasão. Outros ataques de menor visibilidade, mas estrategicamente relevantes, marcaram os meses finais de 2024. A Ucrânia intensificou as suas operações contra infraestruturas marítimas, plataformas offshore e navios de apoio. O submarino *Rostov-on-Don*, já danificado em setembro de 2023, terá sido novamente alvo de ataques durante reparações em Sevastopol, segundo fontes ucranianas, embora os detalhes permaneçam incertos. Ao mesmo tempo, Kyiv consolidava o controlo sobre plataformas petrolíferas ao largo da Crimeia, transformando-as em pontos avançados de vigilância e ataque (Popa & Learschi, 2025).

Sem capacidade para se impor no mar, a Rússia passou a concentrar-se em ataques aéreos e com drones contra as infraestruturas portuárias ucranianas no delta do Danúbio, com o objetivo de sabotar o corredor marítimo alternativo estabelecido por Kyiv após o fim da BSGI. Por sua vez, a Ucrânia retaliou com ataques de natureza económica, dirigidos a alvos navais russos de elevado valor comercial. Em 12 de agosto de 2024, drones navais atingiram os petroleiros russos *Sig* e *Afanasi Nikitin*, causando danos significativos. Outro desenvolvimento significativo foi a intensificação das operações especiais ucranianas na costa da Crimeia. Equipas de sabotagem infiltraram-se em portos e bases navais russas, colocando engenhos explosivos em navios fundeados. Explosões inexplicadas em Sevastopol, atribuídas inicialmente a acidentes, começaram a ser interpretadas como possíveis resultados destas ações clandestinas. No final de 2024, o cenário era inequívoco: a Rússia já não detinha capacidade efetiva de utilizar a sua frota do Mar Negro como instrumento de projeção de poder. Com exceção de alguns submarinos e da aviação baseada em

terra, os restantes meios navais estavam destruídos, inoperacionais ou escondidos em portos mais recuados. Dois navios da classe *Ropucha*, o *Yamal* e o *Orsk*, encontravam-se abrigados no Mar de Azov ou no leste da Crimeia, sem condições para realizar operações anfíbias. As fragatas *Admiral Makarov* e *Admiral Essen* permaneceram intactas, mas inativas, operando esporadicamente como plataformas de lançamento de mísseis a partir de áreas próximas à costa russa. Especula-se que uma delas possa ter abandonado o Mar Negro antes do encerramento dos estreitos turcos, embora tal hipótese permaneça não confirmada (Popa & Learschi, 2025).

Em resposta à fragilidade da sua presença naval na Crimeia, Moscovo anunciou em outubro de 2024 a intenção de estabelecer uma base naval no porto de Ochamchire, na Abcásia¹¹⁸ (Geórgia). Contudo, analistas internacionais alertaram para o carácter rudimentar da infraestrutura portuária local, considerada inadequada para navios de grande porte, devido à sua profundidade máxima de 9 metros, interpretando a iniciativa sobretudo como um gesto político destinado a afirmar simbolicamente a continuidade da presença russa na região (Kakachia & Minesashvili, 2024).

No início de 2025, a Frota do Mar Negro encontrava-se numa posição estratégica extremamente debilitada. O teatro de operações do Mar Negro passou de um espaço dominado por uma potência regional (Federação Russa) para uma zona de guerra assimétrica, marcada por operações de desgaste, tecnologia avançada e de *anti-acess/area-denial* (A2/AD)¹¹⁹. Privada da capacidade de impor um bloqueio

¹¹⁸ Zona sob controlo *de facto* da Rússia.

¹¹⁹ O *Joint Operational Access Concept* define *antiaccess* como as ações e capacidades, normalmente de longo alcance, concebidas para impedir uma força adversária de entrar numa área operacional, e define *area-denial* como ações e capacidades, normalmente de curto alcance, concebidas para limitar a liberdade de ação de uma força adversária dentro da área operacional. A combinação de ambas, por camadas, cria uma estratégia de defesa em profundidade concebida para criar atrito nas forças avançada inimigas que avançam (Manning, 2021, p. 56). Não existe uma definição do termo, oficialmente aceite pela NATO, no entanto, segundo (Schmidt, 2017), existe um relatório da *NATO Defence College* de 2016, que propõe que “The objective of an anti-access or area-denial strategy is to prevent the attacker from bringing its forces into the contested region (A2) or to prevent the attacker from freely operating within the region and maximizing its combat power (AD).”

naval eficaz, a Rússia não conseguiu impedir a criação de um corredor marítimo alternativo ao largo das costas da Roménia e da Bulgária. Sem capacidade para atuar no mar, Moscovo intensificou as suas campanhas terrestres e aéreas, tentando compensar o enfraquecimento da sua presença naval.

3.4 Avaliação do conflito

A evolução do conflito naval no Mar Negro entre 2022 e 2025 revela uma inversão notável do equilíbrio de poder na região. Se, numa fase inicial, a Federação Russa detinha um domínio quase absoluto sobre o espaço marítimo da região, beneficiando de uma superioridade relativa em relação aos seus meios e do controlo *de facto* da Crimeia, a Ucrânia conseguiu gradualmente subverter esse cenário. Através da aplicação de uma estratégia assimétrica¹²⁰, do emprego inovador de tecnologias como mísseis anti-navio, veículos aéreos e navais não tripulados (UAV's e USV's, respetivamente) e sistemas de mísseis baseados em terra, a Ucrânia conseguiu atingir meios navais russos sem se envolver em confrontos diretos entre navios. Desta forma, Kyiv comprometeu a liberdade de ação da Frota do Mar Negro e impôs custos operacionais significativos ao adversário. A Ucrânia desempenhou, assim, um papel crucial na alteração do equilíbrio de poder naval no Mar Negro (Lyashenko, 2024).

Os ataques ucranianos contra meios navais russos e infraestruturas estratégicas, nomeadamente em Sevastopol, forçaram a Rússia a adotar uma postura naval mais defensiva. A maioria dos navios de superfície foi retirada da península da Crimeia e reposicionada em Novorossiysk, no leste do Mar Negro, numa tentativa de reduzir a sua exposição a ataques com mísseis e drones (consultar Anexo F).

¹²⁰ De acordo com Habib & Shamrir Al Af (2025, p. 29), estratégias assimétricas são "(...) strategies by weaker powers aimed at covering up the power differentials between themselves and a more powerful opponent. The aim of the strategy is either to deter by increasing the cost of aggression or to impart significant damage."

A nova estratégia naval russa passou a assentar em três eixos principais: a intensificação da minagem marítima, com o objetivo de dissuadir operações ribeirinhas ucranianas; a interrupção da navegação comercial ucraniana, afetando profundamente a sua economia; e a utilização de navios de superfície e submarinos como plataformas de lançamento de mísseis de cruzeiro contra alvos no território ucraniano, mantendo assim uma capacidade de ataque à distância, embora cada vez mais limitada (Bruns, 2024, pp. 6–7).

Em termos navais, a Ucrânia demonstrou uma capacidade notável para alcançar resultados desproporcionais face aos seus limitados recursos convencionais.

4. Edificação de uma estratégia naval ucraniana: desafios e oportunidades

Entre a independência da Ucrânia, em 1991, e o ano de 2019, não existia propriamente nenhum documento oficial que definisse, de forma clara e sistemática, uma estratégia naval ucraniana. Ainda assim, é possível analisar, nesse período, o modo de atuação da Marinha Ucraniana e as prioridades políticas assumidas pelo Estado no seu espaço marítimo, em virtude das circunstâncias e episódios que colocaram em causa a sua soberania e integridade territorial ocorridos durante esse espaço de tempo. Entre esses episódios, destacam-se três, todos eles protagonizados pela Federação Russa: a disputa pela ilha de Tuzla (2003); a anexação da Crimeia (2014) e o incidente do Estreito de Kerch (2018).

Apesar de não dispor de uma estratégia naval formalmente definida nesse período, a Ucrânia demonstrou, através da sua atuação, que um dos principais objetivos da sua Marinha era a defesa da soberania e da integridade das suas águas territoriais e espaços marítimos. Em cada episódio de contestação/provocação russa, a resposta ucraniana refletiu a prioridade em afirmar direitos soberanos no mar e em resistir à contestação territorial da Rússia.

A crise da ilha de Tuzla, em 2003, constitui um exemplo paradigmático: a Rússia iniciou a construção de um dique partir da península de Taman, com o objetivo de ligar a ilha de Tuzla ao seu território. Caso fosse concluída, essa obra teria permitido a Moscovo alterar unilateralmente o estatuto jurídico do estreito de Kerch, transformando as suas águas em águas internas controladas pela Rússia e restringindo o regime de passagem até então partilhado com a Ucrânia. Tal mudança teria implicado não apenas a redução da autoridade de Kyiv sobre a navegação no estreito, mas também o risco de limitar o acesso de navios ucranianos e estrangeiros aos portos de Mariupol e Berdiansk, situados no mar de Azov (consultar Anexo E). Perante esta ameaça direta à sua soberania e aos seus direitos de navegação, a Ucrânia reagiu reforçando a presença de guardas de fronteira e meios militares em Tuzla, deixando claro que não aceitaria cedências territoriais nem limitações à sua

liberdade de acesso marítimo.

Já em 2014, a ocupação russa da Crimeia teve consequências devastadoras para a soberania marítima ucraniana. Moscovo não só passou a controlar a península e as bases navais de Sevastopol e Donuzlav, como também se apropriou da maior parte da infraestrutura portuária e dos estaleiros. A Ucrânia perdeu cerca de 70% do seu efetivo naval, ficando sem capacidade de operar no mar de forma credível (Çetiner, 2024). Além disso, a anexação permitiu à Rússia consolidar o domínio militar sobre o mar Negro, impondo limitações práticas à liberdade de navegação ucraniana e ameaçando permanentemente os seus portos. Apesar da clara inferioridade, Kyiv manteve ativos os poucos meios navais que restaram e reforçou as suas forças costeiras, procurando preservar a presença marítima e afirmar o princípio da sua soberania sobre as águas nacionais.

Relativamente ao incidente de Kerch, a 25 de novembro de 2018, três embarcações ucranianas (os navios *Berdiansk*, *Nikopol* e o rebocador *Yani Kapu*) foram atacadas, capturadas e apreendidas pela guarda-costeira russa enquanto tentavam transitar do mar Negro para o mar de Azov, no exercício do direito de passagem garantido por acordos bilaterais. Moscovo acusou os navios de violarem as suas águas territoriais, mas, na prática, tratou-se de uma ação destinada a impor controlo exclusivo sobre o estreito de Kerch e a restringir ainda mais o acesso ucraniano ao mar de Azov. Vinte e quatro marinheiros foram feitos prisioneiros, em clara violação do direito internacional. A resposta ucraniana traduziu-se na insistência em manter o direito de passagem e no recurso à via diplomática e internacional, denunciando a agressão e reafirmando o princípio da livre navegação para os seus navios militares e comerciais.

Estes episódios demonstram um padrão recorrente: a Rússia procurou restringir o espaço marítimo ucraniano e limitar a sua liberdade de navegação, enquanto a Ucrânia, mesmo em condições de inferioridade, respondeu de forma consistente na defesa da sua soberania e dos seus direitos marítimos. Contudo, a ausência de uma estratégia naval formal tornava a resposta ucraniana reativa e limitada. Deste modo, pode afirmar-se que, antes de 2019, a atuação ucraniana já

revelava uma lógica de estratégia naval implícita: afirmar e proteger a soberania marítima perante uma Rússia crescentemente agressiva, ainda que sem os instrumentos formais e estruturados de uma estratégia naval de longo prazo.

Foi precisamente essa acumulação de desafios e agressões que evidenciou a necessidade de formular uma estratégia naval clara e sistemática, culminando na publicação, a 11 de janeiro de 2019, da *Strategy of the Naval Forces of the Armed Forces of Ukraine 2035*¹²¹, o primeiro documento oficial orientador a longo prazo para a Marinha Ucraniana. Essa necessidade é frisado pelo antigo Comandante das Forças Navais das Forças Armadas da Ucrânia (2016-2020), Almirante Igor Voronchenko no prefácio desse documento, em virtude das agressões russas na Ucrânia, e como forma de responder às mesmas:

“In 2014, the Russian Federation violated international agreements and regulations, and through hybrid aggression has established control over Crimea. Ukraine has lost most of its Navy, including 75% of personnel, 70% of ships and key infrastructure. The aggressor has seized and has been actively exploiting population and the territory of the peninsula, a significant part of the sovereign waters and assets of the Ukrainian economy.

By construction of the Kerch Bridge, the Russian Federation has substantially restricted the passage of vessels and continues to obstruct navigation in the Sea of Azov, aiming to destroy the Ukrainian economy and to cause social tensions among the region’s population.

The Russian military grouping has significantly increased in Crimea. The maritime direction has become the most vulnerable for defence of Ukraine. The aggressive ambitions of the Russian Federation will continue threatening Ukraine at sea in the future.

The system of national security of Ukraine should react to these challenges,

¹²¹ O que em Portugal corresponde a uma “Diretiva Estratégica de Marinha”

clearly arrange the interaction between the defence and security forces of Ukraine to protect national interests at sea. Today, Ukrainian navy sailors actively participate in combat actions protecting our country in the East, execute tasks in the Black and the Azov Seas. New challenges and lessons learned require elaboration of the Strategy of the Naval Forces of Ukraine 2035.

The main task of the Navy reform is a restoration of the naval capabilities of Ukraine, reliable defence of the homeland and an ability to defeat a stronger enemy.”

Este documento estratégico define, de forma estruturada, a missão, a visão e os objetivos fundamentais da Marinha Ucraniana, identificando expressamente a Rússia como principal ameaça e estabelecendo um plano gradual de reconstrução e modernização das capacidades navais da Ucrânia.

De acordo com o próprio documento, a missão e visão da Marinha Ucraniana são, respetivamente:

“The mission of the Naval Forces of the Armed Forces of Ukraine is: deterrence of aggression, protection of Ukraine’s sovereignty and territorial integrity, ensuring maritime security, economic growth and international stability, in co-operation with national defence and security forces, strategic partners, at sea and from the sea. (...) The vision of the Ukrainian Navy 2035 is: modern, agile and innovative Navy, capable to protect people of Ukraine and national interests in the maritime and coastal domain, conducting asymmetric and decisive operations, with highly-motivated and professional personnel, who are determined to win.” (Naval Forces Command of the Armed Forces of Ukraine, 2019)

A Strategy of the Naval Forces of the Armed Forces of Ukraine 2035 estabelece um plano de reconstrução gradual das capacidades navais ucranianas, estruturada em três fases temporais. Cada fase corresponde a um conjunto de objetivos de desenvolvimento, que visam transitar de uma postura essencialmente defensiva e costeira para uma Marinha capaz de operar de forma

conjunta e interoperável com aliados. Como se sintetiza na figura 16, a ambição evolui da defesa costeira (≤ 12 milhas náuticas) para o controlo da ZEE (≤ 200 milhas náuticas) e, em cooperação com parceiros, para operações para além do Mar Negro.

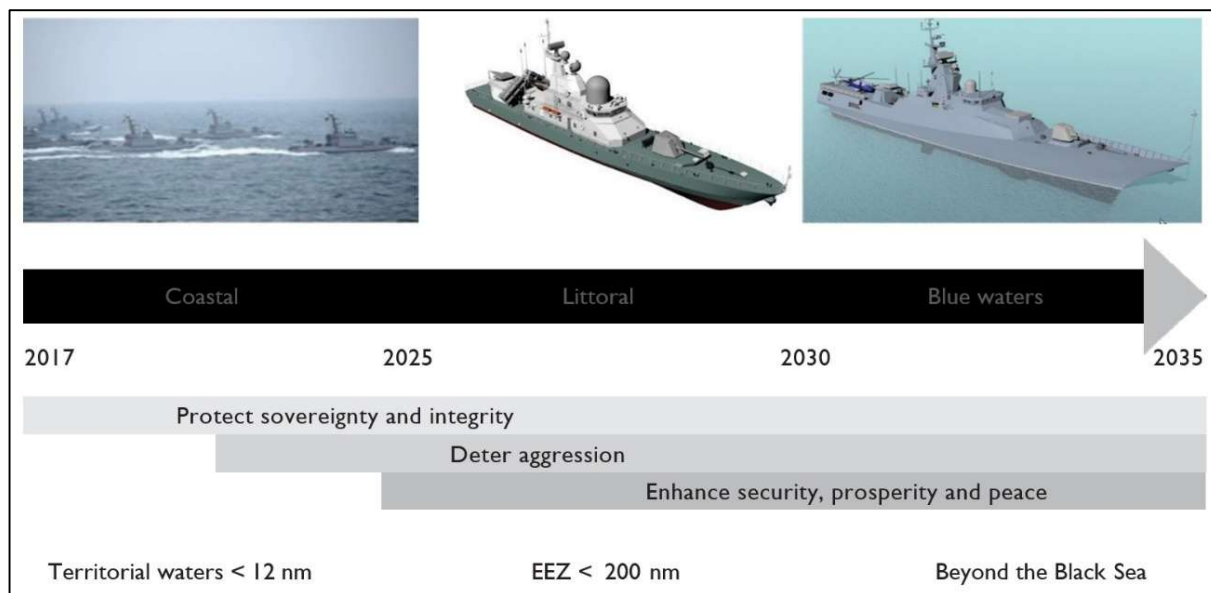


Figura 16 - Visão do desenvolvimento das Forças Navais das Forças Armadas da Ucrânia até 2035

Fonte: retirado de Naval Forces Command of the Armed Forces of Ukraine,(2019) (Acedido a 20 de agosto de 2025)

Na primeira fase (2018-2025), a prioridade máxima é a consciência do domínio marítimo [*intelligence, surveillance, and reconnaissance (ISR)/maritime domain awareness (MDA)*] na zona costeira , com partilha de informação com aliados. Em segundo lugar, desenvolvem-se capacidades de *sea denial*¹²² (negação do uso do mar) através de minagem, guerra eletrónica e armas costeiras para impedir a ação do inimigo no litoral. Em terceiro, um *sea control* (controlo do mar) limitado a águas litorais e fluviais e a proteção de portos, recorrendo a lanchas de patrulha e a capacidades de contraminagem, contra-

¹²² Segundo Geoffrey Till (2018, p. 193), a definição britânica para *sea denial* é: “The condition short of full *sea control* that exists when an opponent is prevented from using an area of sea for his purposes.”. Till defende que o objetivo neste caso não é a utilização do mar em si, mas impedir que o inimigo o faça (Till, 2018, p. 193).

sabotagem e *search and rescue* (SAR).

Na segunda fase (2025–2030), o ISR/MDA permanece primeira prioridade, agora sobre toda a ZEE (cerca de 200 milhas náuticas). A segunda prioridade é o *sea control* nos domínios do ar/superfície/subsuperfície nas áreas necessárias e o reforço de grupos táticos de lanchas. A terceira prioridade consiste em “moldar” capacidades de *strike* com mísseis anti-navio de longo alcance (base naval, terrestre e aérea) para deter e bater grupos inimigos no mar.

Na terceira fase (2030–2035), a primeira prioridade é *sea control* para além do Mar Negro, em conjunto com a NATO/parceiros, com auto-sustentação logística fora do apoio nacional. A segunda prioridade é o *strike* através do aumento do número, alcance e precisão dos mísseis anti-navio e introdução de mísseis de cruzeiro contra alvos costeiros. A terceira prioridade regressa ao *sea denial*, negando qualquer preparação/emprego de forças agressoras.

	2018-2025	2025-2030	2030-2035
1st Priority	Intelligence, surveillance and reconnaissance system / Maritime domain awareness (ISR/MDA) (Coastal zone)	ISR/MDA (EEZ)	Sea Control (Blue waters)
2nd Priority	Sea Denial (coastal artillery, mine laying)	Sea Control (control over EEZ)	Strike (anti-ship and cruise missiles)
3rd Priority	Sea Control (riverine, ports, coastal area)	Strike (anti-ship missiles)	Sea Denial
Personnel	Recruiting		
	Motivation and retention		
	Education and Leadership		
Partnership	Maritime domain awareness		
	NATO/EU Operations		
	Maritime security		

Figura 17 - Fases e prioridades do desenvolvimento da Marinha até 2035

Fonte: retirado de Naval Forces Command of the Armed Forces of Ukraine (2019) (Acedido a 20 de agosto de 2025)

Este percurso gradual evidencia uma abordagem realista e faseada, que reconhece as limitações materiais e financeiras do Estado ucraniano, ao mesmo tempo que aposta em soluções assimétricas, inovação tecnológica e apoio

internacional para reconstituir as capacidades navais de forma sustentada.

Contudo, importa sublinhar que a Estratégia Naval 2035 foi concebida e publicada em janeiro de 2019, isto é, antes da invasão em larga escala da Ucrânia pela Federação Russa em fevereiro de 2022. O plano partia da premissa de que a Ucrânia teria um período de relativa estabilidade que lhe permitiria implementar, de forma progressiva, os objetivos estabelecidos, nomeadamente a meta de 2025. Essa premissa não se verificou, pois, a prioridade passou a ser a sobrevivência do Estado e a resistência militar imediata, o que inviabilizou a execução das etapas previstas para a primeira fase. Ainda assim, este documento constitui um ponto de partida fundamental para a edificação da estratégia naval ucraniana, ao fornecer, pela primeira vez, um quadro estruturado de missão, visão e objetivos a longo prazo.

4.1 Limitações estruturais

A execução da estratégia naval ucraniana nos prazos estipulados pela *Strategy of the Naval Forces of the Armed Forces of Ukraine 2035* tem enfrentado dificuldades acrescidas devido às circunstâncias geopolíticas impostas pela anexação da Crimeia em 2014 e pela invasão em larga escala da Federação Russa em 2022. Estes dois momentos alteraram profundamente o equilíbrio estratégico no Mar Negro, impondo um conjunto de limitações estruturais para a Ucrânia, que condicionaram o desenvolvimento da Marinha Ucraniana e forçaram uma adaptação estratégica assente em soluções assimétricas seguindo uma abordagem inovadora e disruptiva.

Como já foi desenvolvido anteriormente, a invasão e ocupação da península da Crimeia, teve resultados muito negativos para a Ucrânia, nomeadamente do ponto de vista geoestratégico e militar. Uma das limitações estruturais mais proeminentes foram a perda da maior parte dos seus ativos navais (70%), do seu pessoal (75%), e de infraestruturas críticas (Naval Forces Command of the Armed Forces of Ukraine, 2019).

A ocupação russa da principal base naval em Sevastopol implicou a perda das principais infraestruturas de apoio como estaleiros e arsenais navais, essenciais para a capacidade de reparação naval ucraniana e para a manutenção da sua frota (Eckstein, 2021). O resultado foi a redução da frota ucraniana a uma força residual, composta sobretudo por pequenas embarcações e patrulhas, incapazes de competir simetricamente com a Frota Russa do Mar Negro.

A perda de Sevastopol significou também a transferência de todo o ecossistema logístico e técnico que sustentava a Marinha Ucraniana. Parte das empresas de construção naval ucranianas situadas na Crimeia foram inclusivamente expropriadas pela Rússia e integradas na sua base militar-industrial (Kabanenko, 2022).

Sem esta infraestrutura, a Ucrânia ficou dependente de portos comerciais como Odesa, vulneráveis a ataques aéreos e de mísseis por parte da Rússia, nomeadamente pelos sistemas *Bastion-P*, como referido anteriormente. A centralização em Odesa criou um risco estrutural elevado, pois a neutralização de uma única infraestrutura compromete de imediato a capacidade de operar no mar. Aliás, um dos objetivos russos desde o início da invasão consiste na concretização de um desembarque anfíbio em Odesa, com o objetivo de controlar esse porto, vital para a Ucrânia (Ryzhenko, 2022). À data da redação desta dissertação, tal objetivo não se veio a concretizar.

A ocupação da península não apenas privou a Ucrânia dos seus principais meios e infraestruturas, como permitiu à Rússia transformar a Crimeia no seu “bastião” estratégico do Mar Negro, conferindo-lhe vantagem geoestratégica na região. A partir de 2016, Moscovo consolidou uma zona de A2/AD que combina defesas costeiras *Bastion-P*, sistemas antiaéreos *S-400 Triumph*, bem como uma rede de radares de longo alcance para vigilância e aquisição de alvos. A combinação desses meios permite à Rússia controlar o espaço aéreo e marítimo num raio de centenas de quilómetros a partir da Crimeia. Além disso, a Frota do Mar Negro recebeu um reforço significativo com a incorporação de seis submarinos diesel-elétricos classe *Kilo*, equipados com mísseis de cruzeiro *Kalibr*, capazes de atingir

alvos terrestres a longa distância (Ryzhenko, 2022).

Segundo Baev (2019) este dispositivo “(...)has granted Russia an effective strategic dominance over the core of the Black Sea theater - the maritime space of the sea itself and its immediate littoral”. Na prática, o “bastião da Crimeia” conferiu a Moscovo a capacidade de bloquear o Estreito de Kerch e controlar o acesso ao Mar de Azov, bem como projetar poder a centenas de quilómetros da sua costa. Um exemplo evidente ocorreu no início da guerra em 2022, quando a Rússia bloqueou os portos ucranianos do Mar Negro e de Azov, estrangulando economicamente a Ucrânia. A Frota russa, baseada em Sevastopol, impediu totalmente as atividades portuárias da Ucrânia, patrulhando o litoral e chegando a disparar mísseis contra navios mercantes que tentavam sair. Um caso emblemático disso foi o afundamento do cargueiro *Helt*, em março de 2022 (Ryzhenko, 2022).

Além do cerco naval, a Rússia empregou a sua superioridade balística para bombardear infraestruturas portuárias vitais, como evidenciado pelo ataque simultâneo de cerca de 50 mísseis contra as cidades portuárias de Odesa e Mykolaiv a 3 de abril de 2022. Esses ataques a portos e terminais (inclusive na região de Mykolaiv e até Zaporizhzhia) ilustram a capacidade russa de sufocar as exportações ucranianas e agravar a pressão económica sobre Kyiv (Ryzhenko, 2022).

A Ucrânia deparou-se também com fragilidades estruturais no domínio industrial, nomeadamente no setor naval, enraizadas na transição pós-soviética e agravadas pelas agressões russas desde 2014. Durante o período soviético, a Ucrânia era um dos principais polos de construção naval da URSS, concentrando em Mykolaiv um complexo de estaleiros de elevada importância estratégica (Kabanenko, 2022). Entre estes destacavam-se o *Black Sea Shipyard*, oficialmente liquidado em 25 de junho de 2021; o *Mykolaiv Shipyard*, que declarou falência em 2020; o *Okean Shipyard*, ainda ativo; o *NIBULON Shipbuilding and Shiprepair Yard*, atualmente um dos mais dinâmicos e modernos; e o centro de investigação e produção de turbinas a gás, o *Zorya-Mashproekt*, cuja atividade foi gravemente afetada por ataques russos.

Inevitavelmente, a guerra dificultou a sobrevivência dos estaleiros ucranianos, já fragilizados por décadas de desinvestimento. A perda de mercados, sobretudo o russo, após 2014, aliada ao bloqueio naval e às dificuldades logísticas no Mar Negro, reduziu drasticamente as encomendas e inviabilizou projetos de grande escala. Estaleiros históricos como o *Black Sea Shipyard* e o *Mykolaiv Shipyard*, que outrora simbolizaram a capacidade soviética de construir navios de grande porte como cruzadores, acabaram por encerrar atividade ou entrar em falência no período pós-2014, refletindo a incapacidade de adaptação a um contexto de guerra e de retração económica.

O impacto direto da agressão russa revelou-se ainda mais devastador no caso do *Zorya-Mashproekt*, alvo de ataques de artilharia de longo alcance a 13 março de 2022. O ataque causou grandes incêndios e danos significativos, comprometendo seriamente a capacidade de produção de turbinas no curto prazo, representando um duro golpe para a economia ucraniana (Cook et al., 2022). A fábrica não era apenas estratégica para a autonomia naval da Ucrânia, mas também uma importante fonte de exportações de alto valor acrescentado, tendo fornecido turbinas a gás para Marinhas como a indiana, chinesa e a russa (Cook et al., 2022). A interrupção desta atividade traduziu-se, assim, numa perda significativa de receitas externas, numa maior dependência de importações e numa retração ainda mais acentuada do setor da construção naval.

Este declínio não pode ser dissociado da trajetória mais ampla da indústria ucraniana. Entre 1991 e 2013, a participação da indústria no PIB caiu de cerca de 50% para 27%, refletindo a erosão estrutural do setor e a incapacidade de modernizar o legado soviético (Saha & Kravchuk, 2015). A guerra apenas acelerou esse processo, reduzindo ainda mais o espaço para a recuperação do setor naval.

Devido a este quadro, a Ucrânia encontra-se numa posição complicada para manter um programa autónomo de construção de navios de combate, vendo-se forçada a depender de cooperação externa de países parceiros e de soluções assimétricas para suprir as suas carências estruturais.

Outro constrangimento tecnológico importante recai sobre o domínio de C4ISR (*Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*). A Ucrânia não dispõe de uma constelação própria de satélites de reconhecimento, nem de sistemas avançados de monitorização marítima totalmente nacionais. Em vez disso, tem-se apoiado nos aliados ocidentais e em provedores comerciais para obter imagens de satélite e dados de vigilância do teatro de operações. Essa dependência externa reduz a autonomia operacional e estratégica ucraniana, já que qualquer flutuação no nível de apoio internacional (por exemplo, restrições na partilha de informações) pode “cegar” as forças ucranianas em momentos críticos. De facto, analistas observaram que quando, em 2025, ocorreu uma breve suspensão no fluxo de imagens em tempo real dos satélites dos EUA/NATO, os militares ucranianos reportaram dificuldades acrescidas em detetar e reagir a ataques aéreos russos, evidenciando o quão essencial se tornou o acesso aos “*eyes in the sky*” fornecidos pelos parceiros internacionais (Frackiewicz, 2025).

Reconhecendo as suas limitações internas, a Ucrânia procurou fortalecer a sua Marinha através de parcerias internacionais. Contudo, essa cooperação nem sempre atingiu a escala ou a rapidez desejadas, revelando apoios por vezes hesitantes e irregulares por parte de nações amigas. Apesar de a Ucrânia, desde 2014, ter intensificado a aproximação com a NATO (participando em exercícios como o *Sea Breeze* e obtendo o *status* de parceiro avançado), várias barreiras políticas prejudicaram um apoio mais robusto. Muitos países europeus demonstraram receio de “provocar” Moscovo, ou tinham dúvidas quanto à transparência e capacidade da Ucrânia em gerir equipamentos militares ocidentais. Um exemplo ilustrativo ocorreu em 2021, quando a Alemanha se recusou abertamente a fornecer armas letais a Kyiv, chegando inclusive a vetar a transferência de certos armamentos de origem alemã que outros aliados pretendiam entregar aos ucranianos (Czolić, 2022).

Em contrapartida, alguns acordos bilaterais específicos conseguiram avançar a modernização naval da Ucrânia. A Turquia e a Ucrânia aprofundaram a sua cooperação militar, culminando na assinatura de um projeto conjunto para

construção de corvetas da classe *Ada* (do programa turco *MILGEM*). No final de 2020, a Ucrânia encomendou duas corvetas desta classe a serem co-produzidas – parte do casco construído na Turquia (pelo estaleiro *STM*, estatal turca de tecnologia de defesa) e o restante acabadas em estaleiro ucraniano (Eckstein, 2021).

Outro parceiro crucial foi o Reino Unido, que desde 2020 lançou um ambicioso programa de apoio à Marinha Ucraniana. Em junho de 2021, Londres firmou um Memorando de Implementação com Kyiv (a bordo do HMS *Defender*, atracado em Odesa na época) para viabilizar o *Ukrainian Naval Capabilities Enhancement Programme*. Entre as iniciativas acordadas destacam-se: a construção conjunta de oito navios de ataque rápidos armados com mísseis e a aquisição de dois navios caça-minas da classe *Sandown* (recondicionados) para a Ucrânia. O pacote britânico incluiu ainda o apoio na construção de novas bases navais (uma no Mar Negro e outra no Mar de Azov) e integração de mísseis em lanchas existentes, com financiamento facilitado pela agência UKEF (*UK Export Finance*) (UK Ministry of Defence & Quin, 2021).

Finalmente, importa considerar os constrangimentos geográficos próprios do teatro de operações. Como já referido anteriormente, o Mar Negro constitui um corpo aquático semi-fechado, cujos acessos são regulados pela Convenção de Montreux de 1936, a qual impõe restrições significativas ao trânsito de navios de guerra de Estados não-ribeirinhos, sobretudo em termos de tonelagem e permanência temporal. Tal regime limita o potencial de apoio naval direto por parte de aliados externos da Ucrânia, restringindo, em caso de conflito, a projeção de forças marítimas por potências como os Estados Unidos ou o Reino Unido. Paralelamente, a Federação Russa, enquanto potência litoral com controlo efetivo sobre a Crimeia, goza de uma vantagem estrutural, podendo projetar poder a partir de múltiplas bases no Mar Negro, como Sevastopol e Novorossiysk, e ainda a partir de instalações extrarregionais, como a base de Tartus, na Síria (Gorenburg, 2019; Öztürk, 2020).

A Ucrânia, pelo contrário, está confinada a uma faixa costeira relativamente estreita e vulnerável, com portos de fácil interdição e sem profundidade estratégica

suficiente para dispersar e proteger a sua infraestrutura naval. Estas limitações, de natureza geoestratégica, condicionam severamente a sua capacidade de defesa costeira e capacidade de manobra na região reforçando a assimetria estrutural face ao seu adversário.

Diante de todas as limitações estruturais referidas, a Ucrânia não teve alternativa senão adotar soluções assimétricas e inovadoras para enfrentar a superioridade naval russa. Conforme será detalhado no subcapítulo seguinte, a estratégia ucraniana no Mar Negro passou a focar-se em táticas disruptivas de baixo custo, tendo vindo a demonstrar resultados alcançados muito positivos. As respostas ucranianas a todas estas limitações irá ser desenvolvida no subcapítulo seguinte.

4.2 Respostas estratégicas e capacidades emergentes

Perante este quadro de profundas limitações estruturais, a Ucrânia foi forçada a adotar um processo de adaptação estratégica, desenvolvendo respostas inovadoras que lhe permitissem compensar a desvantagem face à Frota do Mar Negro da Federação Russa. Sem capacidade, no curto prazo, para reconstruir uma Marinha convencional que rivalizasse em número e capacidades com a Marinha Russa, Kyiv orientou-se para a criação de capacidades disruptivas, capazes de explorar as vulnerabilidades específicas do adversário e que, na prática, se têm traduzido em resultados operacionais significativos (Defense Express, 2025; Freebairn, 2023). O presidente do *think tank* “*Ukrainian Security and Cooperation Center*” e antigo conselheiro do Ministério da Defesa da Ucrânia, Serhii Kuzan, explicou que, ainda antes da invasão em grande escala, a Ucrânia sabia que não podia igualar a Rússia em termos de força naval convencional, tendo por isso adotado uma estratégia assimétrica (Kirichenko, 2025).

Esta opção implicou uma redefinição do modo de conceber a guerra naval, transferindo o foco de plataformas tradicionais para meios assimétricos de menor custo, como minas, veículos aéreos não-tripulados e veículos de superfície não-

tripulados, complementados pelo emprego de mísseis anti-navio (Defense Express, 2025). Como sintetiza Win (2025, p. 12), “Ukraine’s development of explosive aerial drones (“Wings”) and maritime drones (“Waves”) represents a revolutionary adaptation, reshaping the war’s dynamics and offering a model for asymmetric warfare.”.

Neste contexto, a Ucrânia orientou-se para a estratégia de *sea denial* e para o conceito de A2/AD, em oposição ao tradicional *sea control*. Enquanto o *sea control* procura afirmar o domínio numa área marítima específica, permitindo a utilização do mar para as suas forças e tráfego comercial, sem qualquer entrave, o *sea denial* centra-se em impedir que um adversário utilize o espaço marítimo, sem que tenha necessariamente controlo sobre esse espaço (Crawford, 2024).

Um dos pilares da estratégia ucraniana foi o desenvolvimento do míssil anti-navio *R-360 Neptune*. O projeto *Neptune* é um esforço ucraniano de longa data, que teve início em 2010, e acelerou significativamente após a tentativa anexação da Crimeia em 2014 e o início da agressão armada, tendo entrado oficialmente ao serviço das Forças Armadas ucranianas em 2020 (Kabachynskyi, 2025). O *R-360 Neptune* é um míssil de cruzeiro anti-navio (ASCM) subsónico, desenvolvido pela *Luch Design Bureau* em Kyiv, baseado no míssil soviético KH-35¹²³ e é geralmente equivalente ao míssil *Harpoon*. É utilizado juntamente com o sistema *RK-360MC*¹²⁴, com o propósito de proteger a costa ucraniana, reconhecendo e destruindo navios inimigos (Kunyzkyj, 2025; Sutton, 2024). A sua primeira utilização em combate é reportada em abril de 2022 contra a fragata russa *Admiral Essen* e dias mais tarde, naquele que foi um dos mais notáveis feitos de todo o conflito, contra o cruzador *Moskva*, avaliado em 750 milhões de dólares, que resultou no seu afundamento (Kabachynskyi, 2025; Kunyzkyj, 2025; Zablocky, 2023).

Segundo Kabachynskyi (2025), naquela altura, o *Neptune* tinha as seguintes

¹²³ Designação NATO, “SS-N-25 *Switchblade*” (Gleason, 2017).

¹²⁴ *RK-360MC* é a designação do sistema de mísseis anti-navio baseado em terra completo, enquanto *R-360* é apenas a designação do míssil (Military Periscope, 2025).

especificações:

- Alcance: aproximadamente 280 quilômetros (174 milhas);
- Velocidade: aproximadamente 900 km/h;
- Ogiva: 150 kg;
- Peso total: 870 kg.



Figura 18 - Míssil ucraniano *R-360 Neptune*

Fonte: retirado de Kabachynskyi (2025) (Acedido a 23 de agosto de 2025)

Após o sucesso inicial do *Neptune*, a Ucrânia reconheceu a necessidade de desenvolver uma versão de maior alcance, especialmente porque, na altura, Kyiv ainda não dispunha de mísseis de longo alcance fornecidos pelos parceiros ocidentais. Assim surgiu uma primeira versão aprimorada, o *Neptune-MD* também conhecido como *Long Neptune*, com alcance estendido para cerca de 400 km, uma ogiva aumentada para 350 kg e um novo sistema de navegação que permitia trajetórias mais complexas e a capacidade de atingir alvos em terra. Para além de possuir um maior alcance, foi também adicionada a capacidade de atingir alvos em terra. Essa versão foi utilizada em setembro de 2023 para destruir sistemas antiaéreos russos *S-400* na base aérea de Saky, na Crimeia (Kabachynskyi, 2025; Kunyzkyj, 2025; Melkozerova, 2025).

Mais recentemente, em 15 de março de 2025, o Presidente Volodymyr Zelenskyy confirmou que o míssil *Neptune* de produção doméstica pode agora atingir alvos a uma distância de 1.000 km, com um "ataque preciso". Este novo alcance significa que a capital russa, Moscou, está agora ao seu alcance.

(Kabachynskyi, 2025; Steward, 2025). Em comparação com os mísseis de longo alcance ocidentais, dos quais dois deles foram fornecidos à Ucrânia (Storm Shadow, MGM-140 ATACMS), esta nova versão do *Long Neptune* tem um alcance bastante superior¹²⁵, como ilustrado na figura 19.

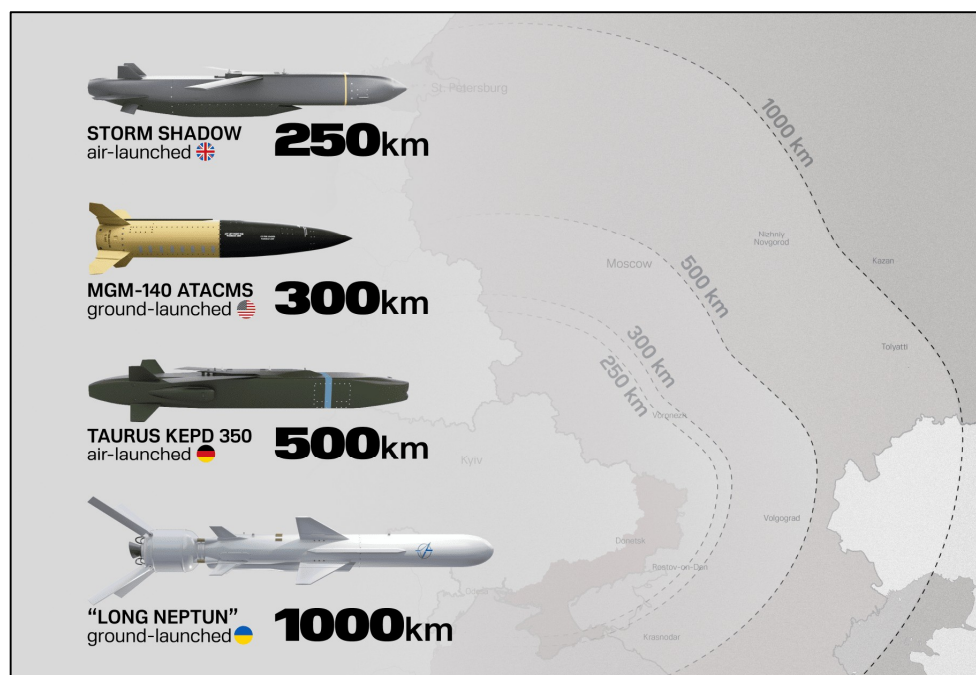


Figura 19 - Alcance do míssil "Long Neptune" comparativamente aos mísseis ocidentais

Fonte: Retirado de Kabachynskyi (2025) (Acedido em 23 de agosto de 2025)

O desenvolvimento da versão aprimorada do *Long Neptune* foi motivado por dois fatores principais: dissuasão e resposta e redução da dependência de ajuda externa. A Ucrânia precisava de uma arma capaz de responder simetricamente aos ataques de mísseis russos, visando aeródromos militares, depósitos de munições, concentrações de tropas, centros logísticos e outros locais militares chave em território russo, algo impossível com a versão costeira inicial de 280 km. Além disso, possuir um míssil nacional de longo-alcance diminuiria a dependência ucraniana de

¹²⁵ A Ucrânia encontra-se neste momento a testar outro míssil de longo alcance de fabrico nacional conhecido como *FP-5 Flamingo*. O presidente ucraniano afirmou que este míssil tem a capacidade de atingir alvos a 3.000 km de distância, o triplo do alcance do *Long Neptune*. De acordo com o próprio, o míssil completou com sucesso o processo de testes e ensaios e a sua produção em massa poderá começar em fevereiro de 2026 (Murray, 2025; Sutton, 2025d).

mísseis ocidentais deste tipo, como o *Storm Shadow* ou o *ATACMS*, uma vez que eram entregues em número limitado e muitas vezes acompanhados de restrições quanto ao seu emprego em território russo. Desta forma Kyiv poderia dispor de maior autonomia operacional no que toca à seleção de alvos russos (Kabachynskyi, 2025).

A introdução do míssil anti-navio *R-360 Neptune* e da sua versão aprimorada de longo alcance, *Long Neptune*, alterou significativamente o equilíbrio estratégico do conflito. No primeiro caso, em relação à capacidade ucraniana de atingir os meios navais russos e condicionar a sua liberdade de movimentos nas águas do Mar Negro, melhorando a capacidade de A2/AD ucraniana e forçando a Rússia a deslocar os seus meios para portos mais afastados, como o de Novorossiysk por exemplo, e no segundo caso, pela capacidade de efetuar ataques de longo alcance, chegando a atingir o próprio território russo e as suas infraestruturas críticas.

Outro elemento central da adaptação estratégica ucraniana foi o desenvolvimento e emprego pioneiro de veículos de superfície não-tripulados (USVs), popularmente designados por drones navais. A escala e a forma como a Ucrânia utiliza estes sistemas nas suas operações de combate, inaugurou uma nova dimensão na guerra naval contemporânea de acordo com investigadores da *RAND* (Habib & Shamrir Al Af, 2025, p. 35). Tal como no caso dos mísseis, os USVs surgiram como resposta à impossibilidade de reconstruir, a curto prazo, uma Marinha convencional. Pequenas embarcações não tripuladas, controladas remotamente e carregadas com explosivos, tornaram-se uma solução de baixo custo e elevada eficácia para compensar a desvantagem estrutural face à Frota do Mar Negro.

A primeira operação de grande escala ocorreu em 29 de outubro de 2022, quando um ataque coordenado de sete a nove USVs e inúmeros UAVs atingiu o porto de Sebastopol, danificando a fragata *Admiral Makarov* e o draga-minas *Ivan Golubets*. Esta foi a primeira operação deste tipo na história (Annati, 2023; Popa & Learschi, 2025, p. 21; Sutton, 2025a). Segundo Bursuc et al. (2014, p. 203), “The first-ever naval combat operation using the coordinated deployment of airborne and marine drones to engage a stationary enemy naval fleet was successfully completed”. Desde então, multiplicaram-se os ataques a navios russos, resultando no afundamento e

danificação de parte considerável da Frota Russa. Em abril de 2025, os USVs ucranianos tinham já afundado ou danificado entre 25 a 27 navios russos, cerca de 30% da força naval russa inicial (pré-2022) segundo estimativas da *Oryx* e do *Center for Strategic and International Studies (CSIS)* de outubro de 2024 (Win, 2025, p. 46). A Ucrânia desenvolveu uma grande variedade de drones navais, contando com diversos modelos. A figura 20 ilustra os drones navais que a Ucrânia possui ao seu dispor.



Figura 20 - Drones navais ao serviço da Ucrânia

Fonte: Retirado de Sutton (2025a) (Acedido a 23 de Agosto de 2025)

No entanto, nesta dissertação serão apenas analisados os USVs que efetivamente foram utilizados em combate no teatro de operações do Mar Negro, não obstante a existência de outros modelos¹²⁶ em fase de protótipo e desenvolvimento ou com funções secundárias, que não serão aqui abordados.

¹²⁶ Toloka TLK-150, Marichka, Sea wolf, Stalker 5.0, Katran X1 e X2, etc...

Relativamente aos USV's empregues em operações de ataque, destacam-se as seguintes classes: classe *MAGURA*, *Sea Baby* e *Mamai*.

A classe *MAGURA* (Maritime Autonomous Guard Unmanned Robotic Apparatus) é um projeto colaborativo entre a Direção Principal de Informações do Ministério da Defesa da Ucrânia (HUR) e a empresa estatal *SpetsTechnoExport* e são operados pelo “*Group 13*”, unidade especial da HUR especializada no emprego de USVs (Miller, 2024). A série *MAGURA* conheceu várias versões, fruto de melhorias sucessivas e aperfeiçoamentos técnicos realizados neste USV: *MAGURA V1*, *V2*, *V3*, *V4*, *V5*, *W6* e *V7* (Sutton, 2025c).

O desenvolvimento do protótipo inicial começou em maio de 2022, um mês após o afundamento do cruzador *Moskva* (Sutton, 2025b). As versões *V1* e *V2* foram protótipos experimentais, não utilizados em combate, mas serviram de base para os aperfeiçoamentos subsequentes. A primeira versão a ser empregue operacionalmente foi o *MAGURA V3*¹²⁷, no ataque realizado a Sevastopol a 29 de outubro de 2022. O *MAGURA V4*, por sua vez, correspondeu a uma versão de transição, introduzindo melhorias de estrutura e de propulsão, mas sem registo utilização em ataques (Sutton, 2025b).

A versão mais conhecida é o *MAGURA V5*¹²⁸, que protagonizou diversos ataques bem sucedidos à frota russa, sendo responsável pela destruição de navios como o patrulha *Sergey Kotov*, a corveta *Ivanovets* e o navio de desembarque *Ceasar*

¹²⁷ Foi o primeiro modelo *USV* a ser divulgado, contando com as seguintes especificações: comprimento de 5.5 m; peso total até 1.000 kg; alcance até 800 km (aproximadamente 430 milhas náuticas); autonomia até 60 horas; carga de combate até 200 kg; velocidade máxima de 43 nós (80 km/h); métodos de navegação de *Global Navigation Satellite System* automático, inercial e visual; transmissão de vídeo até 3 fluxos de vídeo HD; e encriptação de 256 bits (*Main Ukrainian military products and services: Brief catalogue*, sem data; *The Naval Fleet of Drones*, s.d.; Sutton, 2025c; Troshkin, 2024).

¹²⁸ Especificações do *MAGURA V5*: comprimento de 5.5 m; boca de 1.5 m; altura acima da linha de água de 0.5 m; velocidade máxima de 42 nós; velocidade de cruzeiro de 22 nós; alcance de 833 km (aproximadamente 450 milhas náuticas); Carga de combate de 320 kg; comunicações através de “*mesh radio*” com um repetidor aéreo ou comunicação por satélite (Sutton, 2025c).

Kunikov, entre outros (Fornusek, 2025).

MAGURA V5

UNMANNED SURFACE VESSEL

The Maritime Autonomous Guard Unmanned Robotic Apparatus (MAGURA) V-type is next-generation multi-role unmanned surface vessel (USV) developed in Ukraine

The MAGURA V5 can perform multiple operations, such as surveillance, reconnaissance, patrol, search-and-rescue, mine warfare, naval fleet security, combat missions

The MAGURA V5 developed using advanced design techniques. The hydrodynamic hull and sleek profile of the V5 allow it to travel covertly with superior maneuverability

It is an affordable solution that is easy to launch from any remote location. The unmanned operation of the V5 minimizes manpower requirements for missions, reducing potential fatalities when operating in harsh conditions



 LENGTH 5500 mm	 DRAFT 400 mm	 RANGE 450 nm
 WIDTH 1500 m	 CRUISE SPEED 22 kn	 LOAD CAPACITY 320 kg
 HEIGHT ABOVE WATERLINE 500 mm	 BURST SPEED 42 kn	 CONNECTIVITY mesh radio with air-based repeater or SatCom

Figura 21 - USV MAGURA V5 e respetivas especificações técnicas

Fonte: Retirado de Main Ukrainian military products and services: *Brief catalogue*, (s.d.) (Acedido a 23 de agosto de 2025)

O modelo Magura W6 destacou-se um sistema de defesa aérea improvisado conhecido como "*Sea Dragon*", composto por dois mísseis *Vympel R-73*¹²⁹ (Sutton, 2025c).

Já a versão mais recente, *MAGURA V7*, aparenta estar a substituir progressivamente o *MAGURA V5*. Esta versão, para além de ser maior (7.5 m), tem o casco reforçado, sistemas de comunicação melhorados e tem a capacidade de transportar dois mísseis ar-ar *AIM-9L Sidewinder*¹³⁰, numa configuração

¹²⁹ Míssil ar-ar de curto alcance, guiado por infravermelhos de origem soviética. Designação NATO, *AA-11 ARCHER*. («R-73 Missile | Vympel R-73 / AA-11 Archer Missile», s.d.)

¹³⁰ Míssil ar-ar de curto alcance, guiado por infravermelhos de origem norte-americana (Air & Space Forces Magazine, s.d.).

"*FrankenSAM*"¹³¹ (Sutton, 2025a, 2025c; Zoria, 2025). No dia 2 de maio de 2025, este modelo destruiu um caça Su-30, com recurso aos mísseis *Sidewinder* e, dias depois, repetiu o feito contra outra aeronave idêntica (Cenciotti, 2025; Zoria, 2025).

A classe *Sea Baby* foi desenvolvida pela SBU em colaboração com a Marinha e a indústria privada. O *Sea Baby* surgiu em meados de 2022 e é operado pela 385.^a Brigada Separada (Miller, 2024). Relativamente às suas especificações, apresenta um comprimento de 6 m, boca de 2 m, altura de 0.6 m acima da linha de água, velocidade máxima de 90 km/h, alcance superior a 1.000 km (aproximadamente 540 milhas náuticas), carga de combate de 850 kg, dois motores de combustão interna de 200 cv cada um, dois jatos de água e comunicações via satélite (Sutton, 2025c; *This Is Battleship. Your Donation Is Your Play*, s.d.; Troshkin, 2024, p. 47). O seu design discreto, com assinatura radar reduzida e múltiplos sistemas de comunicação redundantes (incluindo recurso a Starlink), tornou-o numa plataforma robusta mesmo em ambientes de forte guerra eletrónica.

¹³¹ Designação atribuída aos sistemas de defesa antiaérea híbridos improvisados pela Ucrânia que combinam plataformas de lançamento soviéticas com mísseis e componentes ocidentais (Brown, 2024).

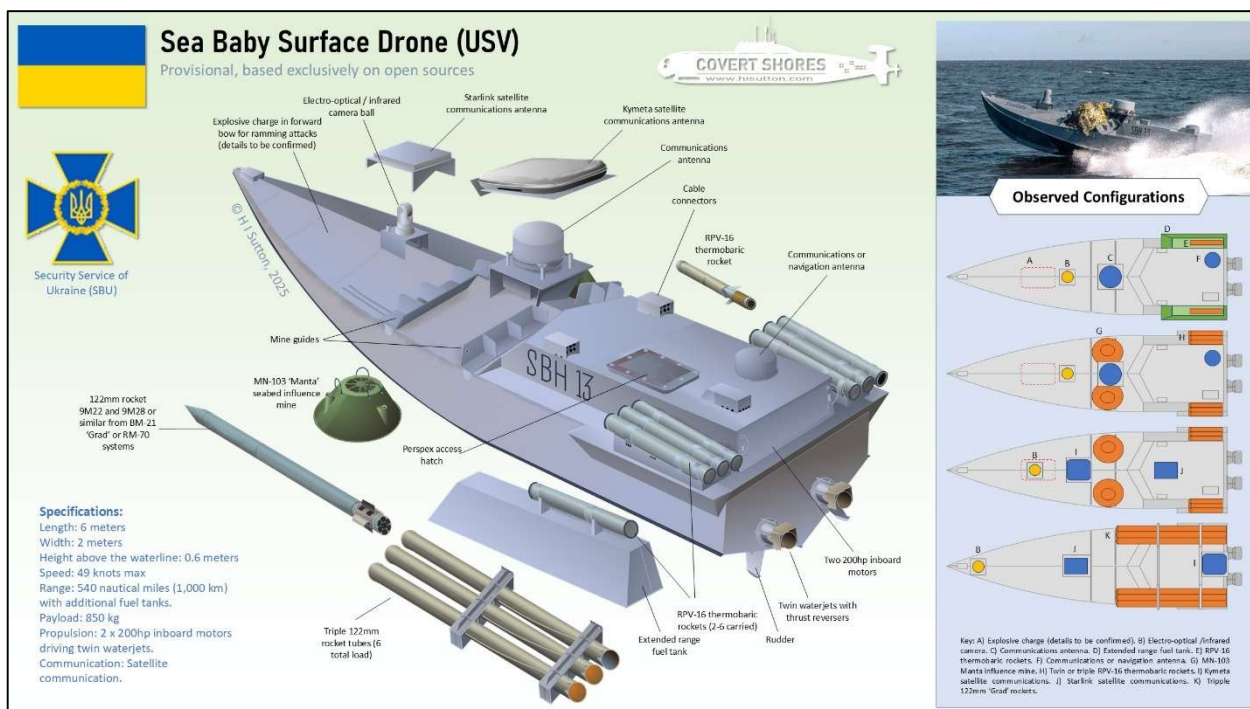


Figura 22 - USV da classe *Sea Baby* e respectivas especificações e configurações observadas

Fonte: Retirado de Sutton (2025c) (Acedido a 23 de agosto de 2025)

O *Sea Baby* foi empregue em algumas das operações mais emblemáticas da guerra naval ucraniana. Em 17 de julho de 2023, dois drones desta classe atingiram a Ponte de Kerch, danificando um pilar e um vão dessa infraestrutura estratégica que liga a Crimeia ao território da Federação Russa. Nos meses seguintes, o *SBU* utilizou o *Sea Baby* para atacar diversos navios russos, incluindo a corveta *Samum* (setembro de 2023), o patrulha *Pavel Derzhavin* (outubro de 2023), entre outros (Troshkin, 2024, p. 47).

Inicialmente concebido para funções *kamikaze*, o *Sea Baby* evoluiu para uma plataforma multipropósito. Foram produzidas versões deste USV capazes de transportar foguetes termobáricos *RPV-16* em lançadores de dois, quatro ou seis tubos, com um alcance de cerca de 1.000 metros, que podiam ser usados para atacar diretamente um alvo, saturar defesas de superfície ou distrair sistemas de defesa inimigos durante um ataque. Alguns modelos foram ainda modificados para lançar seis foguetes de 122 mm (Sutton, 2025c).

No início de março de 2024, foi divulgada a versão *Sea Baby II*, conhecida

como “*Avdiivka*” que incorpora diversas melhorias: substituição dos dois motores originais por um único motor de 400 cv; ogiva de 400 kg (havendo relatos de cargas ainda maiores); alcance de cerca de 500 milhas náuticas; velocidade máxima de 48 nós; casco reforçado para operar em ondas de até 1.5 m; calado de cerca de 1 m e altura acima da linha de água também de 1 m. Além disso, as comunicações são realizadas através de uma antena direcional *Starlink* e uma ligação por satélite *Kymeta*, confirmando a aposta em múltiplos sistemas de comunicação redundantes (Sutton, 2025c). Esta versão foi utilizada em missões de maior alcance contra infraestruturas costeiras na Crimeia, reforçando a capacidade ofensiva do SBU em profundidade no Mar Negro.

A classe *Mamai* é também operada pela SBU e destacou-se pelos ataques ao navio de desembarque *Olenegorskiy Gorniyak* e ao petroleiro Sig. Trata-se de um modelo de dimensões superiores aos *MAGURA* e aos *Sea Baby*, embora continue a ser considerado relativamente compacto. O aumento do volume permite-lhe transportar uma maior quantidade de combustível, garantindo assim um raio de ação alargado. Está equipado com um casco raso, que lhe confere velocidades máximas na ordem dos 60 nós (cerca de 110 km/h), e transporta uma carga explosiva de aproximadamente 450 kg. Apresentado em setembro de 2022, o *Mamai* integra uma ou, em alguns casos, duas antenas de comunicação via satélite, bem como uma câmara eletro-ótica para guiamento. A ogiva é ativada por três sensores de impacto instalados na proa, cuja fiabilidade já foi demonstrada em combate (Sutton, 2025c; Troshkin, 2024, p. 46).



Figura 23 - USV da classe *Mamai*

Fonte: Retirado de Sutton (2025c) (Acedido a 23 de agosto de 2025)

Em suma, os USV ucranianos não só demonstraram um nível elevado de sofisticação tecnológica e operacional, como também se afirmaram como instrumentos centrais de uma estratégia de guerra assimétrica no domínio marítimo (Habib & Shamrir Al Af, 2025, p. 30). O seu emprego em ataques coordenados, muitas vezes em conjugação com UAV, nomeadamente os Bayraktar TB2, permitiu maximizar o potencial de ameaça à Frota do Mar Negro, fornecendo reconhecimento em tempo real, distraíndo defesas inimigas e aumentando a eficácia das operações (Habib & Shamrir Al Af, 2025, p. 31). Este modelo permitiu à Ucrânia maximizar o potencial de ameaça à Frota do Mar Negro, ao mesmo tempo que reduziu significativamente o risco humano e material, alcançando resultados estratégicos a custos relativamente baixos (Habib & Shamrir Al Af, 2025, p. 36).

Como vimos, a capacidade de negar ao adversário o acesso a áreas marítimas vitais constituiu uma forma eficaz de *sea denial*, que forçou a Rússia a reposicionar grande parte da sua frota para Novorossiysk e a adotar uma postura defensiva (Habib & Shamrir Al Af, 2025, p. 36). Este paradigma confirma que a inovação tecnológica, combinada com táticas de saturação e ataques assimétricos, pode produzir efeitos comparáveis ou até superiores, aos de uma Marinha convencional, tornando-se assim uma referência valiosa para Estados de menor dimensão que enfrentem adversários mais poderosos (Habib & Shamrir Al Af, 2025, pp. 31, 38).

Para além dos drones navais, a Ucrânia recorreu extensivamente às minas

navais como instrumento fundamental da sua defesa costeira. Desde o início da invasão em larga escala, em 2022, foram colocadas minas em áreas críticas como Odesa e Mykolaiv, com o objetivo de prevenir um eventual desembarque anfíbio russo e impor riscos acrescidos à liberdade de manobra da Frota do Mar Negro (Boşneagu, 2024, pp. 305-306). Foram utilizadas minas de contacto soviéticas (KB-1 e KB-2, com cargas de até 250 kg de TNT), minas ancoradas de influência magnética e acústica (MYaM, YAM), e até engenhos improvisados a partir de embarcações civis adaptadas (BOŞNEAGU, 2024, pp. 306-307). O resultado foi um ambiente marítimo altamente perigoso, que dificultou operações russas próximas da costa e complementou a lógica ucraniana de A2/AD. Contudo, a utilização intensiva destes engenhos produziu também efeitos colaterais significativos, já que correntes marítimas arrastaram minas para águas da Roménia, Bulgária e Turquia. Entre 2022 e 2024, mais de uma centena de minas foram neutralizadas por Marinhas da NATO no Mar Negro ocidental, incluindo na aproximação ao Bósforo (Boşneagu, 2024, pp. 308-310). Apesar destes riscos, as minas mantiveram-se um pilar essencial da estratégia ucraniana de *sea denial*, impondo custos elevados ao adversário com investimentos relativamente reduzidos.

A par das soluções internas, a Ucrânia beneficiou de forma decisiva do contributo ocidental, que reforçou a sua capacidade de *sea denial* e ampliou o alcance ofensivo. Em maio-junho de 2022, os EUA e a Dinamarca forneceram mísseis anti-navio *Harpoon*, adaptados a lançadores costeiros improvisados, que tiveram um efeito imediato de dissuasão ao colocar em risco unidades de superfície russas no noroeste do Mar Negro (Popa & Learschi, 2025, p. 38). Posteriormente, a entrega dos mísseis de cruzeiro *Storm Shadow/SCALP-EG* (Reino Unido e França) em maio de 2023 e dos *MGM-140 ATACMS* (EUA) em outubro de 2023, ampliou de forma significativa a capacidade ofensiva ucraniana. Estes sistemas foram utilizados em ataques contra navios e infraestruturas logísticas na Crimeia e em Sevastopol, enfraquecendo de modo sensível a capacidade russa de sustentação no teatro de operações (Popa & Learschi, 2025, pp. 38-39). Os *Storm Shadow/SCALP-EG* foram entregues à Ucrânia em maio de 2023 e protagonizaram o ataque ao submarino

Rostov-on-Don e ao navio de desembarque *Minsk* em setembro de 2023 e à corveta *Askold* em novembro do mesmo ano. Já os *MGM-140 ATACMS* foram fornecidos em outubro de 2023 e foram utilizados na destruição da corveta *Tiklon* a 19 de maio de 2024 através de dois mísseis *ATACMS*. Apesar destes sistemas serem destinados a atingir alvos terrestres, os ucranianos adaptaram-nos para atingir alvos navais, provando que este tipo de mísseis¹³² podem ser também letais para navios estacionários (que estejam atracados) (Popa & Learschi, 2025, pp. 38-39).

O seu valor acrescentado residiu não apenas no poder destrutivo, mas também na diversificação e redundância que proporcionaram à arquitetura ucraniana de A2/AD, combinando mísseis nacionais (*Neptune/Long Neptune*) com armamento fornecidos pelo Ocidente.

4.3 Oportunidades estratégicas

O conflito Russo-Ucraniano teve um impacto profundamente transformador na estratégia naval ucraniana, convertendo os constrangimentos impostos pela guerra e as suas limitações estruturais em oportunidades estratégicas, que poderão ser plenamente exploradas num futuro cenário de paz.

Desde a invasão em larga escala da Rússia, em fevereiro de 2022, a indústria de defesa ucraniana tornou-se um dos três setores¹³³ que mais atenção e investimento têm atraído, tanto de investidores domésticos como estrangeiros, registando um crescimento sem precedentes de seis vezes. Este dinamismo reflete-se sobretudo no setor dos drones, onde a prioridade recai na adaptabilidade e acessibilidade em vez de soluções demasiado sofisticadas e dispendiosas. O modelo seguido assenta em parcerias público-privadas com *start-ups* nacionais, que se revelaram muito mais ágeis do que sistemas centralizados tradicionais, permitindo

¹³² Míssil de cruzeiro ar-terra no caso *Storm Shadow / SCALP-EG* e míssil balístico tático no caso do *MGM-140 ATACMS*.

¹³³ Os outros dois são o setor da construção e o energético.

acelerar tanto o desenvolvimento como a implantação de novas tecnologias. Para fomentar esta dinâmica, o governo ucraniano tem promovido incentivos fiscais e a simplificação de processos burocráticos, criando um modelo que tem sido observado com interesse por parceiros europeus. Paralelamente, o reforço do financiamento europeu para a defesa, impulsionado pelo esforço de rearmamento da Europa, cria uma oportunidade para as *start-ups* ucranianas atraírem ainda mais investimento e expandirem tecnologias já testadas em combate (Bender, 2025)

Atualmente, a Ucrânia já produz cerca de 40% do seu equipamento militar e continua a inovar rapidamente, o que lhe permite não só resistir à Federação Russa como também contribuir para o esforço de rearmamento europeu (Bender, 2025). Está em curso um processo de seleção e consolidação dos 20 a 30 sistemas de drones mais eficazes e adaptáveis, com vista à produção em escala e à exportação para países aliados. Neste contexto, foi anunciado o início da produção externa e da exportação de tecnologias nacionais para parceiros europeus e da NATO (Matlack et al., 2025). Além disso, a colaboração com empresas estrangeiras na produção de armamento diversificado, incluindo produtos digitalizados em conformidade com os padrões da NATO, constitui um passo relevante para o fortalecimento das capacidades militares e da segurança digital da parceria com os países da Europa Central e Oriental (Zamiatin & Yurchyshyn, 2024).

No plano político-estratégico, a guerra alterou profundamente a percepção da sociedade ucraniana, que passou a ver a integração europeia e euro-atlântica como a única via possível de desenvolvimento e segurança, criando expectativas de apoio tanto no esforço de guerra como no processo de recuperação pós-guerra e reconstrução do país. A agressão russa levou igualmente a comunidade euro-atlântica a retomar conversações iniciadas no início dos anos 2000 sobre o reforço do flanco sul da NATO, abrindo uma janela de oportunidade para que a Ucrânia se afirme como ator relevante nesse contexto. Neste quadro, a Roménia ganhou destaque como ator relevante no flanco sul da NATO, enquanto a própria Aliança passou a priorizar a proteção do Mar Negro no seu conceito estratégico, abrindo novas oportunidades para Kyiv. Para a Europa, apoiar a Ucrânia significa reforçar a

sua própria segurança, garantir uma paz duradoura e consolidar uma barreira fiável nas fronteiras orientais da EU (Zamiatin & Yurchyshyn, 2024)

A este esforço junta-se o reforço das relações com a Bulgária e a Roménia, países que, juntamente com a Turquia, assumem um papel central na construção de quadros de segurança e desenvolvimento na região do Mar Negro. O seu envolvimento atrai a atenção da chamada “velha Europa”, sublinhando a importância estratégica desta fronteira sudeste (Zamiatin & Yurchyshyn, 2024). A cooperação mais estreita com aliados europeus e com os Estados Unidos poderá consolidar relações duradouras, e uma eventual intervenção direta da NATO reduziria de forma decisiva os obstáculos à plena integração da Ucrânia no espaço europeu (Frederick et al., 2025).

Outra dimensão fundamental prende-se com a experiência ucraniana no domínio da guerra com drones, que já está a ser incorporada nos exercícios do Exército dos EUA («Look to Ukraine for Drone Warfare Training», 2024). A Secretária do Exército dos EUA, Christine Wormuth, destacou que o Exército Norte-Americano “is aggressively collecting lessons learned from what we’re seeing in Ukraine across the board” e chegou mesmo a reconhecer que os soldados americanos “might have been learning more from them than they were learning from us” durante uma visita à Área de Treino de Grafenwoehr («Look to Ukraine for Drone Warfare Training», 2024). Atualmente, os centros de treino norte-americanos já simulam cenários inspirados na experiência ucraniana, recorrendo a enxames de drones para obrigar as brigadas a adaptar as suas táticas, incluindo maior uso de camuflagem, redução de assinaturas eletromagnéticas e deslocação frequente dos postos de comando.

O ecossistema de drones da Ucrânia oferece, por isso, lições de grande relevância para a Europa, não apenas no plano tecnológico, como no plano organizacional. A sua eficácia assenta num modelo descentralizado, com escolas civis de formação, oficinas improvisadas, centros de produção *ad hoc* e unidades de voluntários independentes. Os instrutores, muitas vezes antigos combatentes, circulam entre unidades, atualizando constantemente os métodos e

retroalimentando o processo de treino. Esta agilidade, apoiada por uma rede humana capaz de integrar talentos civis no setor da defesa, ficou conhecida como *War DevOps*. Caso a Ucrânia consiga sobreviver e manter esta dinâmica, poderá afirmar-se com um ator central na liderança tecnológica da defesa europeia (Matlack et al., 2025). As lições retiradas deste ecossistema aplicam-se a todos os domínios (marítimo, terrestre, aéreo e espacial) e ignorá-las seria um erro estratégico e uma oportunidade desperdiçada para a Europa.

Em paralelo, a integração da Ucrânia nas instituições europeias tem avançado a um ritmo acelerado. Em junho de 2022, o país obteve o estatuto de candidato à UE, um marco que simbolizou o seu reconhecimento como parte da família europeia. A singularidade deste processo reside no facto de ocorrer em plena guerra: enquanto combate no terreno, a Ucrânia continua a implementar reformas pró-europeias e a aprofundar a cooperação setorial, ao mesmo tempo que garante a defesa do flanco oriental da UE e da NATO. A experiência de países como a Bulgária e a Roménia, que aderiram entre 2000 e 2010, fornece lições úteis, sobretudo no que respeita à consolidação de políticas públicas. Contudo, Kyiv terá de investir em relações diplomáticas intensas, incluindo com os Estados-Membros mais céticos quanto ao alargamento, e preparar-se para enfrentar exigências semelhantes às que condicionaram os seus vizinhos (Zamiatin & Yurchyshyn, 2024).

Um dos pré-requisitos fundamentais passa pela modernização da infraestrutura de transportes e logística ucraniana, de modo a integrá-la na rede europeia. A decisão de permitir a sua participação em todos os projetos da Iniciativa dos Três Mares¹³⁴, como país parceiro, reforça esta integração, ao mesmo tempo que amplia as capacidades de segurança da Europa Central e Oriental (Zamiatin &

¹³⁴ A Iniciativa dos Três Mares é uma plataforma de cooperação regional lançada em 2015 pela Polónia e pela Croácia que visa reforçar a conectividade entre países da União Europeia situados entre os mares Báltico, Negro e Adriático. Trata-se de uma iniciativa de inspiração política, mas orientada por objetivos económicos, com foco no desenvolvimento de infraestruturas de transporte, energia e digitalização ao longo do eixo norte-sul europeu, promovendo inclusividade, sustentabilidade e coesão no seio da União Europeia (*The Three Seas Initiative – What Is It, What Does It Do and What Are the Advantages?*, 2025).

Yurchyshyn, 2024). A digitalização acelerada de vários setores ucranianos constitui ainda uma vantagem, permitindo-lhe alinhar-se com a transição digital da UE. Apesar destas oportunidades, persistem desafios consideráveis: o cumprimento dos critérios de Maastricht, a superação de reservas semelhantes às enfrentadas pela Bulgária e pela Roménia e, sobretudo, a incerteza quanto às fronteiras caso a paz seja alcançada em condições instáveis. Um cenário de combates de baixa intensidade ou de território dividido prolongaria inevitavelmente as negociações de adesão, aumentando custos e incertezas (Frederick et al., 2025).

Em síntese, a guerra não só expôs as fragilidades estruturais da Ucrânia, como também abriu novas portas e oportunidades estratégicas, tanto no domínio da defesa como no da integração euro-atlântica. O desenvolvimento acelerado da indústria de defesa, a consolidação de parcerias com aliados ocidentais e a experiência singular adquirida na guerra de drones posicionam o país como um verdadeiro laboratório de inovação nas áreas da segurança e da defesa, cujos ensinamentos estão já a ser incorporados pela NATO e pelos EUA. Paralelamente, o processo de aproximação à UE e à arquitetura de segurança euro-atlântica reforça a ideia de que a sobrevivência e a resiliência ucraniana são inseparáveis da segurança europeia. Assim, o conflito transformou-se num catalisador de oportunidades que, se devidamente exploradas, poderão permitir à Ucrânia não apenas garantir a própria sobrevivência, como potenciar o seu desenvolvimento e possibilitar afirmar-se como um ator relevante na redefinição da segurança europeia e na construção de uma paz duradoura.

Conclusão

A presente dissertação de mestrado teve como objetivo analisar sistematicamente o conflito Russo-Ucraniano, iniciado em 2014, com a anexação da Crimeia por parte da Federação Russa e que, à data da redação deste trabalho, permanece em curso. A investigação centrou-se na sua dimensão naval, procurando identificar os desafios e oportunidades associados à edificação da estratégia naval ucraniana.

No primeiro capítulo foi contextualizada a região do Mar Negro do ponto de vista geopolítico e geoestratégico. Foi elaborado um quadro conceptual, onde se definiram ambos os conceitos, distinguindo-os e evidenciando a forma como se articulam. Seguidamente, foi feita uma contextualização geográfica do espaço do Mar Negro e foram identificados os fatores de relevância estratégica da região, desde as rotas comerciais e energéticas até à centralidade da Crimeia. Por fim, demonstrou-se que o Mar Negro, ao longo da história, foi palco de inúmeros conflitos, confirmando a sua condição de espaço de confluência e disputa de poder.

O segundo capítulo abordou a evolução histórica do poder naval russo, evidenciando que o conflito atual não deve ser entendido como um fenómeno isolado, mas como continuidade de uma lógica expansionista secular, orientada pela procura de acesso a portos de águas quentes e pelo controlo do Mar Negro. A análise mostrou como a Rússia, desde a Moscóvia à Federação atual, se expandiu sobre três eixos: o Báltico, o Pacífico e o Mar Negro.

No terceiro capítulo, o objetivo foi contextualizar, descrever e avaliar a evolução do conflito Russo-Ucraniano na sua dimensão naval, entre 2014 e 2025. Foram estudados três momentos-chave: a anexação da Crimeia em 2014; a guerra no Donbas, entre 2014 e 2022; e a invasão em larga escala a partir de fevereiro de 2022. Esta análise permitiu concluir que a Rússia, apesar da sua superioridade inicial, não conseguiu assegurar pleno domínio do Mar Negro, tendo sido surpreendida pela inovação ucraniana no emprego de mísseis anti-navio, minas e drones aéreos e navais nas suas operações, fragilizando a Frota do Mar Negro.

O quarto e último capítulo procurou responder à questão central da investigação: "Quais os desafios e oportunidades na edificação de uma estratégia naval ucraniana?". Foram identificados os principais desafios estruturais: a perda de meios navais, de pessoal e de infraestruturas de apoio; a dependência de apoio externo; declínio de estaleiros e instalações fabris de construção e reparação naval; a fragilidade económica; as restrições geográficas agravadas pelo estipulado na Convenção de Montreux; a vulnerabilidade da costa ucraniana; e a profunda assimetria de forças em relação à Rússia. Analisaram-se depois as respostas estratégicas dadas pela Ucrânia, que, impossibilitada de reconstruir uma marinha convencional, recorreu a capacidades emergentes e assimétricas que lhe permitiram contestar eficazmente a Frota do Mar Negro. Por fim, exploraram-se as oportunidades que resultaram do conflito: o fortalecimento da indústria de defesa nacional; a crescente integração europeia e euro-atlântica; o reforço de relações e parcerias com países aliados; a acumulação de experiência operacional com impacto nas doutrinas ocidentais; o potencial de exportação de novas capacidades de guerra naval assimétrica; e o papel pioneiro da Ucrânia no desenvolvimento de novas capacidades de guerra naval assimétrica, em especial no domínio dos drones.

A investigação demonstrou, assim, que embora os desafios na construção de uma estratégia naval ucraniana sejam profundos e multifacetados, o conflito também se revelou uma fonte de oportunidades. A inovação tecnológica, em particular no campo dos drones e dos mísseis, redefiniu a forma de travar a guerra no mar, permitindo à Ucrânia alcançar resultados operacionais relevantes mesmo com recursos limitados. Ao mesmo tempo, a guerra impulsionou a sua aproximação ao Ocidente, transformando o país num verdadeiro laboratório de inovação militar cujas lições já estão a ser assimiladas por aliados ocidentais.

Reconhecem-se, contudo, as limitações do presente trabalho. O facto de o conflito se encontrar em curso impossibilita uma avaliação definitiva sobre os seus resultados estratégicos e sobre a consolidação da estratégia naval ucraniana. A produção académica sobre a dimensão naval da guerra permanece incipiente, sendo necessário recorrer a fontes de imprensa e a relatórios institucionais recentes. Além

disso, a constante mutação da guerra implica que algumas das conclusões aqui apresentadas poderão sofrer alterações à medida que os acontecimentos evoluem.

O estudo abre, por isso, caminhos para futuras investigações. Será fundamental reavaliar, após o término do conflito, as oportunidades identificadas e verificar até que ponto foram concretizadas. Do mesmo modo, o acompanhamento da modernização da Marinha Ucraniana, bem como a análise das suas parcerias internacionais e do impacto da sua integração euro-atlântica, constituem linhas de investigação relevantes.

Finalmente, sublinha-se a intenção do autor em prosseguir estudos nesta área, acompanhando as transformações da estratégia naval ucraniana nos próximos anos. O conflito revelou-se, até ao presente, não apenas como um desafio existencial para a Ucrânia, mas também como um catalisador de oportunidades que, se devidamente exploradas, poderão permitir ao país não só garantir a sua sobrevivência, mas também afirmar-se como ator relevante na redefinição da segurança europeia e na construção de uma paz duradoura. Neste sentido, esta dissertação deve ser entendida como um ponto de partida que poderá ser aprofundado por investigações futuras, quando for possível analisar o conflito em retrospectiva, com maior distanciamento e perspetiva histórica.

Bibliografia

- Air & Space Forces Magazine. (s.d.). *AIM-9 Sidewinder*. <https://www.airandspaceforces.com/weapons/aim-9/>, consultado em agosto de 2025
- Alexandre, A. G. (2022). O Mar Negro na afirmação internacional da Rússia. *Revista Militar*, 2651. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1682>
- Annati, M. (2023). Lessons learned from naval warfare in Ukraine. *Military Technology*, 47(1), 13–15.
- Araújo, M. (2016). *Campanha de Galípoli: O Estreito de Dardanelos no contexto político-militar internacional* [Dissertação de mestrado]. Escola Naval.
- Baev, P. K. (2019, setembro). *New Perspectives on the Black Sea Theater in Russian Strategic Culture*. George C. Marshall European Center For Security Studies. <https://www.marshallcenter.org/en/publications/security-insights/new-perspectives-black-sea-theater-russian-strategic-culture-0>
- Ball, J. (2023). *What is hybrid warfare? Non-linear combat in the 21st century*. Global Security Review. <https://globalsecurityreview.com/hybrid-and-non-linear-warfare-systematically-erases-the-divide-between-war-peace/>, consultado em agosto de 2025
- Bebiano, R. (2022a). Mar Negro: Uma história em movimento. *Revista de Estudos do Mediterrâneo*, 2, 30–56.
- Bebiano, R. (2022b, setembro 17). O Mar Negro, lá longe e aqui ao lado. *A Terceira Noite*. <https://www.aterceiranoite.org/2022/09/17/o-mar-negro-la-longe-e-aqui-ao-lado/>
- Bender, Y. (2025, março 7). *Investors see opportunities in Ukraine's defence, construction and energy sectors*. Professional Wealth Managment. <https://www.pwmnet.com/content/65a88629-869b-5db4-bdb6-c090eab90c99>, consultado em agosto de 2025
- Bereit, R. M. (1984). *Historic battle analysis: Azov 1695-1696*. Air Command and Staff College, Air University.
- Boşneagu, R. (2024). The mines war in the Black Sea: An unfinished conflict. *Romanian Military Thinking*, 2024(4), 304–317. <https://doi.org/10.55535/RMT.2024.4.20>
- Brown, S. (2024, agosto 1). *US forces to investigate application of Project FrankenSAM concept*. Kyiv Post. <https://www.kyivpost.com/post/36666>, consultado em agosto de 2025
- Bunn, W. E. (2022). *Thither the Russian Navy? Putin's navalization in a historical*

- context [Doctoral dissertation, Old Dominion University]. https://digitalcommons.odu.edu/gpis_etds/151
- Bursuc, A., Munteanu, C., & Rus, S. (2024). Overview on Sea Drones Evolution and their Use in Modern Warfare. *The role of emerging and disruptive technologies on military affairs*, 195–209. <https://doi.org/10.2478/raft-2024-0021>
- Campbell, J. (2023). Internet troll. Em *EBSCO Research Starters*. <https://www.ebsco.com/research-starters/science/internet-troll>
- Cardoza, J. A. (2015). De la Santa Alianza a Putin: Dos siglos de tentativas hegemónicas de Rusia. *Agenda Internacional*, 22(33), 19–54. <https://doi.org/10.18800/agenda.201501.002>
- Cenciotti, D. (2025, maio 5). *Su-30SM shootdowns show Ukraine's drone boats are now a serious threat to Russian fighters*. The Aviationist. <https://theaviationist.com/2025/05/05/su-30sm-shootdowns-show-ukraines-drone-boats-are-now-a-serious-threat-to-russian-fighters/>, consultado em agosto de 2025
- Çetiner, Y. (2024, agosto 16). To be, or not to be: The Challenging Naval Journey of the Ukrainian Navy from past to present. *Overt Defense*. <https://www.overtdefense.com/2024/08/16/from-stability-to-asymmetry-the-ukrainian-navy/>, consultado em agosto de 2025
- Chlebeček, T. (2024). The Black Sea's geostrategic significance. *Naval Forces*, 45(2), 4–8.
- Combes, B. (2022). *The war at sea* (Russia's War in Ukraine Series No. 6.). International Center for Defence and Security. <https://icds.ee/en/russias-war-in-ukraine-the-war-at-sea/>
- Conselho da União Europeia. (s.d.a). *As exportações de cereais em síntese*. Consilium. <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/ukrainian-grain-exports-explained/>, consultado em abril de 2025
- Conselho da União Europeia. (s.d.b). *How the Russian invasion of Ukraine has further aggravated the global food crisis*. Consilium. <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/how-the-russian-invasion-of-ukraine-has-further-aggravated-the-global-food-crisis/> consultado em abril de 2025
- Convention regarding the regime of the straits*. (1936). <https://cil.nus.edu.sg/wp-content/uploads/2019/02/1936-Convention-Regarding-the-Regime-of-the-Straits-1.pdf>
- Cook, C. R., Jr, J. S. B., Jun, J., Holderness, A., & Hwang, G. (2022, outubro 8). *Spotlight on Russia's attack on a Ukrainian marine gas turbine supplier*. Center for

Strategic and International Studies (CSIS).
<https://www.csis.org/analysis/spotlight-russias-attack-ukrainian-marine-gas-turbine-supplier>, consultado em agosto de 2025

Correia, P. D. P. (2012). Geopolítica e geoestratégia. *Nação e Defesa*, 131, 229–246.

Cranny-Evans, S. (2022, abril). *Russia's coastal defence systems: Supporting limited naval capabilities*. Global Defence Technology. https://defence.nridigital.com/global_defence_technology_apr22/russia-coastal-defence, consultado em agosto de 2025

Crawford, R. (2024, outubro 15). *Understanding sea control vs sea denial in maritime strategy*. CliffsNotes. <https://www.cliffsnotes.com/study-notes/27781960>, consultado em agosto de 2025

Czolij, E. (2022, fevereiro 8). Still not too late for Germany to honor its commitment to Ukraine. *Atlantic Council*. <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/still-not-too-late-for-germany-to-honor-its-commitment-to-ukraine/>

Daniel, R. W. (1988). *A history of Russian and Soviet naval developments*. [Master's Thesis, Naval Postgraduate School]. Defense Technical Information Center. <https://apps.dtic.mil/sti/citations/ADA194343>

D'Anieri, P. (2019). *Ukraine and Russia: From Civilized Divorce to Uncivil War*. Cambridge: Cambridge University Press.

Defense Advancement. (sem data). *R-73 missile | Vypel R-73 / AA-11 Archer missile*. Defense Advancement. Obtido 24 de agosto de 2025, de <https://www.defenseadvancement.com/projects/r-73-aa-11-archer/>, consultado em agosto de 2025

Defense Express. (2025, julho 6). *Ukrainian Navy: 10 key facts about its unique combat successes at sea*. https://en.defence-ua.com/events/ukrainian_navy_10_key_facts_about_its_unique_combat_successes_at_sea-15057.html, consultado em agosto de 2025

Demchak, T. E. (2013). Rebuilding the Russian fleet: The Duma and naval rearmament, 1907–1914. *The Journal of Slavic Military Studies*, 26(1), 25–40. <https://doi.org/10.1080/13518046.2013.757161>

Dugin, A. (2015). *Last war of the World-Island: the Geopolitics of contemporary Russia*. Arktos.

Eckstein, M. (2021, agosto 10). *After 2014 decimation, Ukrainian Navy rebuilds to fend off Russia*. Defense News. <https://www.defensenews.com/naval/2021/08/09/after-2014-decimation-ukrainian-navy-rebuilds-to-fend-off-russia/>, consultado em junho de 2025

- Elkus, A. (2011). Covert operations and policy. *Infinity Journal*, 2(1). <https://doi.org/10.64148/msm.v2i1.3>.
- Ellman, M. (2023a). Russia as a great power: From 1815 to the present day. Part 1. *Journal of Institutional Economics*, 19(1), 1–17. <https://doi.org/10.1017/S1744137422000273>
- Ellman, M. (2023b). Russia as a great power: From 1815 to the present day. Part II. *Journal of Institutional Economics*, 19(2), 159–174. <https://doi.org/10.1017/S1744137422000388>
- Felgenhauer, T. (1999). *Ukraine, Russia, and the Black Sea Fleet accords*. Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, Princeton University. <https://doi.org/10.21236/ADA360381>
- Fornusek, M. (2025, maio 15). *Ukraine shows its latest «ship-killer» Magura drone series to the public for the first time*. The Kyiv Independent. <https://kyivindependent.com/ukraine-shows-its-ship-killer-magura-naval-drones-for-the-first-time/>, consultado em agosto de 2025
- Frąckiewicz, M. (2025, junho 20). *Space showdown: How military satellites are shaping the Ukraine-Russia war*. TS2 Space. <https://ts2.tech/en/space-showdown-how-military-satellites-are-shaping-the-ukraine-russia-war/>, consultado em agosto de 2025
- Frederick, B., Evans, A. T., Hvizda, M., Laufer, A., Wang, H., Charap, S., Marcinek, K., Shatz, H. J., Holynska, K., Ochmanek, D. A., Danaf, O., Zakheim, B., & Gunness, K. (2025). *Consequences of the Russia-Ukraine war and the changing face of conflict*. RAND Corporation. https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RBA3141-1.html
- Freebairn, T. (2023, dezembro 1). *More with less: Ukrainian strategy in the battle of the Black Sea*. Defense Security Monitor. <https://dsm.forecastinternational.com/2023/12/01/more-with-less-ukrainian-strategy-in-the-battle-of-the-black-sea/> consultado em agosto de 2025
- Garding, S. E., Ratner, M., Welt, C., & Zanotti, J. (2022). TurkStream: Russia’s southern pipeline to Europe. *Current Politics and Economics of Europe*, 33, 67–72.
- Gleason, J. (2017, junho). *KH-35 (SS-N-25 Switchblade)*. Missile Defense Advocacy Alliance. <https://missiledefenseadvocacy.org/missile-threat-and-proliferation/todays-missile-threat/russia/kh-35-ss-n-25-switchblade/>, consultado em agosto de 2025
- GlobalSecurity.org. (s.d.). *Ukraine Navy—2014*. GlobalSecurity.org. https://www.globalsecurity.org/military/world/ukraine/vms-2014.htm?utm_source=chatgpt.com#google_vignette, consultado em agosto de 2025

- Goedemans, M. (2024, agosto 21). *What Georgia's foreign agent law means for its democracy*. Council on Foreign Relations. <https://www.cfr.org/in-brief/what-georgias-foreign-agent-law-means-its-democracy>, consultado em abril de 2025
- Graumann, O., & Affeldt, S. (2020). The Hanseatic League and education-a neglected chapter in European and German history. *International Dialogues on Education Journal*, 7(1), 10–30. <https://doi.org/10.53308/ide.v7i1.2>
- Gürer, C., & Dunay, P. (2023). The Black Sea: A sea of conflicts. *Connections: The Quarterly Journal*, 22(3), 5–14.
- Habib, Md. T., & Shamrir Al Af, S. M. (2025). Maritime asymmetric warfare strategy for smaller states: Lessons from Ukraine. *Small Wars & Insurgencies*, 36(1), 29–58. <https://doi.org/10.1080/09592318.2024.2397171>
- Hai-Nyzhnyk, P., Chupriy, L., Fihurnyi, Y., Krasnodemska, I., & Chyrkov, O. (2018). *Aggression of the Russian Federation against Ukraine: Ethnonational dimension and civilizational confrontation*. LAP Lambert Academic Publishing. https://www.academia.edu/36482539/Aggression_of_the_Russian_Federation_a_gainst_Ukraine_ethnonational_dimension_and_civilizational_confrontation
- Halperin, C. J. (1985). The Mongol Empire and the Golden Horde. Em *Russia and the Golden Horde: The Mongol impact on medieval Russian history* (pp. 21–32). Indiana University Press; JSTOR. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1c0gmrs.8>
- Hilburgh, A. W. (2014). Catherine the Great: A case for operational art. *The Journal of Slavic Military Studies*, 27(2), 283–295.
- How much grain is Ukraine exporting and how is it leaving the country?* (2022, julho 22). BBC News. <https://www.bbc.com/news/world-61759692>, consultado em março de 2025
- Infrastructure minister: 7 million metric tons of cargo transported through Black Sea humanitarian corridor*. (2023, dezembro 4). The Kyiv Independent. <https://kyivindependent.com/minister-7-million-tons-of-cargo-transported-through-black-sea-humanitarian-corridor/>, consultado em abril de 2025
- Jamali Jaghdani, T., & Ketabchy, M. (2023). The strategic significance of the Russian Volga River system [Application/pdf]. *Russian Analytical Digest*, 304, 22–27. <https://doi.org/10.3929/ethz-b-000643679>
- Janicki, A. (2022). Russian expansion in the Baltic in the 18th century. *Studia Historica Gedanensia*, 13, 91–109. <https://doi.org/10.4467/23916001HG.22.006.17426>
- Kabachynskyi, I. (2025, março 17). *Ukraine's upgraded Neptune missile now strikes 1,000 km-Built in record time*. UNITED24 Media. <https://united24media.com/war-in-ukraine/ukraines-upgraded-neptune-missile-now-strikes-1000-km-built-in-record-time-6777>, consultado em agosto de 2025

- Kabanenko, I. (2022, junho 3). *Arsenal of empire: Russian naval construction in Crimea and its implications for Black Sea security*. Jamestown Foundation. <https://jamestown.org/program/an-arsenal-of-empire-russian-naval-construction-in-crimea-and-implications-for-black-sea-security/>, consultado em agosto de 2025
- Kakachia, K., & Minesashvili, S. (2024, março 27). *Russia's intended naval base in Ochamchire: Implications for Georgian and Black Sea security*. PONARS Eurasia. <https://www.ponarseurasia.org/russias-intended-naval-base-in-ochamchire-implications-for-georgian-and-black-sea-security/>, consultado em agosto de 2025
- Kennedy, A. M. (2024). 2022 Russian invasion of Ukraine. Em *Salem Press Encyclopedia*. Salem Press. <https://openurl.ebsco.com/contentitem/ers:156657790?sid=ebsco:plink:crawler&id=ebsco:ers:156657790&crl=c>
- Kirichenko, D. (2025, junho 3). *Small craft, big impact: Ukraine's naval war and the rise of new-tech warships*. Center for International Maritime Security (CIMSEC). <https://cimsec.org/small-craft-big-impact-ukraines-naval-war-and-the-rise-of-new-tech-warships/>, consultado em agosto de 2025
- Koda, Y. (2005). The Russo-Japanese War-Primary causes of Japanese success. *Naval War College Review*, 58(2), 10–44.
- Koyoumdjian, R. (s.d). *How annexing Crimea has affected the Russian Navy and overall power projection in the Black Sea region?* AthenaLab.
- Kunyzkyj, O. (2025, março 21). *Will Ukraine's Neptune long-range missile make a difference?* Deutsche Welle (DW). <https://www.dw.com/en/will-ukraines-neptune-long-range-missile-make-a-difference/a-71998877>, consultado em agosto de 2025
- Kuzio, T. (2022). *Russian nationalism and the Russian-Ukrainian war*. Routledge.
- Lombardi, B. (2014). *Crimea-Naval and strategic Implications of Russia's anexation* (p. 10). <https://apps.dtic.mil/sti/citations/AD1017642>
- Look to Ukraine for drone warfare training. (2024). *Army Magazine*, 74(7), 62.
- Main Ukrainian military products and services: Brief catalogue*. (sem data).
- Manning, M. (2021). Sea control: Feasible, acceptable, suitable, or simply imperative. *Journal of Advanced Military Studies*, 11(2), 51–73. <https://doi.org/10.21140/mcu.20201102003>
- Martins, R. (2017). *A importância estratégica do Mar Negro para a NATO* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário Militar].

<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/21342>

Martins, R. F. (1996). Geopolítica e Geoestratégia: O que são e para que servem. *Nação e Defesa*. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1585>

Matlack, J.-W., Schwartz, S., & Gill, O. (2025, junho 26). Europe has much to learn from Ukraine's drone warfare ecosystem. *LSE*. <https://blogs.lse.ac.uk/euoppblog/2025/06/26/europe-nato-eu-has-much-to-learn-from-ukraines-drone-warfare-ecosystem/>

Melkozerova, V. (2025, março 20). *Ukraine's long-range Neptune cruise missile is a potential trump card*. POLITICO. <https://www.politico.eu/article/ukraines-long-range-neptune-cruise-r360-missile-donald-trump-card/>, consultado em agosto de 2025

Micallef, J. V. (2018, setembro 4). *The Night Wolves: Russian motorcycle club or Kremlin militia?* Military.Com. <https://www.military.com/daily-news/2018/09/04/night-wolves-russian-motorcycle-club-or-kremlin-militia.html>, consultado em agosto de 2025

Milhazes, J., & Dolin, V. (2023). *A mais breve história da Ucrânia*. Publicações Dom Quixote.

Military Periscope. (2025). *RK-360MC Neptune*. Military Periscope. <https://www.militaryperiscope.com/weapons/missilesrocketsbombs/anti-ship/rk-360mc-neptune/overview/>, consultado em agosto de 2025

Miller, S. (2024, fevereiro 12). *Navy of drones*. Wavell Room. <https://wavellroom.com/2024/02/12/navy-of-drones/>, consultado em agosto de 2025

Mills, E. (2023, junho 1). *The Great Northern War and the rise of Russian sea power*. Naval History Magazine (U.S. Naval Institute). <https://www.usni.org/magazines/naval-history-magazine/2023/june/great-northern-war-and-rise-russian-sea-power>, consultado em maio de 2025

Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia. (2024, fevereiro). *OTAN*. MFA of Ukraine. <https://mfa.gov.ua/pt/relacoes-exteriores/otan-pt>, consultado em junho de 2025

Mirkin, T. (2023). *The Gorshkov Navy as a tool of Soviet foreign policy during the Cold War, 1956-1985* [Doctoral dissertation]. University of Haifa.

Murray, W. (2025, agosto 22). *Ukraine war briefing: Zelenskyy reveals huge Flamingo cruise missile as no peace in sight*. The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2025/aug/22/ukraine-war-briefing-zelenskyy-reveals-huge-flamingo-cruise-missile-as-no-peace-in-sight>, consultado em agosto de 2025

- NACLE. (2017). *Plano de localização del canal Volga—Don* [Gráfico]. Own work. <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Canalvolgadon.jpg>
- Nate, S., Colibășanu, A., Stavvytsky, A., & Kharlamova, G. (2024). Impact of the Russo-Ukrainian war on Black Sea trade: Geoeconomic challenges. *Economics & Sociology*, 17(1), 256–279. <https://doi.org/10.14254/2071-789X.2024/17-1/16>
- Naval Forces Command of the Armed Forces of Ukraine. (2019, janeiro 11). *Strategy of the Naval Forces of the Armed Forces of Ukraine 2035*. Navy.Mil.Gov.Ua. <https://navy.mil.gov.ua/en/strategiya-vijskovo-morskyh-syl-zbrojnyh-syl-ukrayiny-2035/>, consultado em junho de 2025
- Newdick, T. (2022, março 23). *Russia claims it launched Bastion-P anti-ship missiles against ground targets in Ukraine*. The War Zone. <https://www.twz.com/44891/russia-claims-it-launched-bastion-p-anti-ship-missiles-against-ground-targets-in-ukraine>, consultado em agosto de 2025
- Nikiforov, L. A. (2025). Peter I. Em *Encyclopaedia Britannica*. <https://www.britannica.com/biography/Peter-the-Great>
- North, M. (2019). From the Baltic to the Pacific: Trade, shipping and exploration on the shores of the Russian Empire. Em *Re-Mapping Centre and Periphery: Asymmetrical Encounters in European and Global Contexts* (pp. 63–76). University College London. <https://doi.org/10.1353/book.81370>
- Parnemo, L. K. (2019). Russia's naval development: Grand ambitions and tactical pragmatism. *The Journal of Slavic Military Studies*, 32(1), 41–69.
- Pavlova, O. (2019). *The Hanseatic League and the Russian state: The significance of historical experience*. 245–248. <https://doi.org/10.2991/ispcbc-19.2019.61>
- Payne, K. B., & Foster, J. S. (2017). Russian strategy Expansion, crisis and conflict. *Comparative Strategy*, 36(1), 1–89. <https://doi.org/10.1080/01495933.2017.1277121>
- Pedro, J. D. L. G. (2023). *Perspetivas atuais de guerra Rússia-Ucrânia: Os motivos profundos do conflito* [Projeto de graduação, Universidade Fernando Pessoa]. <https://bdigital.ufp.pt/entities/publication/b4ad1022-c397-447b-b102-3353dc498644>
- Pedrozo, R. P. (2023). Russia-Ukraine conflict: The war at sea. *International Law Studies*, 100(1), 1–98.
- Plesha, E. (2020). *Crimean crisis: Analysis of Russia's legitimacy discourse* [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior]. <https://ubibliorum.ubi.pt/entities/publication/929fa3ef-effc-4788-9a46-5faf5ae6bacc>

- Pleshakov, C. (2017). *The Crimean nexus: Putin's war and the clash of civilizations*. Yale University Press.
- Plokhyy, S. (2015). *A Porta da Europa: Uma história da Ucrânia* (C. Ribeiro, C. S. Vieira, I. S. Reis, & A. R. Meireles, Trads.). Ideias de Ler.
- Plokhyy, S. (2023). *A guerra russo-ucraniana: O regresso da história* (J. Cardoso & P. E. Duarte, Trads.). Editorial Presença.
- PMF IAS. (2024, janeiro 29). Black Sea, Red Sea and Panama Canal. *PMF IAS*. <https://www.pmfias.com/black-sea-red-sea-panama-canal/>
- Popa, A., & Learschi, S. (2025). *Russia's strategic naval collapse in the context of the war in Ukraine (2022–2025)*. Maritime Security Forum. <https://www.forumulsecuritatiiimaritime.ro/russias-strategic-naval-collapse-2022-2025-in-the-context-of-the-war-in-ukraine-2/>
- Ramos, T. (2019). *Análise da Intervenção russa na Crimeia* [Dissertação de mestrado, Academia Militar]. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/30087>
- Rato, V. (2018). Romper o cerco: A Rússia de Putin e a nova Guerra Fria. *Nação e Defesa*, 150, 116–148.
- Rússia redireciona quase totalidade das exportações de petróleo para a Ásia*. (2023, dezembro 27). Forbes Portugal. <https://www.forbespt.com/russia-redireciona-quase-totalidade-das-exportacoes-de-petroleo-para-a-asia/>, consultado em março de 2025
- Ryzhenko, A. (2022, abril 6). *Crimea's role as Russian bastion for the ongoing war in Ukraine*. Jamestown Foundation. <https://jamestown.org/program/crimeas-role-as-russian-bastion-for-the-ongoing-war-in-ukraine/>, consultado em agosto de 2025
- Santos, E. E. S. dos. (2008). A geopolítica russa: De Pedro “o Grande” a Putin, a “Guerra-Fria”, o eurasianismo e os recursos energéticos. *Revista Militar*.
- Schatz, V. J., & Koval, D. (2019). Russia's annexation of Crimea and the passage of ships through Kerch Strait: A law of the sea perspective. *Ocean Development & International Law*, 50(2–3), 275–297.
- Schmidt, A. (2017, janeiro 15). *Countering anti-access/area denial*. Joint Air Power Competence Centre. <https://www.japcc.org/articles/countering-anti-access-area-denial/>, consultado em agosto de 2025
- Scipanov, L. V., & Nistor, F. (2022). The Black Sea Russian Navy is not an overnight creation: A brief history of the Black Sea Russian Navy. *Romanian Military Thinking*, 2022(3), 166–187. <https://doi.org/10.55535/RMT.2022.3.10>
- Steward, W. (2025, março 15). *Ukraine's «Long Neptune» missile with 620-mile range*

- «successfully tested». The Sun. <https://www.thesun.co.uk/news/33853497/ukraine-neptune-missile/>, consultado em agosto de 2025
- Strachota, K. (2024, abril 22). *Drifting towards Russia: An acute political crisis in Georgia*. OSW Centre for Eastern Studies. <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2024-04-22/drifting-towards-russia-acute-political-crisis-georgia>, consultado em abril de 2025
- Sutton, H. I. (sem data). *Timeline-2022 Ukraine invasion at sea*. Covert Shores. Obtido 18 de junho de 2025, de <http://www.hisutton.com/Timeline-2022-Ukraine-Invasion-At-Sea.html>, consultado em agosto de 2025
- Sutton, H. I. (2024, setembro 24). *Guide to Ukraine's longer-ranged missiles*. Covert Shores. <http://www.hisutton.com/Ukraine-missiles.html>, consultado em agosto de 2025
- Sutton, H. I. (2025a, maio 4). *First image of Ukraine's Sidewinder-armed Magura V7 surface drone*. Naval News. <https://www.navalnews.com/naval-news/2025/05/first-image-of-ukraines-sidewinder-armed-magura-v7-surface-drone/>, consultado em agosto de 2025
- Sutton, H. I. (2025b, julho 30). *Seen for first time: Ukraine's original naval drone*. Naval News. <https://www.navalnews.com/naval-news/2025/07/under-wraps-no-more-ukraines-original-naval-drone-revealed/>, consultado em agosto de 2025
- Sutton, H. I. (2025c, agosto 3). *Overview of Ukrainian maritime drones (USVs) of the Russo-Ukrainian war*. Covert Shores. <http://www.hisutton.com/Ukrainian-USVs-Russo-Ukraine-War.html>, consultado em agosto de 2025
- Sutton, H. I. (2025d, agosto 19). *Dance of the Flamingos: Ukraine's FP-5 heavy cruise missile*. Covert Shores. <http://www.hisutton.com/Ukrainian-FP-15-Flamingo-Cruise-Missile.html>, consultado em agosto de 2025
- Telo, A. (2024). A guerra da Ucrânia na mudança global. Em A. Telo & J. V. Borges, *A guerra que aí vem—A Ucrânia num mundo em mudança* (pp. 1–135). Tribuna da História.
- The editors of Encyclopaedia Britannica. (2025). Concert of Europe. Em *Encyclopaedia Britannica*. <https://www.britannica.com/event/Concert-of-Europe>
- The editors of Encyclopaedia Britannica. (s.d.a). Russian-American Company. Em *Encyclopaedia Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/Russian-American-Company>
- The editors of Encyclopaedia Britannica. (s.d.b). *Sea of Azov*. Encyclopaedia Britannica. <https://www.britannica.com/place/Sea-of-Azov>, consultado em agosto de 2025

- The Naval Fleet of Drones*. (s.d.). United24. <https://u24.gov.ua/navaldrones>, consultado em agosto de 2025
- The Russian Navy: A historic transition*. (2015). Office of Naval Intelligence.
- The Three Seas Initiative – what is it, what does it do and what are the advantages?* (2025, abril 29). Three Seas Summit. <https://3seas.eu/media/news/the-three-seas-initiative-what-is-it-what-does-it-do-and-what-are-the-advantages>, consultado em agosto de 2025
- Theobald, R. A. (1954). Russian Navy-History and traditions. *Naval War College Review*, 6(6), 25–52.
- This is Battleship. Your donation is your play*. (s.d.). United24. <https://u24.gov.ua/seababy>, consultado em agosto de 2025
- Thomas, S. (2006). *Gazprom: Profile*. Public Services International Research Unit (PSIRU).
- Till, G. (2018). *Seapower. A guide for the twenty-first century* (4th. ed.). Routledge.
- Tomé, L. (2007). O grande jogo geopolítico nos espaços do “espaço pós-soviético”. *Geopolítica*, 1, 187–240.
- Trepanier, L. (2017, fevereiro 27). *The Russian Empire (1721-1917)*. VoegelinView. <https://voegelinview.com/russian-empire-1721-1917/>, consultado em abril de 2025
- Troshkin, Y. (2024). *The role of naval strike drones in the Russia-Ukraine war*. Zenodo. <https://zenodo.org/doi/10.5281/zenodo.12701509>
- Tsyppkin, M. (2002). *Rudderless in a storm: The Russian Navy, 1992-2002*. Conflict Studies Research Centre.
- UK Ministry of Defence, & Quin, J. (2021, julho 23). *UK signs agreement to support enhancement of Ukrainian naval capabilities*. GOV.UK. <https://www.gov.uk/government/news/uk-signs-agreement-to-support-enhancement-of-ukrainian-naval-capabilities>, consultado em agosto de 2025
- Ukraine. (2025, fevereiro 20). February 20th marks 11 years since the start of Russia’s occupation of Crimea. But did you know it wasn’t the first time Russia tried to annex a part of Ukraine’s territory? *Instagram*. https://www.instagram.com/p/DGTX610NrhI/?utm_source=ig_web_copy_link, consultado em agosto de 2025
- Ukrainian World Congress. (2023, setembro 29). *20 years since Russian-Ukrainian Tuzla Island conflict*. <https://www.ukrainianworldcongress.org/20-years-since-russian-ukrainian-tuzla-island-conflict/>, consultado em agosto de 2025

- Urcosta, R. B. (2018, novembro 29). The strategic dimensions of the Sea of Azov. *Center for International Maritime Security*. <https://cimsec.org/the-strategic-dimensions-of-the-sea-of-azov/>
- Venislavskyy, V. (2024). *Guerra da Crimeia (1853-1856). A Rússia e a tentativa de controlo das rotas marítimas de acesso às águas quentes* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/63548>
- What was the Warsaw Pact? (s.d.). NATO. https://www.nato.int/cps/us/natohq/declassified_138294.htm, consultado em março de 2025
- Win, H. (2025). *Wings and waves: Ukraine's drone revolution in the Russia-Ukraine war*. Drone Revolution. https://www.academia.edu/128688288/_Wings_and_Waves_Ukraine_s_Drone_Revolution_in_the_Russia_Ukraine_War_
- Wintour, P. (2023, julho 20). *What was the Black Sea grain deal and why did it collapse?* The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2023/jul/20/what-was-the-black-sea-grain-deal-and-why-did-it-collapse>, consultado em março de 2025
- Yekelchyk, S. (2022). *Ucrânia: O que toda a gente precisa de saber* (A. Morgado, Trad.). Edições 70.
- Yuhas, A., & Jalabi, R. (2014, março 7). *Ukraine crisis: Why Russia sees Crimea as its naval stronghold*. The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2014/mar/07/ukraine-russia-crimea-naval-base-tatars-explainer>, consultado em maio de 2025
- Zablocky, V. (2023, fevereiro 18). *Representative of Ukraine's Navy confirmed the attack on russian Admiral Essen frigate by Neptune anti-ship cruise missile post factum*. Defence Express. https://en.defence-ua.com/analysis/representative_of_ukraines_navy_confirmed_the_attack_on_russian_admiral_essen_frigate_by_neptune_anti_ship_cruise_missile_post_factum-5784.html, consultado em agosto de 2025
- Zamiatin, V., & Yurchyshyn, V. (2024). *War, integration and the Black Sea factor: Undervalued opportunities*. Razumkov Centre.
- Zoria, Y. (2025, maio 15). Ukraine unveils Magura v7 naval drone, which downed two Russian Su-30 fighter jets in early May. *Euromaidan Press*. <https://euromaidanpress.com/2025/05/15/ukraine-unveils-new-magura-v7-naval-drone-used-to-shoot-down-two-russian-su-30-jets/>

Apêndices

Apêndice A- Cronologia dos acontecimentos navais mais relevantes no Mar Negro (fevereiro de 2022-agosto de 2025)

- **24 fevereiro 2022:** Início da invasão russa; forças russas ocupam a Ilha de Zmiinyi (Ilha das Serpentes);
- **28 fevereiro 2022:** A Turquia fecha os *Estreitos* invocando o Art.º 19 da Convenção de Montreux;
- **Antes de 3 março 2022:** A maioria dos navios da Marinha Ucraniana foram capturados, afundados ou auto-afundados no início da invasão, incluindo a fragata *Hetman Sahaidachny*;
- **3 de março 2022:** Afundamento do patrulha *Sloviansk* por aeronave russa com míssil *Kh-31*;
- **22 março 2022:** Lancha russa *Raptor* atingida por míssil antitanque ucraniano em Mariupol;
- **24 março 2022:** Ataque ucraniano ao porto de Berdiansk destrói o navio de desembarque anfíbio *Saratov* e danifica os navios de desembarque anfíbio *Kunikov* e *Novocherkassk*;
- **13/14 abril 2022:** Afundamento do cruzador *Moskva* por mísseis *R-360 Neptune* lançados de terra;
- **Maio 2022:** Intensificação da luta pela Ilha da Serpente. Drones *Bayraktar TB2* afundam duas lanchas *Raptor* e um navio de desembarque no cais;
- **17 junho 2022:** Rebocador *Vasili Beh* atingido por mísseis *Harpoon*;
- **30 junho 2022:** Retirada russa de Zmiinyi;
- **Julho 2022:** Ameaça dos mísseis *Harpoon* e *Neptune* força a retirada da Frota Russa do noroeste do Mar Negro;

- **27 julho 2022:** Assinatura da *BSGI*, desbloqueando parcialmente Odesa;
- **31 julho 2022:** Ataque com UAVs ao quartel-general da Frota Russa em Sevastopol;
- **20 agosto 2022:** Segundo ataque com UAV ao quartel-general da Frota Russa em Sevastopol;
- **8 outubro 2022:** Explosão na Ponte de Kerch, provavelmente causada por caminhão-bomba. Danos estruturais prolongados;
- **29 outubro 2022:** Primeiro ataque de larga escala, coordenado com USVs e UAVs a Sevastopol; danos no caça-minas *Ivan Golubets* e na fragata *Admiral Makarov*;
- **24 maio 2023:** Navio de reconhecimento eletrônico *Ivan Khurs* atacado por USVs;
- **11 junho 2023:** Navio de reconhecimento *Priazovye*, atacado por USVs no sudeste do Mar Negro;
- **17 julho 2023:** Fim da *BSGI*; USV *Sea Baby* danificam a Ponte de Kerch;
- **31 julho/1 agosto 2023:** Navios patrulha *Sergey Kotov* e *Vasily Bykov* atacados por USVs a sudoeste de Sevastopol, enquanto escoltavam navegação;
- **4 agosto 2023:** USVs ucranianos atacam Novorossiysk; dano significativo no navio de desembarque *Olenegorskiy Gorniyak*;
- **5 agosto 2023:** Petroleiro russo *Sig* atingido por USV ao sul da Ponte de Kerch, sofrendo danos significativos;
- **Agosto/setembro 2023:** Ucrânia retoma as plataformas de gás “*Boyko Towers*”;
- **13 setembro 2023:** Mísseis *Storm Shadow/SCALP* atingem doca seca de Sevastopol; submarino *Rostov-on-Don* (SSK) e navio de desembarque anfíbio

Minsk severamente danificados;

- **20 setembro 2023:** Ataque com mísseis de cruzeiro a instalações da Frota do Mar Negro em Sevastopol;
- **22 setembro 2023:** Ataque com mísseis ucranianos ao quartel-general da Frota do Mar Negro em Sevastopol;
- **8 outubro 2022:** Explosão na Ponte de Kerch, provavelmente causada por caminhão-bomba. Danos estruturais prolongados;
- **13 outubro 2023:** Ataque com USVs danifica alegadamente a corveta *Buyan-M* perto de Sevastopol;
- **2.º semestre 2023:** Rússia desloca navios para Novorossiysk e reforça defesas portuárias (redes anti-drone, fumo, patrulhas);
- **27 outubro 2023:** Draga-minas *Vladimir Kozitsky* destruído por *Sea Baby* em Sevastopol;
- **4 novembro 2023:** Corveta *Askold* atingida por mísseis em estaleiro de Kerch;
- **10 novembro 2023:** USVs atingem duas embarcações russas de desembarque em Chornomorsk: uma *Serna* e uma *Ondatra*;
- **26 dezembro 2023:** Destruição do navio de desembarque anfíbio *Novocherkassk* em Feodosia;
- **31 janeiro/1 fevereiro 2024:** Destruição da Corveta *Ivanovets*, afundada por USV ao largo da Crimeia;
- **14 fevereiro 2024:** Navio de desembarque *Caesar Kunikov* afundado por USVs ucranianos ao largo da Crimeia;
- **4/5 março 2024:** Navio-patrulha *Sergey Kotov* destruído por USV *MAGURA V5* junto ao Estreito de Kerch;
- **23 março 2024:** Raid aéreo em Sevastopol danifica navios de desembarque

anfíbio *Yamal*, *Azov* e *Konstantin Olshanskyi* (classe *Ropucha*), bem como o navio de inteligência *Ivan Khurs*;

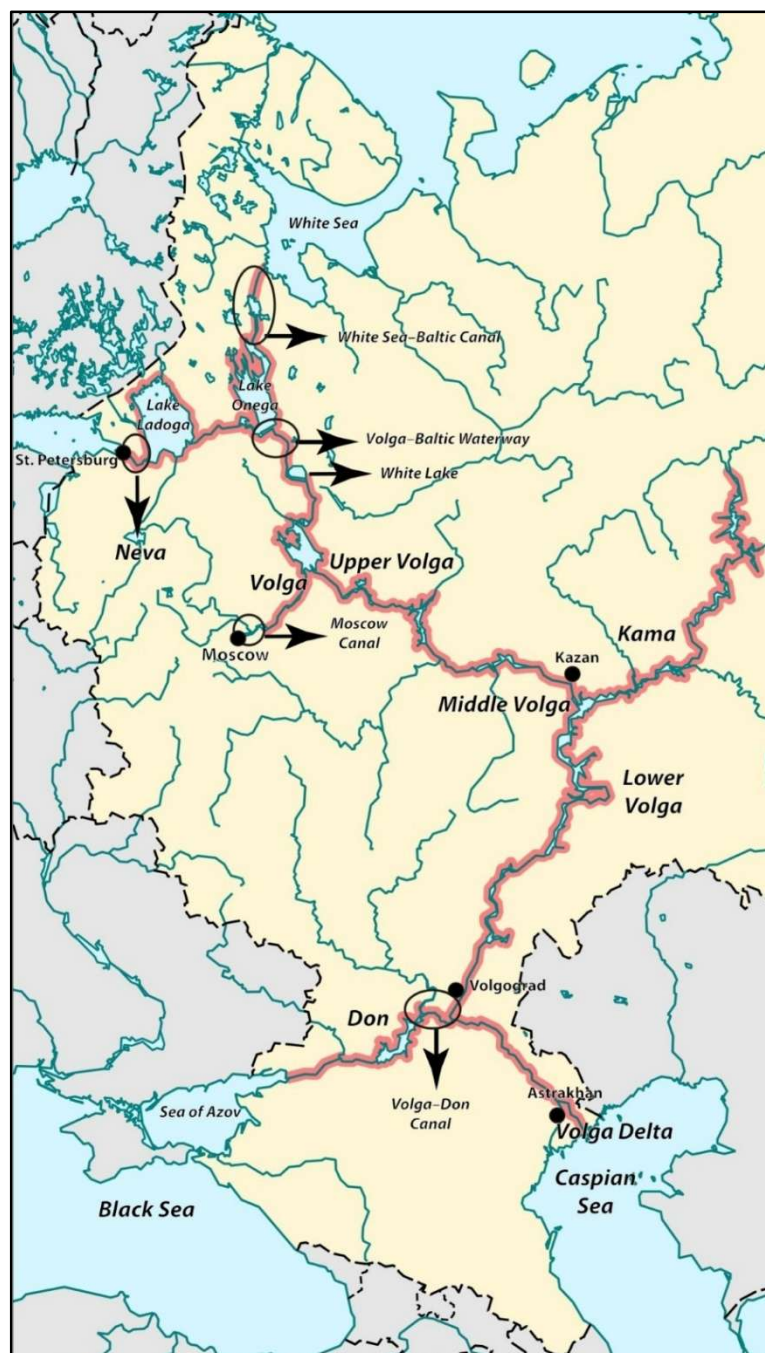
- **21 abril 2024:** Navio de apoio *Kommuna* atingido por míssil *Neptune* em Sevastopol;
- **19 maio 2024:** Corveta *Tsiklon* destruída em Sevastopol por *ATACMS*;
- **30 maio 2024:** USVs *Magura V5* atacam patrulhas-costeiros *KS-701 Tunets* em Chornomorsk;
- **3 julho 2024:** Ataque com USVs *Magura* contra o porto de Novorossiysk.
- **17 julho 2024:** Ataque com USVs *Mamai* contra a base naval de Donuzlav.
- **3 agosto de 2024:** Danos graves no *Rostov-on-Don*;
- **12 agosto 2024:** USV atinge petroleiros *Sig* e *Afanasi Nikitin*;
- **4/5 setembro 2024:** Novo ataque ucraniano com USVs a Novorossiysk.;
- **6 novembro 2024:** UAVs *Foxbat* atacam a base de Kaspiysk; duas fragatas da classe *Gepard* ligeiramente danificados;
- **6/7 dezembro 2024:** USVs ucranianos atacam plataformas de gás no Mar Negro, lançando drones FPV e cargas explosivas;
- **23 dezembro 2024:** Navio de apoio *Fedor Uryupin* (ex-ucraniano) atingido por UAV em Chornomorsk;
- **31 dezembro 2024:** USVs *MAGURA* abatem dois helicópteros russos com mísseis *AA-11 Archer* e danificam um terceiro;
- **2 maio 2025:** USV *Magura V7* abate caça *Su-30* com míssil *AIM-9 Sidewinder* perto de Novorossiysk;
- **3 maio 2025:** Segundo *Su-30* abatido por USV ucraniano, provavelmente com míssil *AA-11 Archer*;
- **3 junho 2025:** Explosão subaquática danifica o pilar principal da Ponte de

Kerch, numa operação conduzida pelo SBU.

Fonte: *H I Sutton - Covert Shores* (2025)

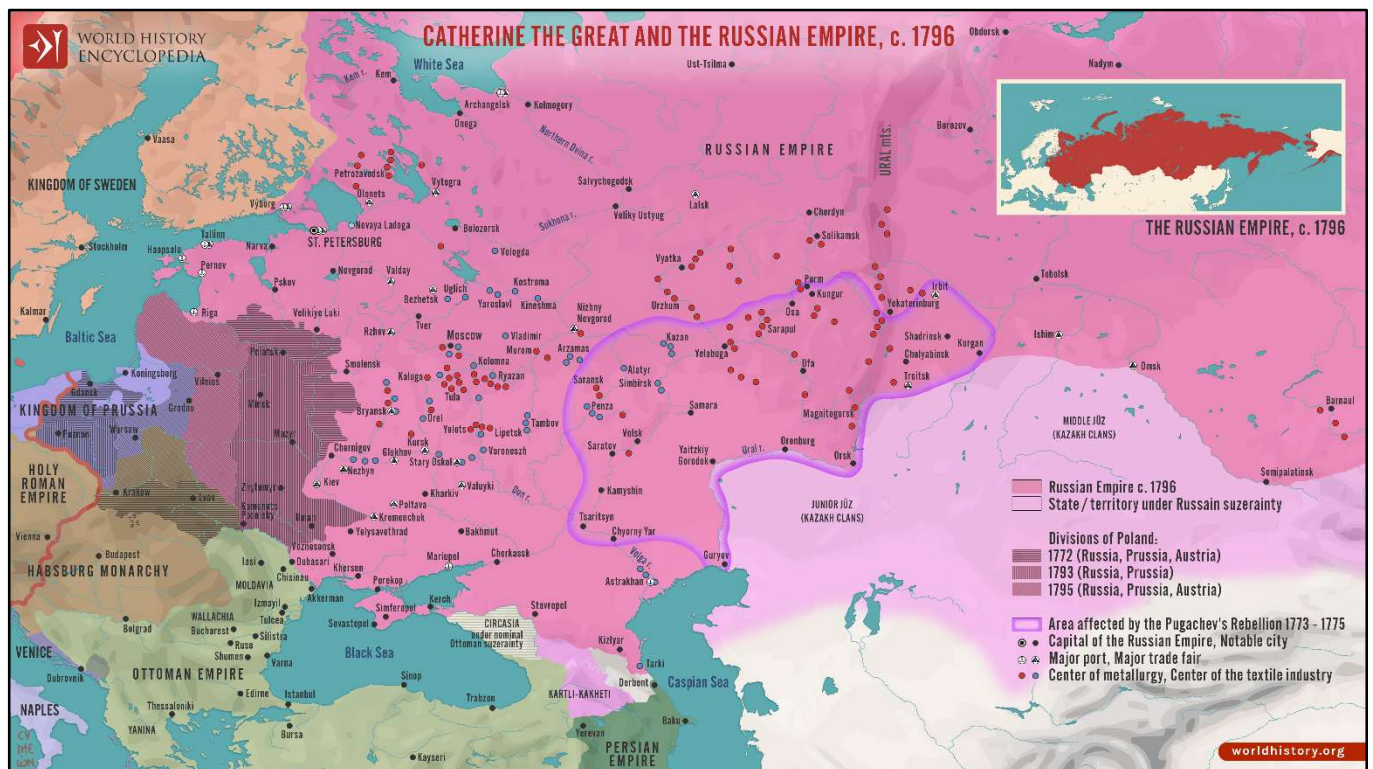
Anexos

Anexo A - Unified Deep Water System of European Russia (UDWS)



Fonte: Retirado de Jamali Jaghdani, T., & Ketabchy, M. (2023, p. 23) (Acedido a 26 de março de 2025)

Anexo B – Mapa do Império Russo no reinado de Catarina II, séc. XVIII



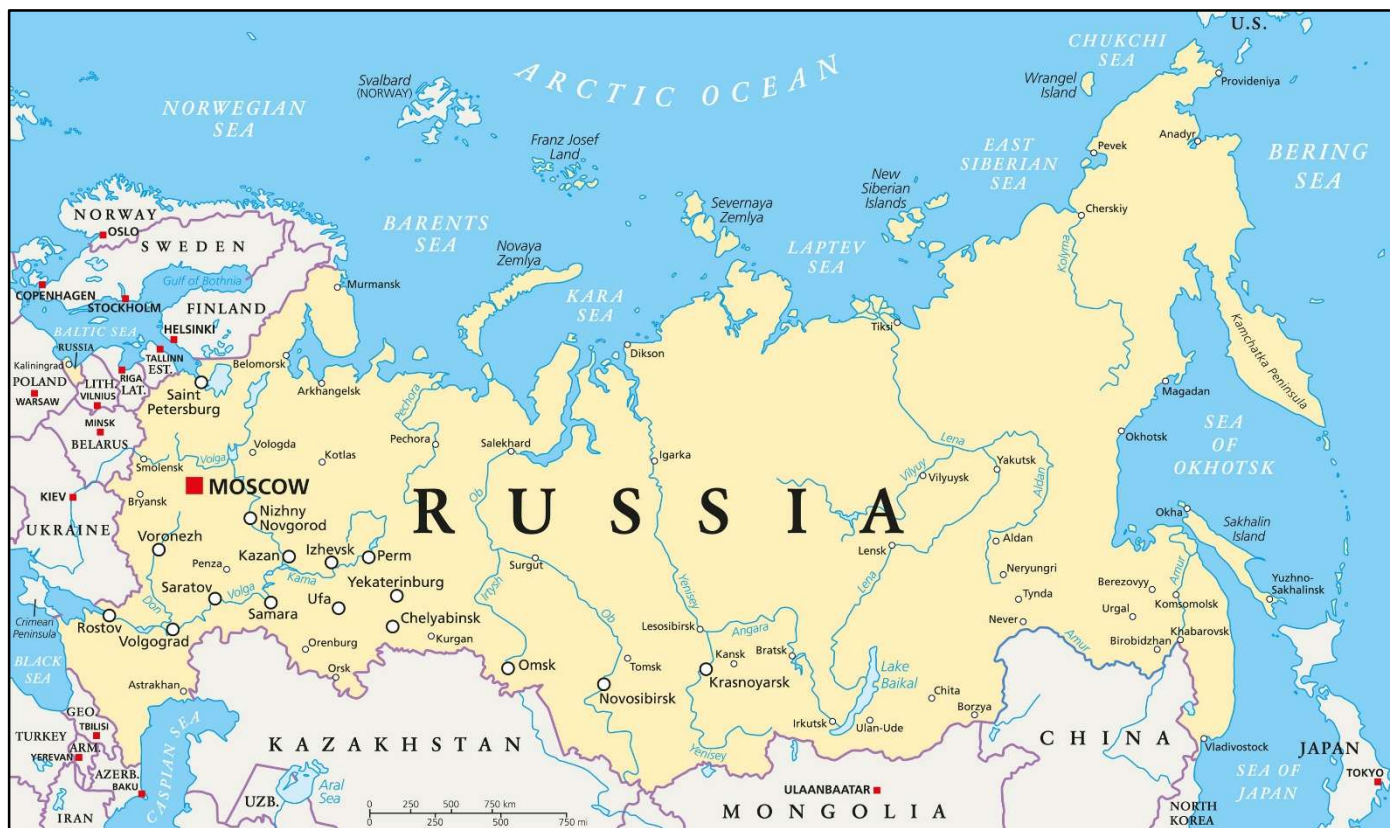
Fonte: Retirado de Netchev (2023) (Acedido a 26 de agosto de 2025)

Anexo C – Mapa da União Soviética nos seus anos finais



Fonte: Retirado de Dewdney et al. (2025) (Acedido a 26 de agosto de 2025)

Anexo D – Mapa da Federação Russa



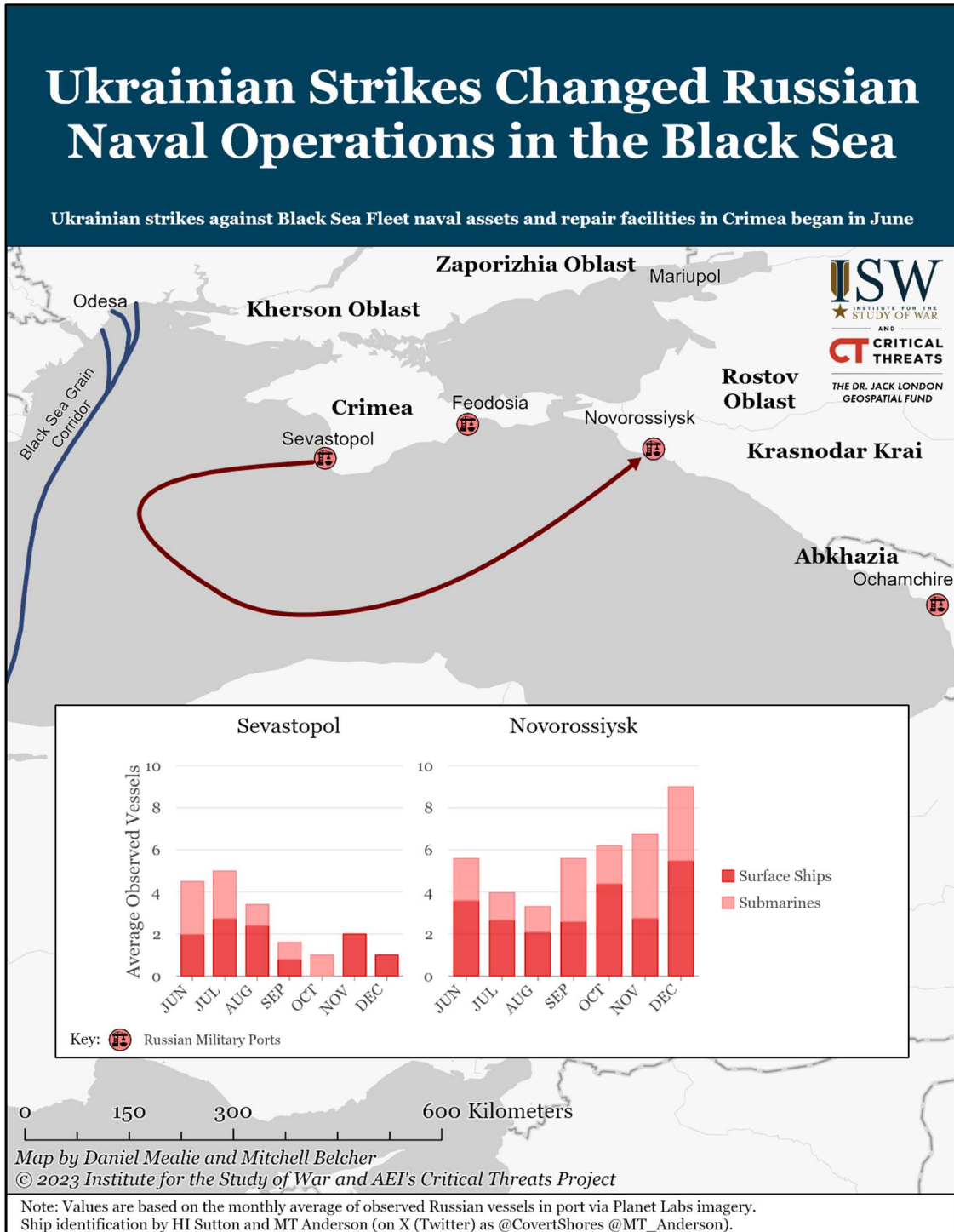
Fonte: Retirado de Caglici (2017) (Acedido a 28 de agosto de 2025)

Anexo E – Mapa de alguns dos principais portos do Mar Negro e do Mar de Azov



Fonte: Retirado de Diakun (2025) (Acedido a 28 de agosto de 2025)

Anexo F – Movimentação da Frota do Mar Negro de Sevastopol para Novorossiysk e gráfico relativo à média de navios observados nesses dois portos entre junho e dezembro de 2023



Fonte: Retirado de ISW Press (2023) (Acedido a 28 de agosto de 2025)